

A Baixa Nobreza Setubalense na Construção do Império Ultramarino Português - o caso da Família Queimado

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Ana Rita Pereira da Conceição

Dissertação de Mestrado em História
Especialização em História Moderna e dos Descobrimentos

Outubro, 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Pelúcia.

A Setúbal e a todos os setubalenses

Agradecimentos

Antes de mais e primeiro que tudo, agradeço à minha família por me ter proporcionado a oportunidade de poder estudar História. Pelas muitas horas que tiveram de me aturar a *“ouvir o canal História”*.

Aos mestres e professores com quem tive a sorte e o prestígio de me cruzar ao longo da vida, que não se limitaram apenas a ensinar o que estava escrito no «programa». Ao PMM, e ao professor João Roseiro, que me incutiu o gosto por História e que me deu o empurrão para enveredar pelo Ensino Superior. Aos docentes da FCSH, Maria Helena Trindade Lopes, Maria João Branco, Alexandra Pelúcia e João Paulo Oliveira e Costa, sem o seu apoio e incentivo de certeza, que nunca teria chegado até aqui. Em especial a estes dois últimos docentes, por me terem «contagiado» com o gosto pela História dos Descobrimentos e da Expansão. Um infindável sentimento de gratidão que nunca vou conseguir retribuir. Ainda neste contexto tenho de acentuar o enorme agradecimento à professora doutora Alexandra Pelúcia, não só por ter aceitado orientar esta dissertação, como também, por me ter sugerido este mesmo tema. Foi graças à sua orientação que pude estudar e expandir a História da minha cidade Natal, tal como pretendia desde o início.

À Rute Mendes, que me acompanhou quase desde o primeiro dia de Licenciatura. A Rute foi, desde o início, como uma irmã mais velha para mim, o que é bastante irónico, porque é mais nova que eu. Apesar das muitas discordâncias, as ideias base em que concordamos proporcionaram-nos uma profunda amizade que já soma para mais de meia década, com muito crescimento pessoal à mistura. À Carolina Subtil, companheira de Mestrado, que partilhou comigo o amor pela História Moderna, dentro e fora da sala da aula. Pelos muitos conselhos, palavras de incentivo, sugestões e até, pelo título do ponto 3.5. desta mesma dissertação.

Aos Drs. Pedro Pinto e Ana Cláudia Silveira, pela sua amabilidade e disponibilidade no facultamento do seu conhecimento e documentação, imprescindíveis para a concretização desta dissertação.

Ao Diogo Ferreira, grande amante e estudioso da História de Setúbal, pelo entusiasmo e encorajamento para a elaboração de estudos que possam contribuir para expansão do conhecimento do passado desta nossa humilde cidade sadina.

À Dr^a. Ana Gabriela, pelo grande profissionalismo e carinho prestado durante todas as sessões de tratamento psicológico, nos dias bons e maus.

Por fim, mas não menos importante, à família Galo, pelo incessante apoio, amizade e afeição ao longo dos anos. À Luiza Mendes pelas conversas interessantes e divertidas, que rompiam com as horas de maior tédio da manhã.

A todas as pessoas que me agraciaram com palavras de incentivo e conforto, um enorme obrigado.

A Baixa Nobreza Setubalense na Construção do Império Ultramarino Português - o caso da Família Queimado

Ana Rita Pereira da Conceição

Resumo

A entrada de Portugal no período dos Descobrimentos e, depois da Expansão, gerou uma série de mudanças na sua conjuntura interna que alteraram as diversas esferas da sociedade portuguesa, não tendo a nobreza sido uma excepção.

Esta nova conjuntura abriu novas possibilidades à nobreza que se encontrava sem meios de adquirir tenças, mercês, títulos e bens fundiários, ou seja, de possuir os elementos mais definidores daquele grupo social. As ambições dos monarcas portugueses de construir um império transatlântico e transcontinental seriam inconcebíveis sem que antes se montasse todo um vasto e complexo aparelho administrativo, encarregue de gerir e organizar toda a rede de estruturas do Além-mar. Estas instituições administrativas, por sua vez, eram compostas por um largo grupo de «funcionários», que exerciam os diversos cargos e funções. Este número de cargos e funções foram preenchidos principalmente, por elementos de baixa nobreza portuguesa, entre eles, nobres setubalenses da família dos Queimados. A família Queimado era proveniente de uma localidade de dimensões humildes, mas que também ela se tinha vindo a desenvolver e alterar com a transição do século XV para o século XVI, ganhando um novo fulgor e destaque a nível nacional, reconhecido pela própria Coroa. Veremos então em que medida a família Queimado se encaixou no paradigma da baixa nobreza da Época Moderna dos séculos XV e XVI, e ajudou a dar forma ao Império Ultramarino Português. Com esse objectivo em vista, reconstituiremos os seus percursos desde os cargos nas instituições administrativas, como a Casa da Índia e a Casa da Moeda, ao Norte de África, às batalhas no Oriente e à Carreira da Índia.

PALAVRAS-CHAVE: Baixa Nobreza; Império Português; Setúbal; Família Queimado; séculos XV-XVI; Casa da Índia; Casa da Moeda; Provedorias do Norte de África; Carreira da Índia.

The Low Nobility of Setúbal in the Construction of the Portuguese Overseas Empire - the case of the Queimado Family

Ana Rita Pereira da Conceição

Abstract

The entry of Portugal in the period of the Discoveries and, later on, the Expansion, generated a series of changes in its internal conjuncture that altered the various spheres of Portuguese society, the nobility being no exception.

This new conjuncture opened up new possibilities for the nobility, which was unable to acquire tenets, mercies, titles and land assets, that is, to possess the most defining elements of that social group. The ambitions of the Portuguese monarchs to build a transatlantic and transcontinental empire would be inconceivable without first setting up a vast and complex administrative apparatus, in charge of managing and organizing the entire network of overseas structures. These administrative institutions, in turn, were composed of a large group of "officials" who held the various positions and functions. This number of positions and functions were mainly filled by elements of low Portuguese nobility, among them, nobles from Setúbal of the Queimado family.

The Queimado family was from a town of humble dimensions, but that too had been developing and changing with the transition from the 15th to the 16th century, gaining a new radiance and prominence at a national level, recognized by the Crown itself.

We will then see to what extent the Queimado family fit into the low nobility paradigm of the 15th and 16th century Modern Period, and how they helped to shape the Portuguese Overseas Empire. With that objective in mind, we will reconstruct their paths from positions in administrative institutions, such as the House of India and the Mint (House of Coin), to North Africa, to the battles in the East and the "Carreira da Índia".

KEYWORDS: Low Nobility; Portuguese Empire; Setúbal; Queimado family; 15th-16th centuries; House of India; Coin House; North African Provinces; Carreira da Índia.

Índice

Agradecimentos.....	III
Introdução.....	1
I. Setúbal da Idade Média à Modernidade.....	11
1.1 Espaço Geográfico: entre a Arrábida e o rio Sado.....	11
1.2. Organização Política.....	13
1.3. O Comércio Sadino.....	14
1.4. Demografia e Organização do Espaço Urbanístico.....	19
1.4.1. Renovação das Estruturas Urbanísticas e Administrativas.....	21
1.4.2. O Poder Administrativo.....	23
1.4.3. Crescimento das Zonas de Arrabalde: as novas paróquias.....	27
1.5. O Espaço Religioso.....	28
1.5.1. As Confrarias.....	28
1.5.2. Estruturas Conventuais.....	32
II. A Nobreza e a Expansão.....	36
2.1. As Instituições Administrativas dos Negócios Ultramarinos.....	37
2.2. A Casa da Índia.....	38
2.2.1. O Feitor.....	41
2.2.2. Os Tesoureiros.....	42

2.3. A Casa da Moeda.....	42
2.4. A Carreira da Índia.....	43
 III. A Família Queimado.....	 49
3.1. Vasco Queimado de Vilalobos.....	54
3.2. Vasco Queimado.....	62
3.3. Job Queimado.....	74
3.4. Gonçalo Queimado.....	86
3.5. De Setúbal à Ásia: a família Queimado na consolidação do Império marítimo português.....	97
 Conclusão.....	 107
Bibliografia.....	113
Anexos.....	127

Introdução

Esta dissertação consiste num estudo de quatro personalidades da família Queimado, uma família nobre proveniente de Setúbal, pertencente à baixa nobreza, analisando o papel que estes indivíduos desempenharam no processo da Expansão e da criação do Império Ultramarino Português.

O termo «baixa nobreza» aplicado nesta dissertação a esta família, realça o facto que , apesar de serem fidalgos, nenhum dos seus membros alguma vez tenha incorporado as camadas da nobreza titular do reino. Para além da ausência de título, também nunca foi concedido, a nenhum dos seus elementos, o uso do *Dom*¹.

No âmbito de estudos referentes à época medieval encontramos autores como Paulo Drumond Braga, com a sua obra *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)* (1998), e ainda Ana Cláudia Silveira, com mais de uma dezena de artigos entre outros trabalhos, referentes a Setúbal na Baixa Idade Média. Alguns destes artigos são: “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano” (2008); “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal” (2014) e o “Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de aristocratização numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV” (2016). Os trabalhos em causa exploram a formação do termo de Setúbal, a estruturação urbana intra e extramuros, abrangendo ainda a área económica, referindo o comércio interno e externo, e a caracterização social, não esquecendo os órgãos administrativos, bem como a organização e vivência religiosa da região, cimentando assim, as bases para o estudo da Idade Moderna relativo a esta vila.

¹ Por vezes um “(...) fidalgo poderia aparecer também como membro da pequena nobreza, sobretudo rural, não distinguido por quaisquer títulos, cargos ou subsídios.” MARQUES, A.H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal na crise dos séc. XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. Vol. IV, p. 237. Para resolver esta ambiguidade enquanto ao seu estatuto, recorria-se às linhagens. Uma boa linhagem conferia o estatuto de fidalgo a um nobre. Daí o esforço constante de Vilalobos ao tentar reavivar a memória da sua ascendência fidalga. Não obstante, fazia-se também, sempre mencionar pelos seus antigos cargos ao serviço do Infante D. Pedro e dos duques de Borgonha. Para além, de austentarem o *Dom* ou um título, era a alta nobreza a principal detentora das principais funções governativas, administrativas e militares *Ibid.*, p. 243, algo que se alterará na viragem para o século XVI, como veremos mais adiante. Apesar de alguns dos membros da família Queimado aqui estudados ocuparem cargos de prestígio, e até, se encontrarem perto do rei, nunca lhes será atribuída qualquer distinção titular. Assim, prevalecem numa situação um tanto ambígua enquanto ao seu estatuto. Veremos fidalgos da nobreza local setubalense ocuparem altos cargos, sem nunca chegarem a alcançar as altas camadas da nobreza portuguesa.

Já na cronologia referente à Era Moderna conhecemos historiadores como Laurinda Faria dos Santo Abreu, autora das obras *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder* (1990) e *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo* (1998), entre alguns outros artigos em que se destaca, como, “Setúbal, o Sal e o Além (séc. XVI-XVIII)” (2005). Mais recentemente, contamos com os contributos de Gustavo Portocarrero, com a sua obra *Sistemas de defesa costeira na Arrábida durante a Idade Moderna* (2003), ainda de Jorge Fonseca, que editou *Setúbal - o porto e a comunidade fluvial e Marítima (1550 - 1680)* (2012). De carácter cronológico mais abrangente, encontramos outras obras, como *A exploração e o comércio do sal de Setúbal* (1951), de Virgínia Rau, ou a *Memória sobre a História e administração do município de Setúbal* (1879) de Alberto Pimentel. Na área da História da Arte, trazendo contributos úteis, dispomos de obras como a de José Custódio Vieira da Silva, intitulada *Setúbal* (1990), a tese de mestrado de Mariana Brito de Almeida, *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada* (2012) e, recentemente lançado, da autoria de Manuela Maria Justino Tomé, *Setúbal - Topologia e Tipologia Arquitectónica. Memória e futuro da imagem urbana (séculos XIV - XIX)* (2018). Por fim, de um teor mais centrado no tema da religião, temos uma obra concebida por inúmeros autores, entre eles, Albérico Afonso Costa, António Cunha Bento, Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho, intitulada *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão* (2016).

Notamos, assim, que a época moderna setubalense carece de uma estudo mais aprofundado e detalhado no que toca a algumas vertentes. Uma delas sendo uma abordagem das camadas nobres provenientes da vila portuária de Setúbal e, em especial, o seu envolvimento na conjuntura da expansão portuguesa ou, mais especificamente, da sua acção em cargos de comando ultramarino e nos órgãos de gestão e manutenção do Império Português.

A presente dissertação assenta em quatro personalidades da família dos Queimados. Esta família era composta por nobres, fidalgos, pertencentes às camadas baixas do grupo nobiliárquico, a qual estava estabelecida na vila de Setúbal, pelo menos desde o século XIV. Alguns dos seus membros destacaram-se por participarem tanto em viagens aos mares orientais como em eventos bélicos que conferiram à Coroa Portuguesa o domínio de

estabelecimentos situados naquelas paragens. Foi ainda notória a ocupação de alguns deles nos órgãos de administração do Império Português, como a Casa da Índia, Casa da Moeda ou a Provedoria dos sítios de África.

Para além desta família ter ocupado cargos de destaque nos órgãos do Estado Português, aplicou também o seu poder e influência em decisões que contribuíram para o desenvolvimento da sua vila natal. Alguns exemplos são o investimento na impulsão do cultivo do salgado (terrenos adjacentes ao mar, propícios à implementação de salinas), que tanto engrandeceu a vila nesta época, e o incentivo à integração nas confrarias, que estimularam o progresso económico, a inclusão social e o apoio espiritual local.

O estudo da temática da camada da nobreza envolvida na expansão ultramarina portuguesa tem-se vindo a desenvolver desde os finais da década de 1990². Apesar de se ter verificado a participação dos diversos grupos sociais, foram os membros da nobreza os principais protagonistas e beneficiários do processo dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa³.

A importância do estudo desta camada social está indiscutivelmente associada ao seu protagonismo tanto em movimentos militares como na construção e gestão das estruturas. Na verdade, foram os indivíduos pertencentes aos estratos nobiliárquicos que formaram e sustentaram os alicerces do Império Português. Como é bem sabido, o processo dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa foi corporizado *in loco* por muitos agentes ao serviço, primeiro, da Casa ducal de Viseu e, depois, da própria Coroa. Tais agentes participaram não só, nas expedições marítimas de descobrimento, no estabelecimento de entrepostos comerciais e nas companhias militares, mas também se ocuparam das instituições de administração ultramarina situadas em Lisboa⁴. Contribuíram, assim, para a

² Veja-se Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009, p.15-17

³ Veja-se João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *Construtores do Império: da conquista de Ceuta à criação do governo-geral do Brasil*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, p. 15

⁴ Cf. Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, p.15-17; COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *Construtores do Império: da conquista de Ceuta à criação do governo-geral do Brasil*., p. 15

afirmação da autoridade da Coroa portuguesa e para a difusão da sua influência nas regiões por onde se espalhavam os seus súbditos⁵.

Para a concretização deste estudo, começaremos por abordar, com algum detalhe, o desenvolvimento da vila de Setúbal na transição da Idade Média para a Idade Moderna, analisando as dinâmicas que foram afectadas por esta transição, como as vertentes social, económica, política e religiosa. Este estudo facultar-nos-á uma visão mais clara do meio onde esta família se inseriu e que, por certo, influenciou a sua mentalidade e as suas motivações, reflectidas depois na maneira como foram aplicadas nas diversas estruturas locais, como no poder municipal, ou nos seus investimentos financeiros, por exemplo na produção de recursos naturais, como o sal.

Abordaremos ainda uma outra contextualização, desta vez a nível nacional, sobre a criação, funcionalidade e estruturação das instituições administrativas dos negócios ultramarinos, em que estes membros da família Queimado estiveram envolvidos. Nomeadamente falaremos da Casa da Índia, a Casa da Moeda e, embora não sendo esta uma instituição, mas sim, uma «ferramenta» destas, a Carreira da Índia.

Para além de averiguarmos o papel que estes quatro indivíduos desempenharam na construção do Império, precisaremos também de responder a um outro conjunto de questões. Quem era esta família nobre no seio da nobreza do reino e da fidalguia local da vila de Setúbal? Qual era o relacionamento que mantinham entre os seus membros? Como se envolveram nas instituições que sustentaram a criação do Império Português e qual o contexto e a importância dos cargos que desempenhavam? Atentaremos ainda na sua progressão dentro dessas mesmas instituições e em como e porquê cessaram as suas funções. Abrangeremos também o «significado» e relevância da participação destes indivíduos nas viagens ao Oriente e as batalhas que por esses territórios se travaram entre cristãos e muçulmanos.

Para darmos execução deste plano é-nos necessário, em primeiro lugar, uma reconstituição genealógica⁶ da família dos Queimados, cuja principal referência serão os nobiliários, embora, não seja invulgar esta documentação estar repleta de lapsos e

⁵ *Ibid.*, p. 11

⁶ Remeto para o quadro que se encontra em anexo.

inacurções, dificultando esta tarefa. A fim de afinarmos a genealogia, mas também de percebermos a trajetória histórica dos Queimados, foi-nos necessário recorrer a diversas outras fontes, como a documentação avulsa e oficial, incluindo as *Chancelarias* e o *Corpo Cronológico*, colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, por fim, as crónicas oficiais do reino.

Rita Luís Sampaio da Nóva elaborou a sua tese de doutoramento⁷, em Arquivística Histórica, em torno da questão dos limites e “*potencialidades de uma História da Nobreza escrita, essencialmente, a partir de arquivos produzidos e conservados pelas próprias famílias nobres*”⁸. Para a concretização da sua tese, Sampaio da Nóva optou pelo estudo do “Arquivo Gama Lobo Salema” que contém documentação que se estende do século XIV ao século XX. O arquivo desta família nobre acabou por aglomerar diversos grupos familiares nobres ao longo dos séculos, entre eles, a família Queimado. Deste modo, a exposição desta documentação mostrou-se bastante valiosa para a elaboração desta dissertação que se segue.

No entanto, o estudo circunscrito à documentação privada desta família, revelou-se bastante limitado. Não só porque os vários ramos em que se dividiu a família fizeram ainda com que a documentação se dispersasse, dificultando em grande medida a reconstituição do arquivo em si, mas também, devido à falta de complementaridade desta documentação com as restantes fontes primárias e secundárias.

A obra de Rita Luís Sampaio da Nóva retém principalmente (no contexto dos Queimado) documentação referente à figura de Vasco Queimado de Vilalobos, nobre setubalense do século XV e, seu filho, Vasco Queimado. O objectivo da presente dissertação passará não só pelo estudo da sua descendência directa, como de alguns ramos familiares secundários, que se revelaram participativos em alguns acontecimentos de relevância regional, nacional ou até internacional. No entanto, estabelecerei um limite cronológico final coincidente com a morte de um Vasco Queimado, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir.

⁷ Cf. Rita Luís Sampaio da Nóva, *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016

⁸ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p. 1

Dividimos esta dissertação em três partes. A primeira será dedicada à contextualização do meio de proveniência da família Queimado, Setúbal, e à sua transição da Era Medieval para a Idade Moderna. A transição da Era Medieval para a Idade Moderna foi um período de grandes mudanças para a vila sadina que certamente influenciou a vivência destes fidalgos. Dentro desta secção analisaremos cinco pontos elucidativos dessas mesmas transformações, subdivididos, por vezes, para maior conveniência.

Começamos por enquadrar esta localidade no espaço geográfico, uma vez que este foi e é, indubitavelmente, um factor fulcral para o seu desenvolvimento e progresso. A sua posição nas margens do rio Sado proporcionou-lhe vantajosas ligações, tanto com as comunidades do Sul como com a capital do reino. A sua localização privilegiada permitiu ainda, ao longo da Idade Moderna, um florescimento e desenvolvimento dos restantes pontos que iremos mencionar adiante.

Definido o espaço físico, seguimos então para a organização política setubalense. Remetemos assim, brevemente, para a Reconquista cristã e a integração de Setúbal nos territórios pertencentes à Ordem de Santiago, bem como para as suas relações com as restantes comunidades envolventes.

O terceiro ponto abrange o sector económico e, por conseguinte, o comércio sadino. A localização de Setúbal foi um ponto chave para o desenvolvimento económico que brotou ali, na transição do século XV para o século XVI. Neste período, foi sobretudo a exploração do comércio do sal, mas não só, que despertou o interesse de inúmeras localidades, tanto de Portugal como do estrangeiro, para se relacionarem com esta humilde vila. Este crescimento económico, por sua vez, afectou toda a comunidade residente em inúmeras vertentes, levando-nos ao próximo tema, no âmbito do qual nos debruçamos sobre a demografia e a sua disposição no meio urbanístico.

Para que possamos transmitir com maior precisão as transformações que ocorreram no seio da comunidade setubalense subdividimos este ponto em três partes. Um primeiro subponto foca-se na renovação das estruturas urbanísticas e administrativas, seguindo-se a análise das mudanças no poder administrativo a nível local e, por fim, trataremos da expansão demográfica da população para fora dos panos de muralha, responsável pelo processo de consolidação de novas e maiores zonas de arrabalde.

Fechamos o último ponto desta contextualização com uma abordagem sobre a organização religiosa em Setúbal. Neste âmbito, analisaremos o crescimento das diversas confrarias e estruturas conventuais que pontuaram o espaço envolvente da comunidade setubalense.

A segunda parte engloba a situação corrente da nobreza do reino, nos séculos XV e XVI, e de que forma este grupo foi afectado pelos projectos da Expansão e da criação de um Império transcontinental ambicionados pela Coroa portuguesa. Segue-se com a contextualização do surgimento das instituições administrativas dos negócios ultramarinos da Coroa, suas funções e cargos, nomeadamente a Casa da Índia e a Casa da Moeda, e o papel dos homens da nobreza enquanto seus «funcionários».

A necessidade de contextualizar estas duas Casas fundamenta-se no facto de ter sido nestas mesmas instituições administrativas que os membros da família Queimado mais prosperaram enquanto servidores da Coroa portuguesa. Não nos esqueceremos ainda de mencionar os objectivos e funções atribuídos aos capitães, da Carreira da Índia. Com efeito, a contextualização das capitánias da Carreira é determinada não só pela participação de elementos dos Queimados, como também, por ser um elemento complementar das duas instituições mencionadas anteriormente.

Finalmente, dedicaremos uma análise prolongada ao nosso principal objecto de estudo: a família Queimado. Neste âmbito, começaremos por expor tudo o que nos foi possível averiguar sobre a origem desta família e de que forma esta se veio a sediar em Setúbal. Abordaremos cada um dos quatro membros relevantes da família Queimado, estabelecendo a ligação dos seus percursos profissionais individuais com as influências familiares de que beneficiaram.

Ao atribuírmos uma lógica cronológica à análise do contributo destes indivíduos para a criação do Império Português, começamos por Vasco Queimado de Vilalobos, um dos membros de maior renome da família Queimado, integrando também o seu filho, Vasco Queimado. De seguida, abordaremos Vasco Queimado (homónimo de Vasco, filho de Vasco de Vilalobos) e Job Queimado, dois irmãos, e Gonçalo Queimado, primo de Maria Queimado, filha deste primeiro Vasco Queimado e neta de Vasco Queimado de Vilalobos.

Devido à sua posição no seio da família, seria natural que as acções de Vasco Queimado de Vilalobos afectassem directamente os percursos de vidas dos seus familiares, segundo a lógica de linhagem da fidalguia portuguesa. Deste modo, era importante dispor de um espaço significativo dedicado à vida deste fidalgo num estudo que aborda a família Queimado.

Vasco Queimado de Vilalobos ficou mais conhecido pela sua dedicação e fidelidade à figura do Infante D. Pedro, filho de D. João I. Vasco Queimado de Vilalobos foi guarda-mor do dito Infante, tendo-se encontrado ao seu lado na batalha de Alfarrobeira, em 1449. Após a morte do seu senhor e dos eventos que se seguiram foi exilado de Portugal. Vilalobos aventurou-se pelo reino de Inglaterra até se estabelecer na corte de Borgonha, onde serviu diligentemente, enquanto conselheiro, os duques Filipe III, *o Bom*, e o seu filho, Carlos I, *o Temerário*. Por volta do ano de 1470, recebeu carta de perdão de D. Afonso V, passando depois a frequentar com alguma frequência a sua vila natal de Setúbal. Vilalobos passou o resto da sua vida tentando «reconstruir» tudo o que perdera depois dos eventos de Alfarrobeira, pretendendo consolidar a sua posição e dos seus filhos, enquanto fidalgos do reino e membros de uma família nobre centenária. Assim, dedicou parte da sua vida a obras de reconhecimento pessoal e da sua família, em Setúbal, como a edificação da fábrica do Convento de S. Francisco, já antes «patrocinado» pela sua avó, e a construção do Cruzeiro da Vendas em Azeitão, com uma distinta inscrição em sua honra.

Integramos ainda neste ponto um pequeno segmento dedicado ao seu filho, Vasco Queimado, que não deve ser confundido com o seu homónimo da Casa da Índia, que trataremos mais à frente. Este Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado de Vilalobos, foi servidor do 4º duque de Viseu, D. Diogo, tendo, à sua morte, passado a servir D. Manuel, irmão e sucessor daquele com o título de duque de Beja. Com a subida inesperada de D. Manuel ao trono, Vasco passou a servidor da Casa Real. Contudo, faleceu pouco tempo depois, em 1497.

Passamos naturalmente para a nossa segunda personagem no ponto seguinte (3.2), também de nome Vasco Queimado. Os vestígios da existência deste personagem confundem-se com os do seu homónimo, filho de Vilalobos, que acabamos de mencionar. Deste modo, podemos assumir que apenas a documentação posterior a 1497 se refere a

este indivíduo. Nesta é identificado como escudeiro fidalgo da Casa Real, tendo no início do séc. XVI, começado a servir como recebedor do Tesouro e assentamento das moradias. Fica suspensa a questão, se este Vasco Queimado, tal como o seu homónimo, já servia D. Manuel I, enquanto este era duque de Beja. Uma vez que, este monarca tinha a tendência de atribuir cargos de gestão e administração a indivíduos pertencentes à sua Casa senhorial.

Derivado à conjuntura que se fazia sentir no reino, com o decorrer das viagens ao Oriente e o estabelecimentos de novas instituições, Vasco acabou nomeado para Tesoureiro da Casa da Índia. Foi dentro desta instituição que passou grande parte da sua vida, chegando a ocupar o cargo máximo, tornando-se feitor da Casa da Índia, em 1519. O serviço de Vasco Queimado enquanto feitor prolongou-se para além do reinado de D. Manuel I, até ao do seu filho e sucessor, D. João III. Vasco foi, sem dúvida, um fidalgo da confiança da Coroa, não somente por ter chegado a servir como feitor da Casa da Índia, mas também porque consta que pertenceu ao Conselho del-rei.

Job Queimado, irmão de Vasco Queimado, ficou conhecido pela sua viagem à Índia, como investidor privado e capitão de nau, sob o comando de Tristão da Cunha, em 1506. Durante o torna-viagem viu toda a sua mercadoria saqueada pelo pirata francês Mondragón, tornando-se a sua nau a primeira pertencente à Carreira da Índia a ser assaltada. Todavia, durante o seu percurso rumo ao Oriente, Job participou ainda em alguns conflitos armados, como a tomada da ilha de Socotorá. Apesar do fracasso comercial da sua viagem, Job foi nomeado, mais tarde, para a Provedoria dos Lugares de África. Seguiu-se, por fim, o cargo de Tesoureiro da Casa da Moeda, em 1527, no qual trabalhou o resto dos seus dias, ao serviço do rei de Portugal.

A última figura que abordaremos em profundidade será Gonçalo Queimado, primo de Maria Queimado, neta de Vasco de Vilalobos. Em resultado de pertencer a um ramo secundário, Gonçalo é a personagem de quem menos informações dispomos, fazendo da vivência deste indivíduo a mais difícil de examinar com total precisão. No entanto, a pouca informação que nos foi possível averiguar sobre as suas acções confere-lhe um carácter bastante interessante.

As primeiras menções de que dispomos de Gonçalo nas fontes apontam para que fosse uma pessoa de influência significativa a nível local, em Setúbal. Gonçalo pertenceu a várias confrarias e até à administração de um hospital. Todavia, no princípio do século, em 1505, foi nomeado Tesoureiro da Casa da Índia, preenchendo a vaga que Vasco Queimado deixara neste cargo.

No ano seguinte, partiu na mesma armada que Job em direcção à Índia. No entanto, ao contrário de Job, Gonçalo ficou por lá ao serviço de Afonso de Albuquerque. O facto de vermos este indivíduo sair dum cargo administrativo de prestígio para entrar num serviço militar, leva-nos a questionar, se estes documentos se referem ao mesmo indivíduo, ou se se trata de um caso de dois personagens homónimos. Sob o comando do *Leão dos Mares* integrou os diversos contingentes militares que fizeram guerra na área envolvente do Mar Árabe. Durante estas diversas batalhas encontramos Gonçalo a combater ao lado de Albuquerque como seu porta-bandeira, chegando numa destas ocasiões a perder um olho. Gonçalo faleceu na tentativa fracassada de tomada de Calicute, em 1510, segundo alguns cronistas, após se ter sacrificado para que o seu senhor se pudesse salvar.

Após examinarmos em profundidade cada uma destas quatro personalidades, reservamos um último ponto para a análise das mesmas enquanto agregado familiar. Pretende-se, assim, focar a respectiva mentalidade num plano familiar e perceber a forma como a lógica de grupo poderá ter funcionado como elemento propulsor das acções individuais..

Esta perspectiva possibilita-nos uma compreensão mais clara de que, possivelmente, as acções de cada indivíduo não eram somente um produto das suas decisões suportadas pelos seus interesses pessoais, mas também poderão ter sido o resultado de influências resultantes das relações interpessoais, surgidas dos laços de consanguinidade, afinidade e solidariedade que os membros de uma mesma família mantinham entre si.

Será desta forma que demonstraremos como esta família nobre setubalense, pertencente às camadas da baixa nobreza, contribuiu para a estruturação e gestão do Império Ultramarino Português.

I. Setúbal da Idade Média à Modernidade

É difícil determinar ao certo quando se estabeleceram as primeiras populações na região da actual cidade de Setúbal. Alguns autores, a partir de achados arqueológicos, apontam a sua localização ao aglomerado urbano romano de Cetóbriga⁹. Na Idade Média, no entanto, indubitavelmente, sabemos que este aglomerado urbano já envergava o nome de Setúbal.

1.1. Espaço Geográfico: entre a Arrábida e o rio Sado

A vila de Setúbal localiza-se na margem norte do vasto estuário do rio Sado, enquadrando-se entre três pontos estratégicos defensivos: o castelo de Palmela, a norte, o de Sesimbra, a oeste, e o castelo de Alcácer do Sal, a sul. A génese da sua instalação nesta área esteve indiscutivelmente ligada aos benefícios que os seus habitantes poderiam tirar do rio. Um dos factores mais evidentes deste facto provém de toda a sua organização urbana se fazer em função do seu porto¹⁰.

O aproveitamento dos diversos recursos (pesca, sal) provenientes do rio e o uso deste como preciosa via de comunicação cedo a puseram em contacto não só com as restantes comunidades do Sul e do interior, como Alcácer do Sal, importante porto de abastecimento cerealífero do reino¹¹, como facilitou em grande medida as ligações com Lisboa, capital do reino de Portugal e assento régio. Esta proximidade de Setúbal à capital tornou-se num elemento decisivo para o seu desenvolvimento. A crescente importância comercial ao nível internacional de Lisboa, nos séculos XIII e XIV¹², gerou consequentemente o crescimento das instituições administrativas centrais e impulsionou o próprio desenvolvimento das comunidades circundantes, que, por sua vez, aprovisionavam as incessantes e crescentes necessidades, tanto mercantis como portuárias, da capital. Esta vizinhança geográfica a Lisboa também rapidamente despontou o interesse dos comerciantes estrangeiros no pequeno porto sadino.

⁹ ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*. 4ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002, p. 65; BLÁZQUEZ, José María – *História Económica de la Hispania Romana*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1978, p. 291–292

¹⁰ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*. Coimbra: s.n., 1998, p. 18

¹¹ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”. In *IX Congresso Internacional de la Asociación Española de la Historia Económica*. Murcia: s.n., 2008, p. 1–3

¹² *Ibid.*, p. 3

A posição geográfica de Setúbal insere-se ainda numa posição estratégica de eixo de ligação entre o Atlântico e a região sul do território português, contribuindo para, como explica Ana Cláudia Silveira, “(...) a articulação dos territórios meridionais com o estuário do Tejo e a cidade de Lisboa (...)”¹³. Setúbal, no séc. XIV, apesar da sua humilde dimensão urbanística e limitado desenvolvimento económico, assumia-se já como um ponto estratégico relevante, que dominava todo o estuário do Sado, ganhando relevância sobre as outras localidades¹⁴.

A noroeste da vila estendia-se a majestosa serra da Arrábida. Esta era uma zona maioritariamente despovoada (pontuada por alguns casais de pescadores), e de acesso bastante difícil devido à inexistência de vias de comunicação naquele território. Contudo, era possível ascendê-la através de Setúbal ou por Azeitão, pela antiga «Estrada Real»¹⁵. Era das suas matas e matos que os habitantes locais extraíam os diversos recursos florestais, como a madeira, o mel, a cera e praticavam a caça, que serviria para a sua subsistência, aproveitando ainda os seus terrenos baldios para o pasto do gado. No entanto, devido à crise do séc. XIV desencadeou-se uma apropriação desta zona, tanto pelo poder régio, senhorial, como ainda pelo do concelho, criando as coutadas. Desta maneira, foi limitado e controlado o uso que os habitantes faziam do seus bosques e florestas¹⁶. Apenas em 1498, no reinado de D. Manuel e a pedido em Cortes, o monarca aboliu a coutada da Arrábida, permitindo aos setubalenses que se abastecessem livremente das lenhas e madeira que esta provia¹⁷. Todavia, José Cortez Pimentel refere que a área da serra fora “(...) sempre guardada e defesa da lenha e da madeira e de todas as outras mais coisas (...)”, fazendo com que a 19 de Maio de 1547, D. João III lançasse um alvará referente à dita coutada “procurando defendê-la, principalmente dos prejuízos resultantes da colheita da grã e da caça”¹⁸.

¹³ SILVEIRA, Ana Cláudia – “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando”. In *Castelos das Ordens Militares. Actas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, 2013, p. 251

¹⁴ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, p. 71

¹⁵ PIMENTEL, José Cortez; GUERRA, Jorge – *Arrábida: história de uma região privilegiada*. Lisboa: Edições Inapa, 1992, p. 44

¹⁶ BRAGA, Paulo Drumond; CURTO, Paulo; MARQUES, António de Oliveira – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998, p. 93–95

¹⁷ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*. Coimbra: s.n., 1998, p. 109

¹⁸ PIMENTEL, José Cortez; GUERRA, Jorge – *Arrábida*, p. 45

1.2. Organização Política

Consequente das guerras da Reconquista, a vila de Setúbal, juntamente com tantas outras comunidades da península de Setúbal, no séc. XII, ficou ao encargo da ordem militar de Santiago, apesar de nunca ter sido comenda¹⁹ ao contrário das suas vizinhas Palmela ou Sesimbra. Tal deveu-se ao facto de as suas rendas, salvo algumas excepções, terem sido, em 1327, anexadas à Mesa Mestral da Ordem²⁰. Os Espatários eram os responsáveis pela defesa, administração e povoamento dos territórios sob a sua jurisdição²¹. Setúbal beneficiou, deste modo, de uma “*entidade social e autonomia*”, desde 1249, quando lhe foi concedida carta de foral pelo Mestre Paio Peres Correia, após acordar com a Coroa todos os direitos portuários que cabia usufruir a cada instituição²². Este foral manteve-se até 1514, quando sofreu meramente algumas actualizações por D. Manuel²³.

Porém, a vila não dispôs de termo próprio até ao ano de 1343, data em que os seus procuradores solicitaram em Cortes ao monarca D. Afonso IV a concessão de um, argumentando os prejuízos causados pelas coimas impostas pelas gentes de Palmela, que lhes restringiam as áreas de cultivo e estariam a cultivar em seu termo. Todavia, a atribuição de foral à vila de Setúbal não foi suficiente para que cessassem os conflitos e querelas entre os municípios de Setúbal, Palmela e Alcácer do Sal, durante os séculos seguintes. Em 1569, a pedido da Câmara, D. Sebastião reforça a força da jurisdição da vila²⁴.

A pacificação do território português, com o fim das guerras da Reconquista, permitiu que os Espatários se empenhassem com maior rigor no processo de desenvolvimento da urbe. Porém, ao contrário de Palmela e Alcácer do Sal, vilas amuralhadas que se organizaram em torno de um castelo, com o intuito de promover a vertente da defesa militar do território, a vila de Setúbal, apesar de também ela amuralhada, organizou-se, desde a sua génese, em torno do núcleo portuário²⁵. Ficou assim evidenciado que a sua instalação proveio de uma estratégia estipulada, tanto pela Ordem de Santiago como pela

¹⁹ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 243

²⁰ *Ibid.*, p. 244

²¹ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, p. 1–2; SILVEIRA, Ana Cláudia – “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando”, p. 252

²² *Ibid.*, p. 252; BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 244

²³ PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a História e administração do município de Setúbal*. Setúbal: Tipografia de G. A. Guterres da Silva, 1877, p. 29; BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 245–246

²⁴ PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a História e administração do município de Setúbal*, p. 140

²⁵ PIMENTEL, José Cortez; GUERRA, Jorge – *Arrábida*, p. 118

Coroa, de dinamização económica e demográfica da sua região, recorrendo fortemente à implementação de meios de produção e escoamento de recursos, principalmente provenientes do estuário do Sado. Articulando a sua posição geográfica de ligação ao Sul do reino, por esta mesma via de comunicação marítima a Alcácer e aos produtos do Alentejo, com a sua aproximação a Lisboa, grande centro consumidor e exportador de recursos e ligações à Europa²⁶, Setúbal controlava todo o comércio e circulação (nacional ou internacional) que passasse pela barra do Sado²⁷.

De modo a afirmar o seu poder senhorial e político, a milícia desenvolveu importantes estruturas políticas e administrativas situadas em pontos de maior interesse económico para a Ordem. Entre estas estruturas encontravam-se as Casas de comenda que *“conjugavam funções religiosas (...), com propósito de afirmação senhorial”*²⁸, ou ainda as lojas da Ordem junto à zona portuária. Haveria ainda um reforço com a implementação de um maior número de oficiais da Ordem na sua jurisdição, para um melhor controlo e uma fiscalização mais eficiente dos direitos tributários e rendas pertencentes ao Governador dos Espatários²⁹.

A aplicação de uma estratégia de criação de novas estruturas, políticas administrativas em diversas zonas de maior interesse, aliada à implementação de vários elementos da milícia que os aproximava dos circuitos de trocas locais, conduziu a um maior aproveitamento do dinamismo económico da urbe³⁰.

1.3. O Comércio Sadino

Com a entrada no século XV e, possivelmente, também devido à alteração do eixo populacional das regiões do centro do país para as zonas do litoral, deu-se um crescimento acentuado da circulação de gentes e produtos, do qual Setúbal tirou grande proveito. Os circuitos e redes de trocas comerciais, tanto a nível nacional como internacional, complexificaram-se e alargaram-se em grande medida e a vila sadina passou a exportar

²⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe; (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 71

²⁷ SILVEIRA, Ana Cláudia – “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando” p. 252

²⁸ OLIVEIRA, Luís Filipe; (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 66

²⁹ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, p. 1–2

³⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 12

ainda maiores quantidades de peixe, sal e vinho, havendo até referências deste fornecimento tanto na corte de D. João II ³¹, como na de D. Manuel³². A sua posição geográfica muito contribuiu para o aumento do tráfego marítimo, uma vez que Setúbal actuou como “*um pólo distribuidor do comércio regional*”, e funcionou como centro escoador dos diversos produtos provenientes dos mercados do Sul, ligando-se a Alcácer pelo Sado e aos territórios a Norte do Reino pela foz do mesmo rio³³.

Produtos regionais como “*o sal, o azeite, o mel, a cera, os figos secos, até ao vinho*”³⁴, e ainda as passas, provenientes de Alcácer do Sal, eram procuradas e exportadas para os reinos estrangeiros pela foz do Sado. Apesar de haver procura por parte dos povos além-fronteiras pela aquisição das mercadorias produzidas no Sul de Portugal, os seus maiores compradores foram os próprios agentes nacionais, mais concretamente, os mercadores de Lisboa, que buscavam com frequência os cereais alentejanos. Tal como crescera Setúbal, também a capital crescia a um ritmo exponencial, devido ao período da Expansão Portuguesa que dinamizou o reino, precisando cada vez mais de um número elevado de recursos para se abastecer e sustentar, estabelecendo um tráfico marítimo pujante nas águas e portos do Sado³⁵.

Anteriormente, Setúbal encontrava-se fiscalmente dependente da capital, o que levava a que o escoamento das suas mercadorias tivesse de passar pela alfândega de Lisboa. Contudo, a sua crescente importância económica levou a que, em breve, pudesse usufruir da sua própria alfândega, havendo já notícia de “*casas da Alfândega*”³⁶ em Setembro de 1488. Este facto evidencia claramente o reconhecimento por parte do monarca do forte desenvolvimento comercial e económico por que a vila estaria a passar neste período³⁷.

O forte rendimento que adveio da exploração dos recursos sadinos levou a que no século XIV a Ordem dos Espatários movesse a sua sede do castelo de Alcácer do Sal para o de Palmela. Desta maneira, ficou geograficamente mais perto de Setúbal, exercendo uma

³¹ RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991, cap. 185

³² BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 117

³³ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 20–21

³⁴ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 134–135

³⁵ *Ibid.*, p. 134-135

³⁶ COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248-1926*. s.l.: Estuário História, 2011, p. 35

³⁷ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, p. 3

presença mais efectiva no território, podendo simultaneamente impor um controlo e fiscalização mais rigoroso na rendosa vila portuária. Deste modo, em 1327, temos já referência da existência de um Paço da Ordem na imediações portuárias, mais concretamente, na Praça da Ribeira Velha³⁸. Sucedeu isto no mesmo ano em que as rendas cobradas na vila passam a ser atribuídas à Mesa Mestral da milícia, pois estas eram das receitas mais elevadas de todo o domínio Espatário³⁹.

Na verdade, todo o dinamismo e prosperidade económica em Portugal, neste período, que ajudaram a impulsionar todas as outras vertentes, como o engrandecimento das urbes, não teriam sido concebíveis sem a entrada de Portugal no período da Expansão, que levou os portugueses a abrir e estabelecerem novas vias de comunicação e consequentemente, trocas comerciais, envolvendo os quatro continentes.

Pelo que ficou exposto, vale, portanto, a pena aprofundar um pouco mais a análise da importância da comercialização de produtos a partir de Setúbal.

O comércio setubalense, desde muito cedo, como já foi referido, assentou as suas principais bases na exploração dos recursos oceânicos, como a sua variada gama de peixe, transacionado seco ou salgado, mas também nos seus produtos hortícolas ou frutícolas e nos seus vinhos. Contudo, o produto com maior destaque do mercado sadino, motor do desenvolvimento e do crescimento urbano, estrutural e social, que durante séculos se manteve no topo das exportações nacionais e internacionais da vila, foi, sem dúvida, o sal.

Não se sabe ao certo quando se iniciou a exportação do sal proveniente de Setúbal, no entanto, Virgínia Rau dá-nos conta que o primeiro documento alusivo à transação deste produto no estuário do Sado remonta ao ano de 1274, reportando-se à divisão das dízimas entre o rei e o Ordem. Tanto a produção salineira local como a de Alcácer eram suficientes para abastecerem as suas populações e, uma vez que a capital e o seu termo continuavam a dar mostras de um crescimento demográfico incessante, a maioria dos excedentes salineiros do Sado tiveram como destino Lisboa. Esta utilizava o sal sadino não só de forma a complementar o abastecimento local, mas também a revendê-lo ao tráfego marítimo que o

³⁸ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 71–72

³⁹ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de aristocratização numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV”. In *Actas do Colóquio Internacional Conflito Político: lucha y cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. s.l.: s.n., 2016, p. 282

buscava nos seus portos⁴⁰. Assim, Lisboa mostrou-se, indiscutivelmente, até ao século XVII, como o maior exportador de sal oriundo do estuário do Sado⁴¹.

No século XIV, a rota marítima comercial Alcácer-Setúbal-Lisboa era privilegiada pela Coroa e, por consequência, todo o seu comércio, pois era de Alcácer que saía, entre outros produtos, o tão aclamado cereal cultivado nas planícies alentejanas. Todavia, um tráfico tão frutífero como a «carreira do Sado», para além de privilegiado, foi também submetido a apertadas medidas fiscais, de modo a não escapar ao controlo e às cobranças das dízimas régias, muitas vezes disputadas entre o rei e o Governador de Santiago⁴².

A localização geográfica de Setúbal concedeu-lhe o protagonismo da produção salineira do reino, pois, como já mencionei anteriormente, deveu-se não só à sua própria produção como à ligação que fazia entre o centro/sul do território e a capital e, por fim, à conexão entre Lisboa e a Europa. Tal prosperidade não tardou a captar a atenção dos reinos nos quais esta mercadoria era escassa, mais concretamente os territórios do Norte da Europa⁴³. Os comerciantes de Lisboa tomaram partido da intensa procura do sal nos mercados internacionais, adquirindo o trigo tão necessário nas cidades⁴⁴. Em 1438, D. Duarte vai ainda estimular este mercado consentindo que se exportasse sal, entre outras mercadorias, desde que, em troca, se trouxesse trigo e outros cereais de volta ao reino. Inclusive, de modo a estimular a exportação salineira em troca de cereal, em 1445, o monarca decidiu abolir o dízimo correspondente a este tráfico. Acrescente-se que, devido à Expansão portuguesa para o Norte de África, a metrópole encontrava-se ainda responsável pelo abastecimento de recursos alimentares às suas guarnições estacionadas nas praças africanas⁴⁵.

O comércio do sal sadino, também devido à sua qualidade, atraiu comerciantes de diversas partes da Europa: Galiza, Inglaterra, Irlanda e até Flandres. Contudo, alguns dos maiores importadores do sal português foram os confederados da Hansa, que comercializavam os seus cereais, madeira e panos em troca não só do sal, como também de

⁴⁰ RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História Económica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, p. 95

⁴¹ RAU, Virgínia – *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal: Estudo de História Económica*. Lisboa: Oficinas gráficas dos irmãos Bertrand, 1951, p. 99; BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 157

⁴² RAU, Virgínia – *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal: Estudo de História Económica*, p. 96–97

⁴³ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 156

⁴⁴ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 29

⁴⁵ RAU, Virgínia – *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal: Estudo de História Económica*, p. 99–100

frutas, vinhos, azeite, cortiça, entre outras mercadorias nacionais⁴⁶. Vasta gama esta, que só veio a aumentar no século XVI devido às novas produções portuguesas nas regiões insulares e, obviamente, aos géneros comercializados nas suas viagens ao Oriente e Brasil⁴⁷. Muitos destes recursos tiveram como finalidade a construção naval, com a compra de diversos tipos de panos, fio de cordoalha, madeiras, pez, alcatrão, e depois destes, claro, os cereais⁴⁸.

Reconhecendo a importância do tráfico proveitoso com os agentes da Hansa, D. Afonso V concedeu-lhes privilégios em 1453 e outra vez em 1456, reforçando-os⁴⁹. Virginia Rau referencia uma obra de W. L. Markrich, que demonstra que o comércio estabelecido entre os estados alemães e Portugal revelou-se mutuamente benéfico para ambos os lados. Citando-o, *“of all the Hanse towns Dantzic had the oldest trade relations with Portugal; Dantzic’s lumber, shipmasts, flour, and fur were much in demand in Lisbon as were Portuguese salt, oil, wine, wool and cotton in Dantzic”*⁵⁰. Brevemente, mercadores de outras proveniências, como holandeses, zelandeses e indivíduos das províncias do duque de Borgonha, buscaram obter nos portos portugueses o tão precioso sal. Conscientes do valor deste produto, estes elaboraram uma extensa rede comercial, abrangendo ainda outras comunidades desta vez do interior da Europa, como a Letónia⁵¹.

Com a entrada no período dos Descobrimentos, uma vasta variedade de novos produtos chegados aos portos de Lisboa vieram engrossar os mercados portugueses. Todavia, e apesar da incessante corrida dos estrangeiros aos novos produtos exóticos trazidos pelos portugueses, o sal foi capaz de manter um lugar de destaque nos porões dos comerciantes europeus.

Um dos factos que solidifica este argumento provém dos registos da actividade corsária e pirata que atormentaram as viagens comerciais. Entre as mercadorias saqueadas, encontram-se incontornavelmente as especiarias, mas também, o sal⁵². O que demonstra que este representava ainda relevância comercial na obtenção do lucro. Outro facto ainda provém dos registos do tráfico de sal em Arnemuiden⁵³, entre 1518 e 1571, que nos

⁴⁶ *Ibid.*, p. 100–103

⁴⁷ *Ibid.*, p. 110–111

⁴⁸ *Ibid.*, p. 117

⁴⁹ *Ibid.*, p. 100–101

⁵⁰ W. L. Markrich, *Hanseatic-Iberian Trade Relations between 1490 and 1530*, Universidade da Califórnia, Berkeley, 1950

⁵¹ RAU, Virgínia – *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal: Estudo de História Económica*, p. 102-103

⁵² *Ibid.*, p. 107

⁵³ Localidade da Zelândia, na região dos Países Baixos.

informam que, após 1537, os portugueses perderam a sua predominância, “*sendo depois substituídos pelos franceses e hanseáticos*”⁵⁴. O modesto tamanho de Portugal fez com que se priorizassem os seus recursos humanos e materiais para o domínio, manutenção e controlo das suas novas rotas comerciais estabelecidas ao longo do processo dos Descobrimentos e da Expansão⁵⁵, passando assim, para segundo plano o comércio do sal. Foi igualmente por volta de meados do século XVI que surgiram as primeiras regulamentações régias dirigidas ao comércio salineiro⁵⁶.

O comércio salineiro foi tão importante para o reino, que em 1576, D. Sebastião chegou mesmo a instituir “*um monopólio da venda do sal a favor da coroa*”, estipulando-se, porém, que nunca ultrapassaria a terça parte da produção anual. Em contrapartida, face ao controlo evidente da Fazenda Real no âmbito do abastecimento interno salineiro do reino, os produtores tinham liberdade total de exportar os dois terços restantes como lhes convinha⁵⁷.

1.4. Demografia e Organização do Espaço Urbanístico

Os efeitos da venda do sal foram transversais a vários campos da sociedade setubalense. Um deles foi, sem dúvida, na sua estrutura e desenvolvimento demográfico, logicamente indissociáveis da inevitável reestruturação urbanística da vila.

É difícil contabilizar o número exacto de habitantes que compunham a vila de Setúbal, ao longo dos séculos XIV ao XVI. No entanto, através da análise de diversos documentos, alguns autores foram capazes de compor algumas noções demográficas plausíveis relativas a este período cronológico. Paulo Drumond Braga propôs, para o período medieval, uma contagem populacional de cerca de 1820 habitantes⁵⁸, equiparável a Leiria ou Guimarães.

No século XVI, de acordo com o *Numeramento de 1527*, Setúbal contabilizou por inteiro (intra, extramuros e incluindo ainda o seu termo) cerca de 1255 fogos, dos quais 97,2% se localizavam na vila propriamente dita e 2,8% na sua periferia/termo⁵⁹. Para o início do período moderno, contudo, Oliveira Marques estipula para a vila de Setúbal um valor aproximado a 1220 fogos, ou cerca de 5612 habitantes, evidenciando que a população viria a aumentar consideravelmente no decorrer da Idade Moderna.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 112

⁵⁵ *Ibid.*, p. 113

⁵⁶ *Ibid.*, p. 121

⁵⁷ *Ibid.*, p. 124–125

⁵⁸ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 50–51

⁵⁹ *Ibid.*, p. 53–54

Estipulando para as regiões circundantes os seguintes números:

Século XVI	Fogos	Habitantes
Setúbal	1220	5612
Alcácer	546	2512
Sesimbra	343	1578
Palmela	259	1187

SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique R. de Oliveira (eds.) – *Nova história de Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Vol. 5, p. 19

Ora este crescimento populacional substancial desenvolveu-se, como já foi dito, paralelamente à exploração e comercialização do sal. O primeiro impacto foi, de facto, causado pela necessidade de mão-de-obra necessária para o sustento da cultura do sal. Esta atraiu das regiões envolventes vastas correntes migratórias em busca de trabalho, num número de salinas e marinhas cada vez maior no território⁶⁰.

O espaço medieval de Setúbal começou por ser dividido em duas paróquias, ambas situadas no espaço intramuros: S. Julião, a poente, e S. Maria da Graça, a nascente, sendo a menção mais antiga a esta última freguesia de 1248⁶¹, e à igreja de S. Julião de 1320⁶². Apesar de o centro político estar situado na freguesia de S. Julião, era a de S. Maria da Graça que albergava o maior número de residentes. Estas paróquias eram fundamentais à Ordem de Santiago, tendo como função não só a de consolidar a organização religiosa e política do povoamento, como também a de o enquadrar no espaço urbano⁶³.

O acentuado crescimento urbano veio a complexificar a rede urbana da vila e, por conseguinte alterar a fisionomia da mesma. Contudo, como argumenta Laurinda Abreu, não foi o forte crescimento interno ou as correntes migratórias instaladas no arrabaldes, a principal causa do desenvolvimento e complexificação da rede urbana de Setúbal, mas sim,

⁶⁰ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”. In *I Seminário Internacional sobre o sal português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 332

⁶¹ *Ibid.*, p. 45

⁶² SILVEIRA, Ana Cláudia – “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando”, p. 253

⁶³ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 72

a pequena elite, rica e abastada, composta quer por espatários, elementos da baixa nobreza, elites locais afortunadas ou simplesmente, mercadores enriquecidos⁶⁴.

1.4.1. Renovação das Estruturas Urbanísticas e Administrativas

Foi a partir desta actividade em constante florescência na vila de Setúbal que, na transição do século XV para o século XVI, de uma forma natural e já esperada, se deram diversas intervenções urbanísticas de afirmação e ostentação do poder de Santiago. A mais proeminente respeitou aos Paços da Ordem, os quais foram ampliados através da anexação e adaptação de estruturas circundantes de modo a satisfazer todas as necessidades recorrentes da milícia⁶⁵. A obra encontra-se referenciada na documentação entre os anos de 1511 e 1516⁶⁶.

Ao situarem-se na zona portuária, os Paço da Ordem, não só exerciam um controlo da navegação no estuário do Sado, como também de todo o espaço da urbe onde se encontrava. Era no Paço da Ordem que se guardavam os Pesos, uma vez que a sua utilização era somente concedida ao direito senhorial. Assim sendo, era por esta infraestrutura que, obrigatoriamente, passavam todas as mercadorias descarregadas na vila e, por sua vez, também eram cobradas todas as rendas e direitos alfandegários pertencentes ao Governador da Ordem. Segundo Ana Cláudia Silveira, há notícia de que a Ordem dispunha ainda “(...) no início do século XVI de uma casa em que se fazia a fazenda do Mestre”⁶⁷. A concentração destas diversas infraestruturas na mesma zona reforçava, não só a centralidade política dos Espatários, como também a vertente económica⁶⁸.

Com as guerras portuguesas circunscritas aos territórios ultramarinos, a função militar das estruturas caiu em desuso, perdendo a sua utilidade. Desta forma, os seus proprietários decidiram atribuir-lhe características residenciais, como se sucedeu nas remodelações do Paço da Ordem promovidas por D. Jorge de Lencastre, ostentando símbolos de âmbito senhorial conotadas com prestígio social, conforto e luxo. Concomitantemente, afirmava-se com vigor o seu carácter de vértice político e institucional no território⁶⁹.

⁶⁴ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”. In *I Seminário Internacional sobre o sal português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 332

⁶⁵ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 27

⁶⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 80

⁶⁷ *Ibid.*, p. 79

⁶⁸ *Ibid.*, p. 74

⁶⁹ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 81–82

No entanto, o Governador não se limitou a renovar o seu Paço. Outras remodelações também tomaram lugar neste período, como a ampliação da Igreja de S. Julião⁷⁰, templo ao qual o Paço da Ordem já se encontrava associado desde 1339⁷¹, e a abertura da ampla praça do Sapal, zona onde se instalaria a sede do poder municipal. Estas inúmeras remodelações em edifícios político-institucionais da Ordem Militar de Santiago parecem dar-se num género de «concorrência» à influência do poder régio em Setúbal⁷².

Para além da concorrência de poderes entre a Ordem e o monarca na divisão de rendas, dízimos e sisas, ambas as entidades disputaram entre si a influência sob as gentes sadinas. Enquanto o Governador de Santiago edificou um novo Paço, ampliou a Igreja de S. Julião e alargou a praça do Sapal, D. João III decidiu apelar à fidelidade dos setubalenses, após a sua visita em 1525, ao iniciar a construção de um mosteiro dominicano. Um ano depois, o monarca selou um acordo com Gil Fernandes, pedreiro lisboeta, que ficou encarregue da construção *“do [novo] Paço do Trigo e casas da camara e audiencias e cadeia e açougues e outras casas de que ao diante se faz mençam, na vila de Setubal”*⁷³, estimulando a lealdade e compromisso com o poder municipal e, por sua vez, com as elites locais. A 27 de Setembro do mesmo ano, concedeu o título de *“muy notavel vila”*⁷⁴, movendo depois, em 1530, o seu assento em Cortes do sétimo para o quarto lugar, junto de Estremoz e Montemor-o-Novo⁷⁵. Segundo Laurinda Abreu, apesar desta concorrência de poderes e influências na vila, os setubalenses «optaram» pela obediência ao monarca, *“(…) enquanto abandonava o mestre, colhendo os benefícios decorrentes desta transferência de fidelidade. Talvez por isso a integração da Ordem de Santiago na Coroa (...) não registe sobressaltos de maior entre os setubalenses”*⁷⁶.

Contudo, e apesar deste mestrado já se encontrar associado a membros da Casa Real, desde 1418, tal não impediu que houvesse, por vezes, uma dissonância entre os interesses régios e espatários em Setúbal⁷⁷. Tal levou a que a Ordem de Santiago, por diversas vezes,

⁷⁰ *Ibid.*, p. 82

⁷¹ *Ibid.*, p. 79

⁷² *Ibid.*, p. 83

⁷³ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 27–28

⁷⁴ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. 5, p. 35

⁷⁵ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 27–28

⁷⁶ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 28

⁷⁷ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de aristocratização numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV”, p. 283

tentasse dissuadir a tentativa de penetração da influência régia na região, de modo, a açambarcar para si, as avultadas colectas de rendas e impostos.

1.4.2. O Poder Administrativo

No século XVI, a antiga praça da Ribeira Velha, centro do poder administrativo da urbe, onde se localizavam os diversos edifícios incumbidos da gestão e administração da vila⁷⁸, começava agora a dividir o seu protagonismo com a nova Praça do Sapal, que passou a albergar a nova Casa da Câmara, por volta de 1526, e também o novo Paço do Trigo, autorizado pelo rei em 1533⁷⁹.

D. Jorge de Lencastre, último Governador da Ordem de Santiago, antes desta passar para a posse da Coroa à sua morte, em 1550, governou a vila de Setúbal, onde por vezes a única oposição visível era o poder municipal, uma vez que a presença de nobres em Setúbal parece ter sido escassa. Não obstante, sempre que se encontravam presentes na vila, obedeciam às leis da mesma, podendo até, eventualmente, estimular a economia local ou exercer cargos ou ofícios municipais⁸⁰, recebendo bens e rendas, mesmo que não fossem residentes nesta⁸¹.

Embora tivesse havido uma fraca representação nobiliárquica em Setúbal, e daí um número mais reduzido de representantes do poder real, o monarca procurou continuamente implementar uma «estratégia alternativa», passando a favorecer os poderes concelhios locais, passado esta mesma oligarquia a reflectir o *“modelo centralizador régio na suas medidas políticas”*⁸². Para este fim, introduziu os corregedores e juízes de fora, de modo a controlar e influenciar de forma mais directa a vida municipal e, sempre que possível, oficiais régios (escudeiros, cavaleiros) destinados a assumirem cargos concelhios, o que desagradava tanto aos homens-bons como ao próprio Governador⁸³. Era frequente a nomeação de sujeitos já de renome na vila para exercitar certos cargos ou ofícios, como

⁷⁸ A saber: O Paço do Mestre, o Pelourinho, símbolo do poder municipal, a antiga casa dos Vinte e Quatro, o antigo Paço do Trigo e o mercado do peixe, que funcionava também como *“centro receptor e distribuidor do comércio local e regional”*. ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 19

⁷⁹ PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a História e administração do município de Setúbal*, p. 295; BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 260

⁸⁰ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 177

⁸¹ *Ibid.*, p. 182

⁸² *Ibid.*, p. 265

⁸³ *Ibid.*, p. 262–263

clarificou Ana Cláudia Silveira: “(...) encontrando-se igualmente facilitado aos indivíduos com o estatuto de vassalo régio o acesso aos principais cargos do poder municipal.”⁸⁴.

A primeira referência que dispomos referente aos Paços do Concelho data de 1397, situados na Praça da Ribeira, alterando-se a localização, em 1526, para a Praça do Sapal⁸⁵. O poder municipal parece ter sofrido algumas alterações ao longo dos séculos XIV e XV, derivado das transformações sociais e económicas que decorreram durante este período⁸⁶. Na vila, os grupos mais abastados eram aqueles ligados às actividades marítimas, como os marítimos, que, como era costume, se organizavam por corporações, sendo a sede deste grupo a Casa do Corpo Santo, onde dispunham, inclusive, de um hospital dedicado ao serviço da irmandade⁸⁷. Era então deste grupo que se extraíam os homens-bons e procuradores da vila de Setúbal, ao longo dos séculos XIV e XV⁸⁸. A vila era administrada por uma oligarquia urbana, que era composta não só pelos homens-bons, como também, a partir do século XIV, pelos representantes dos mesteiros. Desta oligarquia faziam ainda parte membros pertencentes à Ordem Santiaguista e os elementos do oficialato régio⁸⁹. Estes grupos locais complexificaram-se, especializando-se em cargos e órgãos de poder local. Surgiu a figura do vereador que passou a ser preenchida pelas figuras de maior prestígio social local: os homens-bons. Deste modo, foram-se restringindo as malhas do poder a um grupo muito restrito de habitantes de elite, concebendo-se assim a constituição de uma oligarquia municipal, apesar de conter ainda mesteiros⁹⁰.

No decorrer do século XV, notou-se um aumento da recusa do exercício de cargos concelhios, sendo que esta repudição era somente admitida a uma variedade de cargos limitados. Muitas vezes esta recusa derivou do facto de que para o seu responsável exercer eficientemente o seu ofício seria-lhe necessário fazer uso da própria fazenda, para liquidar as despesas inerentes ao cargo. Logo, seria de esperar que, com os negócios do sal e o

⁸⁴ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, p. 17–18

⁸⁵ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 259–260

⁸⁶ *Ibid.*, p. 255

⁸⁷ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 19

⁸⁸ *Ibid.*, p. 24–25

⁸⁹ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”. In *IX Congresso Internacional de la Asociación Española de la Historia Económica*. Murcia: s.n., 2008, p. 3

⁹⁰ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 256–257

enriquecimento que este proporcionou aos proprietários das marinhas⁹¹, estes cargos estivessem agora ao alcance deste estrato, mudando assim, de vez, o paradigma social das elites concelhias setubalenses no, século XVI⁹². Deparamo-nos então com a existência de três poderes governativos na vila de Setúbal: o rei (directa ou indirectamente através dos seus representantes), o Governador da Ordem e o poder municipal. Uma vez que, cada instituição actuava de acordo com os seus interesses, era inevitável o confronto de «ambições» e expectativas. Estas «colisões» de interesses foram bastante perceptíveis até 1550, quando o mestrado santiaguista passou a integrar a Casa Real.

Era comum, por exemplo, a contestação do poder municipal perante o rei relativamente à presença de indivíduos ligados à Casa Real, solicitando ao monarca que estes carecessem previamente de aprovação por parte do concelho antes de exercerem funções. Um exemplo de que dispomos remonta ao século XV, sendo corregedores e ouvidores acusados de aplicarem posturas contrárias aos interesses da vila. Estas serviam apenas para subjugar a povoação e para os meirinhos e seus chanceleres poderem receber as penas prescritas na lei. Assim, foi pedido que tais posturas só se aplicassem após concedida a aprovação do concelho⁹³.

A incorporação do Mestrado na Coroa, em 1550, parece ter dissipado os conflitos de poder na vila, já que a identidade do Governador estava agora fundida na do rei. Este foi, pois, um dado fulcral que reestruturou a cena política e social vivida em Setúbal, no desenrolar do século XVI.

A produção e comercialização do sal tornou-se um negócio altamente aliciante para os diversos grupos sociais residentes na vila. Os seus lucros avultados motivaram, para além da oligarquia local, instituições como confrarias ou mosteiros a adquirirem marinhas⁹⁴. O comércio do sal alterou a estrutura económica de Setúbal e, conseqüentemente, a sua estrutura social, no primeiro terço do século XVI, ocasionando uma “(...) *deslocação do poder local das mãos dos marítimos para as dos proprietários das marinhas*”⁹⁵. Este rentável negócio fez com que muitos ambicionassem obter uma marinha ou, pelo menos, uma carta

⁹¹ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 48

⁹² BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 264

⁹³ *Ibid.*, p. 266

⁹⁴ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”. In *IX Congresso Internacional de la Asociación Española de la Historia Económica*. Murcia: s.n., 2008, p. 5–6

⁹⁵ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 25; *Ibid.*, p. 48

de sesmaria, que lhes permitisse a construção de uma. Entre os interessados estavam desde mercadores a membros da Ordem de Santiago, ou até escudeiros e cavaleiros da Casa Real⁹⁶, elementos relacionados com ofícios da administração concelhia, fiscal e ainda responsáveis pela organização militar.

É-nos possível observar um pouco de cada camada social envolvida no comércio salineiro, como já foi dito, no entanto a maior parte parece advir da milícia espatária. A corrida ao negócio do sal manteve-se, todavia, na sua grande maioria circunscrita a uma elite, pois aquele necessitava, para o seu arranque, de um investimento de capital que não cabia à maioria da sociedade⁹⁷.

Na década de 1530, o litoral sadino constituía o maior conjunto salineiro do país. Com a expansão urbana que este estimulou, as marinhas tiveram que ser deslocadas para zonas mais afastadas do centro, proporcionando tanto a expansão de marinhas já existentes, como a revitalização de outras⁹⁸. Os indivíduos que entravam no negócio das marinhas e moinhos de maré não só adquiriam altos rendimentos proveitosos, como prestígio social e, por sua vez, influência política⁹⁹.

Um ponto que encontramos em comum entre estes indivíduos, para além de se encontrarem associados a instituições de poder como a Ordem de Santiago ou a Casa Real, é que estavam ligados a instituições como confrarias, albergarias ou hospitais¹⁰⁰. Uma grande porção das salinas achava-se, de facto, “*integradas no património de assistência (...)*”¹⁰¹, e fundações pias¹⁰². Instituições como as confrarias passavam a ser o ponto de convergência, onde indivíduos de diversos grupos sociais se encontravam e criavam laços de solidariedade entre si¹⁰³. Compreendemos então que não era invulgar a associação destes

⁹⁶ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”. In *IX Congreso Internacional de la Asociación Española de la Historia Económica*. Murcia: s.n., 2008, p. 9–10

⁹⁷ *Ibid.*, p. 11–12; ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*. s.l.: SCMS, 1990, p. 18

⁹⁸ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, p. 5–6

⁹⁹ *Ibid.*, p. 15; ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”, p. 332

¹⁰⁰ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, p. 17

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 9

¹⁰² *Ibid.*, p. 11–12

¹⁰³ SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, p. 17

confrades ao exercício de funções como vereadores do município, juizes ordinários ou ainda procuradores do concelho em Cortes¹⁰⁴.

Os primeiros passos da Ordem para a maior rentabilização das áreas circundantes do núcleo de Setúbal foi o aproveitamento das zonas de palustres, em especial na zona de *“confluência da Ribeira do Livramento com o rio Sado, onde desde o século XIV encontramos referências a infraestruturas portuárias, estruturas amuralhadas e edifícios com funções administrativas e fiscais associadas à gestão senhorial do núcleo urbano”*¹⁰⁵. As zonas pantanosas sujeitas a dragagens e arroteamentos eram depois transformadas em terrenos agropecuários ou, em zonas mais ribeirinhas, salinas, marinhas, viveiros de peixe ou até para a instalação de moinhos¹⁰⁶.

1.4.3. Crescimento das Zonas de Arrabalde: as novas paróquias

No século XIV, era já perceptível a existência de duas regiões de arrabalde no extramuros da vila: Troino, a poente, e Palhais, a oriente, fruto do crescimento e da pressão demográfica que se fez sentir no perímetro amuralhado. Todavia, estas zonas circundantes, tal como muitas outras na vila, eram constituídas por áreas humildes e palustres, motivando assim a intervenção do braço da Ordem de Santiago. Os seus motivos não foram, no entanto, apenas de constituição e formação de novos espaços urbanos destinados à população, através dos arroteamentos.

A zona de Troino foi, de facto, onde os Santiaguistas estabeleceram tanto as suas primeiras marinhas de sal, como outras rentabilizações de recursos, como hortas, datadas de 1368¹⁰⁷. Não obstante, adicionando aos rendimentos que tiravam da exploração salineira na zona de Troino, estes procederam também ao arroteamento e início do processo de urbanização nesta mesma zona de arrabalde, possibilitando um crescimento demográfico

¹⁰⁴ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”, p. 333

¹⁰⁵ SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»^a ed. Braga: Universidade do Minho, 2014, p. 118–119

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 73; SILVEIRA, Ana Cláudia – “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando”. In *Castelos das Ordens Militares. Actas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, 2013, p. 252; SILVEIRA, Ana Cláudia – Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de aristocratização numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV, p. 282

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 120–121

de forma sustentável e organizada, ao mesmo tempo que estruturavam e economizavam o dito espaço¹⁰⁸. Porém, todo este processo se desenrolou de forma paulatina, pois encontramos testemunhos relativos a 1443 e 1480 que referem ainda terrenos alagados em Troino¹⁰⁹.

Como resultado deste empreendimento, aliado à pressão demográfica populacional, surge a formação de duas novas paróquias, em 1553, criadas a partir da subdivisão das duas primeiras: Nossa Senhora da Anunciada, nascida da paróquia de S. Julião, enquadrando o arrabalde de Troino; e, S. Sebastião, no mesmo ano, formada a partir da freguesia de S. Maria da Graça, que enquadrava o arrabalde de Palhais. Contudo, como nos informa Laurinda Abreu, estas nunca perderam *“um carácter rural e proletário”* e serviram como *“abastecedoras da comunidade e de residência para trabalhadores e grupos sociais mais desfavorecidos”*¹¹⁰. Setúbal vê-se assim, em meados do século XVI, composta por quatro freguesias, que se estendiam longitudinalmente ao longo do rio Sado. Estes procedimentos introduzidos pela Ordem proporcionaram a concretização eficaz de vários parâmetros que estavam ao encargo da milícia, como a consolidação dos seus domínios, a exploração e desenvolvimento económicos e a amplificação dos seus meios de controlo e organização fiscal¹¹¹.

1.5. O Espaço Religioso

1.5.1. As Confrarias

Enquadradas nas paróquias, existiam ainda as confrarias. Entrando assim no campo da religiosidade em Setúbal nos séculos XIV ao XVI, vale a pena recordar, que as confrarias usufruíam de uma maior influência nos espaços periféricos da vila. Ao estarem mais afastadas do centro da vila, nestas áreas circundantes o poder dominante não era o espatário, mas sim o eclesiástico. Nas freguesias da Anunciada e S. Sebastião, a Igreja desempenhava uma função idêntica à que o grupo oligárquico assumiu no centro da vila:

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 121

¹⁰⁹ SILVEIRA, Ana Cláudia – “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando”. In *Castelos das Ordens Militares. Actas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, 2013, p. 256

¹¹⁰ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”, p. 333; PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a História e administração do município de Setúbal*, p. 141–144; ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 55–56

¹¹¹ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, p. 72; SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”, p. 118

uma modelação de território, aliada a uma ocupação privilegiada desses espaços. Este processo foi consolidado através da implantação de instituições religiosas, como confrarias e casas religiosas¹¹². Uma vez que o centro da vila estaria «saturado» de elementos de influência senhorial, tanto régia com Santiaguista, o poder eclesiástico apenas vingou nestas áreas mais afastadas¹¹³.

Estas associações compostas quer por clérigos, leigos ou ambos, tinham como objectivo promover “*a assistência mútua entre os seus membros (...) a prática de obras pias e o culto do santo patrono (...)*”¹¹⁴, ou seja, destinavam-se a oferecer acompanhamento espiritual complementar ao já recebido pela Igreja¹¹⁵, proporcionando adicionalmente apoio financeiro, e promovendo ainda acções de caridade e solidariedade. No entanto, acima de tudo, as confrarias serviam como modo de integrar e enquadrar o indivíduo na sua comunidade local. Para mais, resultante dos acordos estabelecidos pelo Concílio de Trento, os cultos litúrgicos carregavam agora, mais do que nunca, uma pedagogia catequética, de modo a comover e educar o crente¹¹⁶.

Nestas irmandades podemos encontrar elementos pertencentes às diversas camadas sociais, da baixa nobreza, ao clero, à burguesia, ao pequeno artesão, tornando-se centros homogeneizadores de costumes, práticas e cultos, gerando na sua convivência laços de solidariedade e ‘amizade’ entre os seus confrades, na vida ou na morte.

Na Idade Média, em Setúbal, existiam pelo menos quatro confrarias (cada uma dispunha de um hospital anexado¹¹⁷): Corpo Santo, Santa Maria da Anunciada, Espírito Santo e Santo Estêvão. A primeira foi a mais antiga, datada de 1340, embora Almeida Carvalho, a date de 1274¹¹⁸. Era composta por pescadores, mareantes, marítimos e navegadores. Enquanto que, Paulo Drumond Braga argumenta que esta não teria sede¹¹⁹, Laurinda Abreu, por sua vez, situa-a na Igreja de S. Julião, na Praça do Sapal¹²⁰. Tinha como principal objectivo a

¹¹² ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”, p. 334

¹¹³ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 73

¹¹⁴ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 395

¹¹⁵ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, p. 32

¹¹⁶ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 113-114

¹¹⁷ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, p. 26

¹¹⁸ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 397

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 396

¹²⁰ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, p. 34

assistência a mareantes e pescadores feridos ou acidentados na prática do seu ofício. O seu sustento provinha das rendas das várias propriedades que possuía; a estas foi-lhe adicionada, em 1510, a redízima do pescado. Os seus confrades eram ainda detentores de alguns privilégios. Em 1444, o regente D. Pedro autorizou a recusa da prática de cargos municipais contra a sua vontade. Em 1460, foi-lhes concedido, por D. Afonso V, o direito de atracar junto às muralhas da vila. E, em 1500, D. Manuel autorizou a detenção de confrades pelos próprios juízes da associação¹²¹.

A confraria de Nossa Senhora da Anunciada remonta ao ano de 1368, estabelecida na freguesia do mesmo nome. Foi também ela detentora de diversos privilégios, possuindo os seus próprios juízes e livre administração. Foi esta confraria que teve o privilégio de ter como confrades tanto o Infante D. Fernando, como o seu filho, e futuro rei, D. Manuel, o qual decidiu, em 1488, conceder à confraria duas arrobas de açúcar no princípio de cada ano¹²².

Já em relação à confraria do Espírito Santo, sabe-se pouco. Datada de 1372, detinha um hospital anexo, tal como as restantes. Em 1510 possuía três capelães, os quais se responsabilizavam pela realização de diversos ritos, cultos e celebrações religiosas¹²³.

Por último, a confraria de Santo Estêvão, da qual também se sabe muito pouco. Era composta por pescadores cerqueiros que frequentavam a capela das Almas, onde guardavam a imagem do seu santo¹²⁴.

Contudo, no decurso do século XVI e derivado principalmente ao impacto social gerado pela exploração e comercialização do sal sadino, este panorama confederal alterou-se. Segundo o estudo de Laurinda Abreu, deu-se um fenómeno de *“subalternização da capacidade de intervenção dos marítimos representados pela Casa do Corpo Santo”*¹²⁵. A nova configuração social em nada alterou a sua constituição ou os seus compromissos. No entanto, o seu prestígio havia sido drenado e os confrades viam-se agora a braços com *“mais obrigações que privilégios”*¹²⁶. Porém, e ainda com a introdução da reforma tridentina

¹²¹ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 397-398; ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*; *Ibid.*, p. 40-41;

¹²² BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 398-399; ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 108

¹²³ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 401

¹²⁴ *Ibid.*, p. 400-401

¹²⁵ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 68

¹²⁶ *Ibid.*, p. 68

e as suas respostas, novas confrarias vieram a formar-se em Setúbal, de modo a reforçar a presença física da Igreja no território.

Provenientes de diversas ideologias, desde a promoção de novos cultos à introdução de mais ritos individualizados, novas associações foram-se solidificando um pouco por toda a vila, durante a Modernidade. No entanto, referenciarei aqui apenas aquelas que surgiram até ao ano de 1580, baliza cronológica final da análise desta dissertação.

A sobreposição cronológica da reestruturação social promovida pelo comércio salineiro aliado ao crescimento demográfico e à introdução de novos movimentos catequéticos gerados pela reforma tridentina, trouxeram à vila de Setúbal a implementação de novas casas religiosas, que vieram reforçar a presença da Igreja numa população numerosa local que precisou de ser enquadrada e educada na fé católica¹²⁷.

Durante o século XVI surgiram em Setúbal quatro novas confrarias (sendo estas marianas e fomentadoras do culto do Santíssimo Sacramento ou profissionais¹²⁸): a confraria da Santa Casa da Misericórdia, datada de 1500¹²⁹; a do Santíssimo Sacramento, de 1541, sediada na igreja de S. Julião; a confraria das Almas, em 1568, localizada no mesmo templo; e, por último, a de Santa Maria, de 1580¹³⁰, que ultrapassa já a nossa barreira cronológica.

Às confrarias do Santíssimo Sacramento fora-lhes concedido o meritório serviço e *“responsabilidade das celebrações litúrgicas ligadas aos mistérios da paixão, morte e ressurreição de Cristo”*, ou seja, toda a pedagogia catequética e educação religiosa e espiritual dos fiéis da doutrina estabelecida pelo Concílio de Trento. Estes ensinamentos deveriam de aliciar os crentes, através do êxtase, de modo, a se «submeterem» à fé católica¹³¹.

Depois desta, encontrava-se a confraria das Almas que, abraçou a crença do Purgatório, reiterada por Trento¹³². Os seus órgãos de gestão e, restantes cargos, como mordomos e juízes eram exclusivos a mercadores, não só pelas elevadas despesas do cargo, mas também,

¹²⁷ *Ibid.*, p. 81

¹²⁸ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”, p. 334

¹²⁹ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, p. 21

¹³⁰ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 111

¹³¹ *Ibid.*, p. 114

¹³² *Ibid.*, p. 114-115

por terem sido estes os fundadores originais da dita confraria. Todavia, esta restrição mostrou-se danosa para a confraria a longo prazo¹³³.

Em relação à Santa Casa da Misericórdia, as primeiras referências documentais remontam aos inícios da centúria de Quinhentos. Situava-se numa “*casa de igreja*” chamada Santa Maria dos Anjos, nas imediações do convento de Jesus. Para o seu funcionamento deveriam de se aplicar os mesmos estatutos da «Misericórdia-Mãe» de Lisboa, criada em 1498, tal como os mesmos privilégios e isenções da «confraria-mãe»¹³⁴. Uma das características que diferenciava a Santa Casa da Misericórdia era a sua admissão, que era mais restrita que as demais¹³⁵.

A Misericórdia era uma instituição pobre, situada fora dos principais centros de sociabilidade. O seu reconhecimento só se alterou significativamente, em 1516, quando D. Manuel decretou que a procissão de Nossa Senhora da *Vizitação* terminasse na dita confraria, ganhando visibilidade e espaço diante dos crentes. O próximo grande salto desta confraria só se deu em 1566, quando foi autorizada a anexar ao seu património tanto o hospital do Espírito Santo, como o da Nossa Senhora da Anunciada¹³⁶, o que lhe proporcionou um rendimento adicional mais avultado. Tirando esses rendimentos, os bens pertencentes à Santa Casa de Setúbal “*provinham, quase exclusivamente, de doações feitas directamente à Casa ou de aquisições efectuadas pelas administrações com fundos resultantes de anteriores legados*”¹³⁷. Em Setúbal, o número de confrades religiosos inscritos era muito diminuto, sendo a esmagadora maioria, composta de leigos, incluindo as suas administrações, ou Mesas, vinculando a tutela da instituição do poder régio¹³⁸.

1.5.2. Estruturas Conventuais

No que toca à difusão de estruturas conventuais em Setúbal, esta parece ser um pouco tardia em comparação com o contexto nacional. No século XV, a vila dispunha apenas de dois conventos, mas o destaque que esta obteve com a exportação do sal despontou o interesse de outras instituições que decidiram então implantar-se em Setúbal. Desta forma,

¹³³ *Ibid.*, p. 116

¹³⁴ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, p. 21–22

¹³⁵ *Ibid.*, p. 24

¹³⁶ *Ibid.*, p. 26–28

¹³⁷ *Ibid.*, p. 47

¹³⁸ *Ibid.*, p. 24

o enriquecimento da vila no século XVI, aliado às novas imposições saídas do Concílio de Trento, trouxeram à vila sadina diversas Ordens, que não só pretendiam exercer uma presença mais efectiva da Igreja na região, como também na vida quotidiana dos setubalenses através da evangelização das mentes.

A primeira Ordem que se implementou na vila foi a dos Frades Menores que, em 1410, fundou o convento de S. Francisco de Setúbal. A partir de um pedaço de terreno cedido por D. Maria Eanes Escolar ergueu-se o dito convento, que ainda beneficiou do contributo do neto da fundadora, Vasco Queimado de Vilalobos e de privilégios régios de D. Afonso V, D. João II, e D. Manuel, uma vez que, era no dito convento que estes se alojavam quando se deslocavam à vila¹³⁹. Nos finais do século XV, mais precisamente em 1490, funda-se em Setúbal o segundo convento mendicante, o convento de Jesus da Ordem de Santa Clara. Este foi fundado por Justa Rodrigues, ama de leite de D. Manuel, paralelamente com o intuito de tornar esta estrutura num panteão familiar. Esta edificação refletia não só o crescimento social, económico e demográfico da vila, como a sua relevância a nível nacional. Para a concretização deste mosteiro, beneficiou D. Justa de doações por parte do Infante D. Fernando, da rainha D. Leonor, do Mestre Gil, cirurgião-mor do Reino, de D. Jorge de Lencastre, bem como dos reis D. João II e D. Manuel¹⁴⁰.

Talvez devido à forte presença dos monges guerreiros na vila ou à maior inclinação por parte das populações em confiar o seu enquadramento espiritual às confrarias, o facto é que, no século seguinte à implantação do primeiro convento, o mesmo não motivou muita adesão por parte dos setubalenses. Tendo permanecido por longos anos apenas como capela fúnebre para a família dos seus fundadores. Já aos monarcas portugueses este parece ter despertado algum interesse, pois foi honrado com doações e isenções. Mesmo com a emergência de mais dois conventos, o de Jesus e o de S. João, nenhum deles parece ter cativado o interesse da comunidade sadina¹⁴¹.

¹³⁹ BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 382–383

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 384–385

¹⁴¹ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 85–86

Assim, nos finais do século XVI, o cenário conventual em Setúbal era o seguinte:

1410	Convento de S. Francisco	Franciscanos
1490	Convento de Jesus	Franciscanos
1525	Convento de S. João	Dominicanos
1531	Convento de N. S. da Conceição	Paulistas
1539	Convento da Arrábida	Franciscanos capuchos da Arrábida
1564	Convento de S. Sebastião	Dominicanos
1576	Convento de Alferrara	Franciscanos capuchos da Arrábida
1598	Convento de N. S. do Carmo	Carmelitas Calçados

ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*. Coimbra: s.n., 1998, p. 82

Como descreveu Laurinda Abreu, em 1410, o convento de S. Francisco, ocupava-se de ministrar os ritos eclesiásticos às almas do lado poente da vila, reforçado pelos Arrábidos do convento da Arrábida, em 1539. Em 1531, a noroeste, encontra-se o convento de S. Paulo; mais tarde, em 1578, nascia o convento de Alferrara. Mais perto das populações, em 1490 erguia-se o convento de Jesus, num dos extremos de Setúbal (Norte); e ainda, em 1530, o convento de S. João. A Nascente morava a convento de S. Sebastião, estabelecido em 1564. Por fim, embora já fora da nossa cronologia, o convento de Brancanes, em 1682, que viria a

fechar o círculo espiritual que envolvia Setúbal no seu culto católico. “*Setúbal pode descansar em paz*”¹⁴².

Concluímos então que Setúbal, de um modo geral, prosperou entre os séculos XV e XVI. O seu enquadramento geográfico no litoral português possibilitou o aumento dos negócios por via marítima, proporcionando-lhe avultados lucros, especialmente nas exportações de sal, produto muito desejado nos territórios do norte da Europa.

A prosperidade económica despontou a curiosidade das populações envolventes que migraram para os arrabaldes das suas muralhas, gerando um aumento do seu número de paróquias. Tal prosperidade também chamou a atenção tanto do Governador da Ordem de Santiago, que mudou a sua residência da sede de Palmela, para a zona portuária de Setúbal, como também do próprio rei de Portugal, que não só atribuiu o título de *muy notável* vila a Setúbal, como lhe subiu o seu assento em Cortes de sétimo para quarto, concedendo-lhe prestígio a nível nacional.

Finalizamos assim a contextualização do meio de onde provieram os membros da família Queimado. No entanto, para além de residentes da vila de Setúbal, estes indivíduos eram membros da nobreza portuguesa, ainda que das baixas camadas que também se moldaram e adaptaram às circunstâncias originadas pelos Descobrimentos Portugueses. Desta forma, no próximo capítulo abordaremos de que maneira a nobreza se envolveu nos processos que consolidaram a formação do Império Marítimo Português, na gestão dos negócios da Casa da Índia e da Moeda, nas navegações transatlânticas, e nos novos palcos de guerra que surgiram pontuados um pouco por toda a costa do Índico, fruto não só da ideologia cruzadística manuelina, mas também da ambição dos capitães portugueses.

Por fim, exporemos então a história da família Queimado, a sua ligação a Setúbal e os percursos dos membros da família que, ao longo do século XV e XVI, contribuíram para a consolidação do Império Português.

¹⁴² *Ibid.*, p. 57

II. A Nobreza e a Expansão

São inúmeros os factores que conduziram à expansão ultramarina portuguesa: motivos sociais, políticos, económicos e até religiosos, que se alargavam muito para além da esfera das altas classes da sociedade portuguesa. Tais factores levaram a que a criação do Império Português tenha surgido de um esforço conjunto da grande parte da população¹⁴³, e não de um só grupo social específico.

Para a nobreza portuguesa do século XV, a expansão ultramarina tornou-se num elemento oportuno e proveitoso para a sua vivência, após o estabelecimento das tréguas com Castela, em 1411. Comprimidos entre a fronteira territorial e o mar Atlântico, foi esta nova iniciativa que proporcionou às diversas camadas nobiliárquicas, em especial às camadas de segundogénitos e escalões intermédios, a possibilidade de adquirirem cargos, privilégios e até bens fundiários, elementos fulcrais ao estatuto e condição nobre, aliviando assim os atritos e tensões sociais que se tinham vindo a acumular dentro do grupo¹⁴⁴. As expedições ultramarinas possibilitaram um escoamento destes membros «secundários» da nobreza, proporcionando-lhes novas oportunidades de valorização social. Já nos século XVI, os membros da nobreza foram também associados a cargos superiores do Estado da Índia, entre outras estruturas adjacentes, provenientes da criação de fortalezas, feitorias e armadas no Oriente¹⁴⁵. Outra via de descompressão, embora menos feliz, seriam as mortes que poderiam ocorrer durante todo o processo, abrindo novas vagas à nobreza ambiciosa desejante de adquirir prestígio¹⁴⁶.

Assim, enquanto um primogénito de uma Casa teria o seu futuro assegurado pela herança directa do seu progenitor no reino, muitos segundos filhos acabariam por buscar a sua sorte nas terras do além-mar, de modo a garantir a sua subsistência e a continuação da sua linhagem¹⁴⁷.

Embora longe do Reino, eram diversas as oportunidades para este grupo nobiliárquico alcançar privilégios, novos rendimentos, senhorios ou ainda nomeações para novos cargos

¹⁴³ COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”. In *Anais de História de Além-Mar*. 2001, Vol. 2 p. 88

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 89

¹⁴⁵ COSTA, João Paulo Oliveira – “A Nobreza e a Fundação do Estado Português da Índia”. In *Vasco da Gama, Homens, Viagens e Culturas Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. Vol. 2, p. 48

¹⁴⁶ *Ibid.*, p.43

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 42

remunerados¹⁴⁸. Desde os primórdios da Expansão que o Norte de África serviu como «palco privilegiado», onde milhares de homens procuraram afirmar o seu estatuto de guerreiros¹⁴⁹. Este esforço bélico correspondia à continuação territorial da Reconquista cristã concluída no século XIII, assentando num dos elementos identitários mais antigos do Reino cristão português, a guerra contra a mourama¹⁵⁰. Este esforço, embora custoso, podia honrar o nobre com alguma tença, mercê ou até uma promoção de estatuto, derivando do seu desempenho no campo de batalha¹⁵¹. A *performance* de um nobre no desempenho da sua tarefa, tanto na esfera militar como na administrativa ou diplomática, poderia determinar a sua sorte no futuro, pois era através deste factor que muitos adquiriram a confiança do rei¹⁵². Também o reconhecimento da costa africana e o estabelecimento do trato africano, na segunda metade do século XV, foram conduzidos, em grande parte, por elementos da baixa nobreza.

Um pouco mais tarde, já no reinado de D. Manuel I, tanto as viagens de Descobrimentos como as Armadas da Carreira da Índia, continuaram a ser dirigidas maioritariamente por indivíduos pertencentes à Casa Real¹⁵³, característica proveniente da época de D. Afonso V. A política expansionista, contudo, viu algumas alterações com a subida de D. João III ao trono, uma vez que este monarca conduziu uma política oposta à de seu pai D. Manuel I, como o fim do “*plano de alargamento da rede de fortalezas no Oriente*”¹⁵⁴ e da ideologia de Cruzada e conquista de Jerusalém, ao mesmo tempo que se agravou a presença de pirataria francesa nas rotas portuguesas¹⁵⁵.

2.1. As Instituições Administrativas dos Negócios Ultramarinos

A transição do século XV para o século XVI marcou uma época de extrema importância para a nobreza portuguesa, pois foi neste período cronológico que se transitou de uma

¹⁴⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e – *A Nobreza e a Expansão: estudos biográficos*. Cascais: Patrimonia, 2000, p. 28; COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 89

¹⁴⁹ COSTA, João Paulo Oliveira – “A Nobreza e a Fundação do Estado Português da Índia”, p. 43

¹⁵⁰ COSTA, João Paulo Oliveira e – *A nobreza e a expansão*, p. 15–16

¹⁵¹ COSTA, João Paulo Oliveira – “A Nobreza e a Fundação do Estado Português da Índia”, p. 43–44

¹⁵² COSTA, João Paulo Oliveira e – *A nobreza e a expansão*, p. 14–15

¹⁵³ COSTA, João Paulo Oliveira – “A Nobreza e a Fundação do Estado Português da Índia”, p. 45–46

¹⁵⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e – *A nobreza e a expansão*, p. 46

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 49

época de Descoberta e expansão africana para uma fixação dos portugueses no Índico, área cujos governantes nem sempre viram com bons olhos o estabelecimento dos portugueses.

Esta fase ficou, assim, marcada não só pela realização de campanhas militares¹⁵⁶, que se vieram a intensificar no decorrer dos anos, sendo que a maior parte das hostes era composta por membros pertencentes à Casa Real¹⁵⁷, como também pela criação, organização e manutenção de todo um complexo aparelho central de administração ultramarina que não só as possibilitasse do ponto de vista logístico, como também gerisse todos os outros interesses da Coroa portuguesa, como o comércio de escravos e de especiarias. Todas estas estruturas e respectivo funcionamento requereram a participação e mobilização de uma massa significativa de elementos da nobreza¹⁵⁸. De facto, como já vinha de reinados anteriores ao de D. Manuel I, “(...) *cabia aos seus membros o comando das armadas e dos navios da Coroa, assim como a condução da diplomacia e da guerra, e ainda o controlo do comércio do Estado; ocupavam, por isso, não só as capitânias no mar e em terra mas também as alcadarias dos castelos e desempenhavam ainda os ofícios de feitores e de escrivães (...)*”¹⁵⁹.

Este aparelho era, assim, constituído por centenas de oficiais da Coroa, que se distribuíam por três continentes e ao longo de dois oceanos, controlando localmente tanto as actividades administrativas, como as militares e económicas que interessavam ao Império Português¹⁶⁰.

Remontando a formação deste aparelho central de administração ultramarina aos primórdios da expansão portuguesa no Norte de África, a fixação dos portugueses no Índico só veio a complexificar e desenvolver cada vez mais esta mesma máquina administrativa.

2.2. A Casa da Índia

Começamos com uma contextualização relativa à instituição da Casa da Índia, uma vez que, fora dentro desta instituição que tanto Vasco como Gonçalo Queimado vieram a exercer alguns cargos, ao longo da sua vida.

¹⁵⁶ COSTA, João Paulo Oliveira – “A Nobreza e a Fundação do Estado Português da Índia”, p. 48

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 51

¹⁵⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 91

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 49

¹⁶⁰ COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 88

A primeira estrutura de administração ultramarina concebida foi a Casa de Ceuta, remontando esta ao tempo da conquista daquela praça, em 1415. A Coroa necessitou então de um organismo que se dedicasse exclusivamente à organização e manutenção dos assuntos referentes aos interesses portugueses nessa região¹⁶¹. A Casa de Ceuta era já dotada de um vasto conjunto de funcionários, cada um dedicado a uma função específica, que derivava de acordo com a importância do cargo e o laço de confiança entre o monarca e o indivíduo.

Em 1453, derivado ao interesse que D. Afonso V demonstrava pelo trato da Guiné, decidiu o rei criar um cargo especializado dedicado a este comércio¹⁶². O aumento gradual da actividade, do controlo e da empresa expansionista pela Coroa levaram a que, em 1463, se estabelecesse a feitoria do trato da Guiné, em Lisboa, a qual, em coligação com a Casa anteriormente estabelecida passou depois a ser intitulada por Casa de Ceuta e da Guiné. Muitas vezes, devido à prevalência e maior relevância da secção sub-saariana, a instituição passou a ser frequentemente designada apenas por Casa da Guiné. No entanto, e devido ao contínuo avanço dos portugueses ao longo da costa africana, acabou por se por aglomerar também a esta Casa os negócios relativos à Mina, passando a denominar-se Casa da Guiné e Mina, ou simplesmente Casa da Mina¹⁶³. No último terço quatrocentista, devido ao aumento das actividades marítimas mercantis, deparamo-nos com um aumento substancial de indivíduos da Casa Real a exercerem diversos ofícios administrativos ligados aos negócios africanos. Este facto reflecte, por sua vez, o intenso crescimento e desenvolvimento que esta estrutura alcançou nos campos administrativos, judiciais e burocráticos através da criação de cargos complementares aos já existentes, anteriores à expansão deste órgão¹⁶⁴. Contudo, as viagens dos portugueses não se ficaram pela costa ocidental africana e, no fim do século XV, chegava notícia ao rei que os portugueses tinham alcançado a tão afamada e rica Índia. Deste modo, em 1501, o monarca decreta que se junte novamente este novo

¹⁶¹ CHAVES, Ana Teresa Hilário, “Casa da Índia”. in PELÚCIA, Alexandra (coord.), *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2009-actualidade, em fase de publicação

¹⁶² COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 91–92

¹⁶³ CHAVES, Ana Teresa Hilário – “Casa da Índia”

¹⁶⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 97–100

trato de Sofala e Índia aos tratos pré-existentes da Guiné e Mina, sob a gerência de um só feitor e tesoureiro¹⁶⁵.

Em 1504, a Casa da Índia passa a ser escala obrigatória tanto de todos dos produtos que chegassem a Lisboa, como dos que se destinassem ao trato oriental, passando de simples armazém à “*entidade responsável pela recepção e gestão das mercadorias orientais e daquelas que se destinavam às trocas comerciais para [a] obtenção destas*”¹⁶⁶. A esta ficou também incumbida a nomeação dos seus próprios funcionários, tanto como a elaboração de regimentos e alvarás individuais¹⁶⁷.

A avassaladora quantidade e especificidade das mercadorias relativas ao trato do Oriente levaram a que se optasse por uma organização e jurisdição ainda mais minuciosa e atenta em relação a estas mercadorias. Foi, desta forma, que, em 1509, D. Manuel I concebeu um regimento destinado à Casa da Índia. Este órgão dividia-se em três secções consoante o seu trato e geografia. Tínhamos assim, a dos Escravos, a da Guiné e Mina, e, por fim, a da Índia. Manteve-se o feitor à sua cabeça, mas o grau de exigência levou a que se aumentasse o número de tesoureiros para três e o de escrivães para cinco¹⁶⁸. Nas palavras de D. Manuel, impressas no Regimento da Casa da Índia, justificava-se isto “*por o negócio ser grande e de munta importancia y ocupação*”¹⁶⁹.

Por fim, em 1516, D. Manuel I publica um novo regimento, podendo este talvez ser entendido como uma actualização do anterior. Mais uma vez descrevia detalhadamente como deveriam proceder todos os departamentos que regiam os tratos ultramarinos, adaptando-as à contínua expansão marítima portuguesa alcançada até ao momento¹⁷⁰.

Podemos concluir que a instituição da Casa da Índia, resultou de um longo processo de adaptação e reestruturação da máquina administrativa do «Estado» através da criação de inúmeros cargos ocupados por oficiais régios, de maneira a conseguir-se responder de forma mais eficaz e competente às necessidades e exigências que advieram do crescimento

¹⁶⁵ CHAVES, Ana Teresa Hilário – “Casa da Índia”; COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 98

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 282

¹⁶⁷ CHAVES, Ana Teresa Hilário – “Casa da Índia”; SOTTOMAYOR, Pedro, “Mina, Casa da”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, ALBUQUERQUE, Luís (dir.), s.l.: Caminho, 1994. Vol. 1, p. 518

¹⁶⁸ SOTTOMAYOR, Pedro – “Mina, Casa da”, p. 519; DOMINGUES, Francisco Contente – *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*. Vol. 1, p. 247; FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Índia, Casa da”, Vol. 3, p. 283

¹⁶⁹ PERES, Damião (ed.) – *Regimento das Cazas das Índias e Mina*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947, p. 3

¹⁷⁰ BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *D. João III, 1502 - 1557*. Lisboa: Temas e debates, 2005, p. 188

da intrincada rede comercial marítima¹⁷¹. Este processo proporcionou uma centralização do comércio ultramarino convergente nesta Casa que passou a agir como ponto intermediário entre compradores e «fornecedores»¹⁷².

A maioria da administração ultramarina parece recair, já desde os seus primórdios, sobre elementos pertencentes a «ramificações secundárias» da nobreza associada à Casa Real, como segundogénitos, escalões intermédios e camadas da baixa nobreza em busca de novas oportunidades de ascensão social¹⁷³. Estas nomeações não eram arbitrárias, faziam pois parte duma estratégia aplicada pelo monarca como forma de reforçar o poder central; ao atribuir a estes indivíduos tenças, estes viam-se, por sua vez, dependentes e em «dívida» para com o monarca¹⁷⁴.

2.2.1. O Feitor

O posto mais alto dentro da estrutura da Casa da Índia era o de feitor. Este encontrava-se directamente sob a alçada do rei e cabia-lhe toda a gestão e “*execução de todos os serviços e cumprimento das disposições regulamentares*”¹⁷⁵. Era responsável, junto com os restantes oficiais, pela «fiscalização» e supervisionamento tanto das descargas de mercadorias que atracavam, como dos mais diversos assuntos comerciais e negócios que se iam desenrolando diariamente¹⁷⁶. Ocupava-se ainda da gestão e organização interna do pessoal que compunha a Casa e deveria prestar contas ao monarca de todas as vendas, preços, despesas, e receita, ou seja, a concepção tanto de, um estudo de mercado, como da entrada e saída de todas as especiarias destinadas ao comércio ultramarino¹⁷⁷.

Entre os seus encargos cabia também o assentamento dos diversos tratos do Ultramar e as suas respectivas provisões, e ainda recepcionar e registar toda a sua respectiva

¹⁷¹ COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 101

¹⁷² SOTTOMAYOR, Pedro – “Mina, Casa da”, p. 517–518

¹⁷³ COSTA, João Paulo Oliveira e – *A nobreza e a expansão*, p. 38; COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, in THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis (ed.); *Aquém e além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 97

¹⁷⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”, p. 93

¹⁷⁵ FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, “Índia, Casa da”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livrarias Figueirinhas, 1971, Vol. 3, p. 283

¹⁷⁶ *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. 1, p. 518

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 518; JESUS, Roger Lee de, “Casa da Índia” in *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*, DOMINGUES, Francisco Contento (dir.), s.l.: Círculo de Leitores, 2016, Vol. 1, p. 247; FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Índia, Casa da”, Vol. 3, p. 284

correspondência proveniente do além-mar, informando o monarca consoante a relevância da situação assim o exigisse¹⁷⁸. Por outras palavras, o feitor da Casa da Índia deveria ser o elo de ligação de todo o trato entre a metrópole e as diversas feitorias associados à presença portuguesa em África e na Ásia, até mesmo na própria Europa, como Flandres. Fazia parte da obrigação dos feitores de cada uma destas feitorias entregar as contas dos livros de receita e despesa ao feitor da Casa da Índia, em Lisboa. Contudo, no terceiro quartel do século XVI, o termo feitor alterar-se-á para provedor e parte dos seus encargos seriam partilhados com um guarda-mor¹⁷⁹.

2.2.2. Os Tesoureiros

A secção dos tesoureiros acomodava-se de acordo com a subdivisão da Casa a que pertenciam, uma vez que esta se encontrava seccionada.

Os três tesoureiros seriam o da Casa da Índia ou da Especiaria, o da Guiné e Mina, e o do dinheiro. Apesar das diferentes nomenclaturas, o tesoureiro da Índia ou da Especiaria encarregava-se de receber todas as especiarias independentemente da sua origem, tanto da Guiné como das regiões Orientais, e mais futuramente, também das regiões do Brasil. Enquanto o da Guiné e Mina receberia todo o ouro e todos os produtos a exportar, já o tesoureiro do dinheiro era responsável pelo assento nos livros de receita e despesa da Casa de todas as vendas efectuadas¹⁸⁰.

Era no departamento da Casa da Índia que se dispunham as várias mesas de despacho e onde se conservavam “*os livros de receitas e despesas, as suas ementas e escrituras*”. Neste deveriam de ser assentes todo e qualquer dinheiro recebido, quer de direitos de vendas ou encomendas, e era, por conseguinte, através destas quantias que se liquidavam as dívidas da Casa da Índia¹⁸¹.

2.3. A Casa da Moeda

Associada à Casa da Índia estava a Casa da Moeda, instituição onde Job Queimado veio a exercer o ofício de tesoureiro. Era neste estabelecimento que se transformavam os metais amoedados em moeda corrente ao serem cunhados. Os metais amoedados eram

¹⁷⁸ FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Índia, Casa da”, Vol. 3, p. 284

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 284–285

¹⁸⁰ SOTTOMAYOR, Pedro – “Mina, Casa da”, Vol. 1, p. 519

¹⁸¹ FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Índia, Casa da”, Vol. 3, p. 284

conduzidos à Casa da Moeda, onde depois eram cunhados ou fundidos em lingotes. Em seguida retornavam à Casa da Índia, onde depois seriam utilizados para a condução dos respectivos negócios comerciais. Era através deste processo que feitorias, como a da Antuérpia, recebiam os seus dinheiros. A Casa da Moeda exercia, como escreveu Joel Serrão *“funções bancárias, como (...) transferências entre contas de particulares ou de particulares e organismos estaduais, ou só entre estes (...)”*, e capitais destinados ao *“pagamento da especiaria comprada na Casa da Índia”*¹⁸², ou mesmo nas feitorias do Oriente.

As estruturas administrativas que conduziam os diversos tratos comerciais orientais com Portugal nunca se teriam estabelecido se não houvesse uma ligação constante entre este reino e a Índia. E tanto essa ligação como a simples presença dos portugueses no Índico foram, muitas vezes, confrontadas com hostilidade por partes das populações nativas, que não viam com bons olhos a interferência dos europeus tanto nos seus territórios, como nas suas redes comerciais.

2.4. A Carreira da Índia

Em junção com a contextualização das instituições previamente mencionadas, acrescentamos ainda uma breve contextualização da Carreira da Índia, uma vez que estavam interligados e Job Queimado chegou a integrar esta mesma carreira.

A transição do século XV para o XVI veio a questionar e ultrapassar os conhecimentos tradicionais da configuração geográfica à escala planetária delineadas até à altura. Estes novos conhecimentos descompartmentaram o mundo, pondo em contacto povos e civilizações de todas as partes do globo. Estes eventos foram tão proeminentes que afectaram as esferas política, diplomática, militar, económica e cultural. Para tal foram incentivadas a criação e adaptação de novas *“técnicas na construção naval, na navegação, [e] na observação astronómica”*, suportados pelo desenvolvimento de novos instrumentos de navegação. Paralelamente, novos desenvolvimentos ao nível cultural, intelectual e religioso vieram a difundir-se à escala mundial¹⁸³.

Ao longo do XV deu-se uma progressiva saída do modelo mediterrânico, com Portugal a ser a primeira monarquia a estabelecer posse e domínio sobre o Atlântico. Da costa

¹⁸² *Ibid.*, p. 288

¹⁸³ FONSECA, Luís Adão da – “Vasco da Gama e a Expansão Portuguesa”. In HESPAÑA, António Manuel (ed.) – *Da ocidental praia lusitana: Vasco da Gama e o seu tempo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 103

marroquina ao vértice sul africano, incluindo os arquipélagos atlânticos, o domínio português sobre o oceano foi consolidado através do Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479-1480) e do Tratado de Tordesilhas (1494), acordados com a Coroa de Castela, concedendo aos portugueses o exclusivo de navegação no Atlântico Sul. Progressivamente, o Atlântico começava a ter contornos definidos e não os abstratos, repletos de mitos, da Idade Média. Contudo, após dobrado o cabo que daria acesso ao Índico, foram necessários mais dez anos até que fosse possível alcançar a Índia. Para além de darem entrada no novo oceano, ainda não cartografado, as armadas portuguesas viram-se confrontadas com os fenómenos meteorológicos específicos do Índico, que lhes eram desconhecidos, passando a adquirir conhecimento da direcção dos ventos e dos períodos das monções¹⁸⁴.

A pouco e pouco, a Europa ia adquirindo conhecimento da verdadeira configuração do globo terrestre. Os cartógrafos por consequência alteravam os seus mapas constantemente, pois a chegada de uma armada portuguesa a Lisboa tinha por costume trazer consigo novos pormenores recolhidos durante o trajecto das suas viagens¹⁸⁵. O estabelecimento da rota do Cabo veio a substituir a velha rota de entrada das especiarias e outros produtos orientais na Europa, pela via do Mediterrâneo¹⁸⁶.

A presença portuguesa no Oriente foi, como mencionei anteriormente, implementada através da força e dos constantes esforços militares dos portugueses. E, tal como na esfera da gestão e administração das estruturas que faziam os negócios funcionar, também na esfera da guerra ultramarina, os seus principais protagonistas foram as ramificações secundárias, os escalões intermédios e inferiores da nobreza do reino que serviam a Casa Real. Sendo a nobreza o braço armado de qualquer monarca, era seu dever imperativo agir de acordo com as pretensões bélicas do seu senhor. Ao mesmo tempo que cumpria o seu dever, o nobre fidalgo procurava também o reconhecimento por parte do rei do seu prestígio e dedicação o qual, por sua vez, o deveria recompensar de algum modo, fosse com uma atribuição de uma tença, cargo ou título.

Apesar do desejo pela busca da honra e proveito, estes homens confrontavam-se agora não só com novas geografias e climas, como também com rivais (económicos e religiosos)

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 104-106

¹⁸⁵ COSTA, João Paulo Oliveira e – *Mare Nostrum: em busca de honra e riqueza nos séculos XV e XVI*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013, p. 150–151

¹⁸⁶ ARAÚJO, Maria Benedita de Almeida – *Batalhas da História de Portugal Campanhas da Índia 1501-1600*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2006. Vol. 7, p. 82

que lhes aguçavam o apetite pela peleja. Não obstante, para além da sua função primária bélica, era também exigido a este corpo nobiliárquico que encaminhasse os engenhos náuticos de navegação, e que controlassem também o comércio que era estabelecido entre a metrópole e os vários mercados¹⁸⁷.

O nobre que zarpava rumo ao Oriente era, assim, infundido com uma múltipla funcionalidade a de *“guerreiro, oficial comercial e administrativo e o [de] explorador”*. Apesar da diferenciação de tarefas e posições, em comum a todos os membros do grupo prevaleceram a função transversal de praticar a guerra e o vínculo de fidelidade à Casa Real¹⁸⁸.

Após a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral à Índia, em 1500, nunca mais Portugal deixara de enviar sucessivas armadas com destino ao Oriente, responsáveis por diversas funções e objectivos estipulados pelo monarca dos portugueses. Assim, estabeleceu-se a Carreira da Índia, uma armada que se deveria constituir anualmente, ligando Lisboa ao Índico. Complexa na sua função, não se limitaria apenas a transportar especiarias ou outras mercadorias orientais, mas também deveria veicular as políticas e estratégias ambicionadas pelo rei de Portugal¹⁸⁹, de modo a consolidar o domínio da Coroa portuguesa no Oriente. Apesar de no início as intenções de D. Manuel serem pacíficas perante o Samorim de Calicute, ao manifestar a vontade de estabelecer um feitor local que *“supervisionasse os negócios régios, nomeadamente, que assegurasse o carregamento de especiarias”*¹⁹⁰, rapidamente se deu uma reviravolta nos planos.

Durante algum tempo, questionou-se na historiografia portuguesa a maneira como eram atribuídos os cargos de capitães da Carreira da Índia, tal como as vagas para formação das tripulações. Sobre este último ponto ainda hoje se sabe muito pouco devido à escassez de documentação. No entanto, sabe-se que embarcaram bastantes membros da nobreza, certamente derivado não só à situação social do reino, mencionada anteriormente, como pela intenções bélicas e/ou políticas que D. Manuel I arquitectara para o Índico. De facto, talvez tenha sido este o factor mais importante para a escolha dos capitães e capitães-mores da Carreira da Índia, pois parte estrutural dos planos de D. Manuel I passavam pelo

¹⁸⁷ COSTA, João Paulo Oliveira e – *A nobreza e a expansão*, p. 33

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 38

¹⁸⁹ LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006, p. 26

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 37

combate à mourama, em função do comércio que escoava pelo Mar Vermelho. Preparavam-se para este efeito autênticas armadas de guerra, como a de 1502¹⁹¹. Deste modo, podemos concluir que uma armada estava encarregada de diversos objectivos estipulados pelo rei. O rei, por seu lado, estava imbuído de diversos objectivos, entre eles, o comércio de especiarias, em conjunto com a instalação de feitorias e o combate ao «mouro», alcançado através da conquista, submissão e construção de uma rede de fortalezas, tudo, claro, em prol da realização dos propósitos políticos de D. Manuel I¹⁹².

Derivada em parte à sua educação de influência franciscana e aos valores e mentalidade medieval da época em que crescera, D. Manuel I desenvolveu uma ideologia imperial própria ao longo de todo o seu reinado. Da sua educação à sua improvável ascensão ao trono, a sua ideologia fundou-se também nos «feitos» extraordinários alcançados pelos portugueses, de Marrocos à chegada ao Oriente, ao encontro e aliança com o reino cristão do Preste João, procurado desde a Idade Média¹⁹³, das alianças no Oriente, às vitórias na boca do Mar Vermelho, que pareciam “*um milagre de Deus mais que uma obra dos homens*”¹⁹⁴. Todos estes acontecimentos embuíram a figura do monarca de um carácter messiânico¹⁹⁵. Em conjugação com esta crença de Providência Divina, partia a justificação para a persistência da «guerra santa» e da eventual conquista de Jerusalém, que viria a pôr fim ao culto muçulmano¹⁹⁶. A ideologia imperial manuelina era inquestionável para o rei e os seus conselheiros de referência, pois a guerra contra o mouro sempre fora um elemento estrutural na formação do Reino de Portugal desde a sua concepção¹⁹⁷. A cruzada detinha ainda um duplo significado para as camadas da nobreza, já que abrangia tanto o carácter serviçal ao rei como a Deus, proporcionando-lhes um forte incentivo de participação. Contudo, todas estas facetas representavam uma única essência: a extensão do poder do rei de Portugal. A extensão do poder do rei de Portugal, por sua vez, só era possível através da acção dos seus representantes mais altos, os capitães.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 43

¹⁹² *Ibid.*, p. 45

¹⁹³ THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis – “A idéia imperial manuelina”. In DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (eds.) – *Facetas do Império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 58

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 72

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 8

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 52

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 71

Seguindo o estudo de Teresa Lacerda, o comando das naus da Carreira da Índia nem sempre pertenceu a membros da Casa Real. Esta tornou-se no entanto, uma tendência crescente ao longo do primeiro quartel do século XVI, sendo que apenas se tornou numa característica predominante durante a segunda década do século XVI. Segundo a autora, “a partir de 1511, as armadas passaram a ser composta[s] por mais de 60% de fidalgos da Casa Real com excepção do ano de 1514.¹⁹⁸”, antes dessa data, “os valores (...) oscilam entre os 14% e os 70% (...)”¹⁹⁹. Números que, sem dúvida, foram influenciados pela criação do Estado da Índia, em 1505, pois, após a sua concepção, as armadas passam a adquirir um carácter de manutenção e renovação periódica da armada permanente que se encontrava estacionada no Índico, sob a autoridade do vice-rei²⁰⁰.

Depois de averiguarmos que a preferência da capitania das armadas da Índia recaía sobre os fidalgos da Casa Real²⁰¹, dispomos de um outro perfil que incorporava a mesma armada, o do armador²⁰². Havia armadores, ou seja investidores, e naus que eram propriedade de particulares. Todavia, nem sempre um armador encarnava a função de capitão. Casos como o de Job eram, de facto, a excepção à «regra». Um armador não teria de ser obrigatoriamente sinónimo de «mercador»²⁰³, embora almejasse sempre o lucro. Para além da participação de afamadas famílias de mercadores estrangeiros, também, por vezes, alguns membros da alta nobreza portuguesa apostavam as suas fortunas no comércio do Oriente²⁰⁴, tal como até membros da baixa nobreza²⁰⁵, como foi o caso de Job Queimado, fidalgo da Casa Real, em 1506. O caso de Job pode espelhar a situação modelo de um fidalgo português pertencente às camadas mais baixas da nobreza portuguesa dos séculos XV e XVI, uma vez que este não só parte em busca de novas oportunidades de enriquecimento no

¹⁹⁸ LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006, p. 79

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 80

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 78–81

²⁰¹ *Ibid.*, p. 96

²⁰² *Ibid.*, p. 101

²⁰³ LACERDA, Teresa – “A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III - uma avaliação social”. In CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de; et al. (eds.) – *D. João III e o Império: actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento : Lisboa e Tomar, 4 a 8 de junho de 2002*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar : Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, p. 403

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 404; LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, p. 101

²⁰⁵ COSTA, João Paulo Oliveira – “Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Casa da Mine e da Índia (c. 1481-1504) - uma carreira de sucesso”. In THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis; (ed.) – *Aquém e além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 58

além-mar, onde investe parte dos seus rendimentos, como também, sendo ele próprio um *bellator* e membro da Casa Real, age em serviço da Coroa, cumprindo assim uma dupla finalidade: pessoal e serviçal²⁰⁶.

Feita esta breve contextualização da cadeia de acontecimentos que decorreu desde as origens da Expansão portuguesa à criação de novas instituições administrativas, o seu impacto nas diversas camadas da nobreza portuguesa, tal como a sua reação, estamos prontos para iniciar a nossa análise dos Queimados, família de origem setubalense, que deixou marcas tanto além-mar, como no sistema de organização comercial montado em Portugal.

²⁰⁶ LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, p. 103

III. A Família Queimado

Felgueiras Gaio abre a entrada desta família, na sua extensa obra *Nobiliário das Famílias de Portugal*²⁰⁷, escrevendo “A Família dos Queimados he antiga neste Reyno”. Tanto este autor como as obras do *Dicionário das Famílias Portuguesas*²⁰⁸ e o *Armorial Lusitano*²⁰⁹ fazem remontar esta família, pelo menos, ao reinado de D. Dinis, uma vez que é mencionado um tal Pedro Martins Queimado, fidalgo, nas inquirições deste mesmo soberano²¹⁰. Todavia, a primeira vez que encontramos uma ligação concreta entre esta família e Setúbal aparece somente duas gerações depois. Pedro Martins Queimado foi pai de Ruy Queimado que, por sua vez, teve por filho Vasco Queimado, que casou com Maria Anes Escolar²¹¹, filha de João Gonçalves Escolar, vedor da Fazenda do rei D. Fernando. Foi Maria Escolar quem, em 1410, cedeu um seu “terreno assim como outros bens”, localizados em Setúbal, onde se daria a construção do primeiro convento da vila, o convento de S. Francisco da Província dos Algarves²¹².

Estes factos são atestados pelas lápides que, em tempos, se encontraram na capela-mor da igreja deste mesmo convento. Estas foram deixadas por um dos sucessores da fundadora²¹³ como memorial à sua obra e devoção à Ordem, e ainda como forma de

²⁰⁷ GAIO, Felgueiras, *Nobiliários das Famílias de Portugal*, Tipografia Augusto Costa & C.ª Lim.ª, Braga, 1940, Tomo XXV, p. 24-25

²⁰⁸ TAVORA, D. Luiz Lancastre e – *Dicionário das Famílias Portuguesas*. Lisboa: Quetzal Editores, 1989, p. 295–296

²⁰⁹ ZUQUETE, Afonso (ed.) – *Armorial Lusitano Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, p. 455

²¹⁰ Também no reinado de D. João I é referido um Vasco Queimado, que toma o lado do Governador de Avis, tal como consta na crónica deste monarca. LOPES, Fernão – *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa: Escriptorio, 1897. Vol. 3, p. 109

²¹¹ Por vezes escrito Escobar, como no *Nobiliário das Famílias de Portugal* de Felgueiras Gaio.

²¹² Para uma maior descrição detalhada do património da família Queimado em Setúbal ao longo dos séculos, remeto para o artigo de Ana Cláudia Silveira: SILVEIRA, Ana Cláudia – “O Património da Família Queimado de Vilalobos/Miranda Henrique em Setúbal na transição do século XV para o XVI”. In *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*. s.l.: Estuário História Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2019, p. 23–46

²¹³ Na capela-mor encontrava-se a seguinte inscrição: «PORQUE MARIA ANNES ESCOLAR, FILHA DE JOÃO GONÇALVES ESCOLAR, VEDOR DA FAZENDA DEL REY D. FERNANDO, PRIMEIRA EDIFICADORA DESTA CAZA, ALÉM DAS OUTRAS BEMFEITORIAS QUE EM ELLA FEZ, ORDENOU ESTA CAPELLA MOR, PARA LOUVOR E SERVIÇO DE DEOS, E JAZIGO SEU, E DE SUA LINHAGEM ; E SEU NETO VASCO QUEIMADO DE VILLA LOBOS, FIDALGO DA CAZA DEL REY DOM AFFONSO DE PORTUGAL, E GUARDA MOR DO INFANTE D. PEDRO, SEU TIO, E CAMAREIRO DO CONSELHO DOS DUQUES FILIPPE, E CARLOS DE BORGONHA, VENDO ELLE QUE COMO QUASI POR HERANÇA LHE PERTENCIA, A MANDOU DERRIBAR PELA MUITO MAIS ENNOBRECER, COMO DE FEITO FEZ : E POR MEMORIA A SEUS DESCENDENTES FEZ AQUI PÔR SUAS ARMAS E AQUI ISTO ESCREVER. O QUAL SE FINOU FRADE DESTA ORDEM DA OBSERVANCIA, EM O ANNO DE NOSSO SENHOR JESU CHRISTO DE 1477». Próxima a esta inscrição encontrava-se uma outra com o seguinte: «ESTA CAPELLA HE DE SIMÃO DE MIRANDA HENRIQUES, E DE SEUS SUCESSORES, A QUAL REFORMOU E PÔZ NO ESTADO EM QUE ESTÁ, COMO

preservação e aclamação da sua linhagem nobre. João Carlos de Almeida Carvalho relata que esteve ele próprio na presença de uma destas mesmas gravuras, ainda no século XIX²¹⁴.

De acordo com o *Armorial Lusitano*, foram os descendentes do casamento de Vasco Queimado com Maria Anes Escolar, os primeiros a usarem oficialmente o apelido «Queimado», pois, anteriormente, este nome seria apenas uma alcunha. Curioso é que, independentemente de ser apenas alcunha até esta geração, permaneceu como nome «legítimo» desta família nos reinados anteriores, passando sempre de geração em geração²¹⁵. Não possuindo este ramo brasão próprio, os descendentes de Vasco Queimado de Vilalobos ostentaram um brasão semelhante aos dos seus ascendentes, os Vilalobos, adaptando-o depois através de algumas ligeiras alterações, como a adição do Tau²¹⁶. Os Queimados cruzaram-se com os Vilalobos através do casamento de Vasco Queimado com Isabel de Vilalobos, sendo estes pais de Vasco Queimado de Vilalobos que viria a ser guarda-mor do infante D. Pedro.

O brasão dos Queimado, provenientes dos de Vilalobos, pode ser encontrado tanto nas páginas do *Armorial Lusitano*, como esculpido no famoso Cruzeiro das Vendas, em Azeitão²¹⁷, na Quinta do Alcube, onde se mantém até aos dias de hoje. Na sua inscrição diz-se ter sido erguido por Vasco Queimado de Vilalobos em 1474²¹⁸, depois de ter regressado a Portugal. Este brasão poderá, eventualmente, ter sido envergado por Job Queimado, na conquista de Socotorá, no Índico, uma vez que se encontra escrito que este fora acompanhado de um guião que por norma, carregava a bandeira: “*Como Nuno Vaz trouxe a escada, mandou Afonso Dalbuquerque encostala ao muro, e começaram os nossos a sobir*

PADROEIRO DESTE CONVENTO, E SUCESSOR DE VASCO QUEIMADO DE VILLA LOBOS, FIDALGO DA CAZA DEL REY DOM AFFONSO DE PORTUGAL, CAMAREIRO E GUARDA MOR DO INFANTE D. PEDRO, E DO CONSELHO DOS DUQUES FILIPPE E CARLOS DE BORGONHA, NETO DE MARIA ANNES ESCOLAR, FILHA DE JOÃO GONÇALVEZ ESCOLAR, VEDOR DA FAZENDA DEL REY D. FERNANDO, PRIMEIRA FUNDADORA E PADROEIRA DESTE CONVENTO.» CARVALHO, João Carlos de Almeida – *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. s.l.: Junta Distrital de Setúbal, 1970. Vol. 4, Conventos de Setúbal, parte 1, p. 133–134

²¹⁴ *Ibid.*, p. 134

²¹⁵ ZUQUETE, Afonso (ed.) – *Armorial Lusitano Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, p. 455

²¹⁶ *Ibid.*, p. 556–557

²¹⁷ Na base octogonal deste cruzeiro encontra-se a inscrição: “*Por servico de Deus, Vasco Queimado de Villa lobos, fidalgo da Casa d’el-rei, e guarda-mor que foi, do infante D. Pedro e camareiro e do conselho dos duques Filipe e Carlos de Borgonha, mandou pôr aqui esta cruz. Era 1474 anos. Rogai a Deus por sua alma.*” PIMENTEL, José Cortez; GUERRA, Jorge – *Arrábida: história de uma região privilegiada*. Lisboa: Edições Inapa, 1992, p. 76

²¹⁸ *Ibid.*, p. 76

por ella, e o primeiro foi Gaspar Dias de Alcacer do Sal, que levava a sua bandeira, e Nuno Vaz de Castelo-Branco, e o guião de Job Queimado, e outros, que o seguiram”²¹⁹.

Presume-se que a escolha para a construção do Cruzeiro das Vendas provenha de um simbolismo cristão de «boas-vindas», pois localiza-se na estrada que era mais comum para os viajantes que transitassem entre Azeitão e a vila de Setúbal. Com efeito, “*não consta que Vasco Queimado [de Vilalobos] tivesse qualquer propriedade no local*”²²⁰. Todavia, na carta de D. Afonso IV dada ao Governador da Ordem de Santiago, onde se determinam os limites do termo da vila de Setúbal, encontramos o seguinte segmento: “*(...) e de si como se vai d’huma Sovereira que está a só ás casas de Estevam Pires, filho de Pero Mendes, que é em Alcube em a qual Sovereira mandamos fazer uma cruz*”²²¹. A única cruz que parece existir em Alcube é de facto, a Cruz das Vendas, de Vasco Queimado de Vilalobos. Assim, é totalmente especulativo se aquela será a mesma cruz à qual, mais tarde, Vasco terá dado o seu cunho pessoal, ao inserir-lhe uma inscrição e o seu brasão, ou se terá existido em Alcube uma outra cruz que terá sido colocada no mesmo local, no reinado de D. Afonso IV.

No intuito de demonstrar como a família Queimado contribuiu para a construção do Império Ultramarino Português selecionei três membros desta família como principal fonte de estudo. Contudo, pareceu-me relevante iniciar este estudo com um fidalgo, proveniente de Setúbal, Vasco Queimado de Vilalobos. Foi ele guarda-mor do Infante D. Pedro, exilado após a batalha de Alfarrobeira, tornando-se conselheiro dos duques de Borgonha, tendo regressado depois a Portugal após receber carta de perdão, onde ingressou como frade na Ordem da Observância pouco antes de morrer. Vasco Queimado, que serviu o rei D. Manuel I, exercendo durante grande parte da sua vida cargos relacionados com a Casa da Índia, tendo chegado a feitor da mesma. Job Queimado, irmão de Vasco Queimado, que ficou conhecido pela sua ida à Índia como capitão de um nau na armada de 1506, participou na tomada de Socotorá e foi saqueado pelo pirata Mondragón durante a torna-viagem. No final do reinado de D. Manuel I, foi nomeado para provedor dos lugares de África, vindo ainda, a ser tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa, onde acabou a sua carreira. Por fim, falamos de

²¹⁹ *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque capitão geral que foi das Indias orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1774, Vol. 1, p. 65

²²⁰ PIMENTEL, José Cortez; GUERRA, Jorge – *Arrábida*, p. 77

²²¹ PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a História e administração do municipio de Setúbal*. Setúbal: Tipografia de G. A. Guterres da Silva, 1877, p. 138

Gonçalo Queimado. Gonçalo começou por se destacar localmente, sendo confrade em Setúbal. Mais tarde, exerceu o cargo de tesoureiro da Casa da Índia, sendo que, em 1506, partiu sob o comando de Afonso de Albuquerque para a Índia, onde acabou por morrer, vítima dos confrontos bélicos entre portugueses e os seus inimigos na fé.

O primeiro passo que dei foi tentar estabelecer ligações familiares entre estes quatro elementos. Embora, se possa afirmar que é bastante provável que todos provinham da mesma família, por partilharem o mesmo apelido invulgar. O *Nobiliário das Famílias Portuguesas*, de Felgueiras Gaio, provou ser uma fonte bastante útil numa primeira fase, apesar de por diversas vezes se encontrar provido de erros, facto bem conhecido pela historiografia. De maneira que, outras fontes vieram contradizer as informações de Felgueiras Gaio.

Na crónica *Da Asia*, João de Barros menciona sempre Job Queimado como “*filho de Vasco Queimado de Setubal*”²²². E, em 1520, quando Job é nomeado como Provedor da Fazenda dos Lugares de África, este é referido como “*João*²²³ *Queimado (...) irmão de Vasco Queimado, feitor da Casa da Índia*”²²⁴.

Ao longo de toda esta dissertação permaneceu sempre a dúvida sobre a questão da progenitura dos dois irmãos, Vasco e Job, tendo nunca sido definida com sucesso. Todavia, uma teoria aponta para que possam ter sido filhos bastardos de Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado de Vilalobos, como referiu Ana Cláudia Silveira²²⁵. O motivo para este argumento remete para o testamento de Vasco Queimado de Vilalobos, onde este, por mais que uma vez, faz menção da entrega de bens aos “*ffilhos bastardos de Vasco queimado*”, seu filho²²⁶. Sabe-se que, de facto, Vasco Queimado, filho de Vilalobos, teve filhos

²²² BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, dec. 2, liv. 1, cap. 1, p. 5

²²³ Reproduções posteriores, muitas vezes incorrectamente, interpretam o nome de Job ou Jó como João, uma vez que em manuscrito era depictado de um J com um O em expoente (J^o), uma abreviatura normalmente usada para o nome João. PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1884, Tomo 1, p. 2, nota 1

²²⁴ DAVID, Lopes – *História de Arzila durante o domínio português : 1471-1550 e 1577-158*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924, p. 204–205; RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila crónica inédita do século XVI*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, s.d. Vol. 1, p. 286

²²⁵ SILVEIRA, Ana Cláudia – O Património da Família Queimado de Vilalobos/Miranda Henrique em Setúbal na transição do século XV para o XVI. In *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*. s.l.: Estuário História Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2019, p. 29

²²⁶ *Ibid.*, p. 40.

bastardos²²⁷. No entanto, é-nos impossível afirmar que estes descendentes fossem estes dois irmãos, Vasco e Job. Uma vez que, não se encontra justificação para nunca terem sido legitimados por seu pai, nem tampouco se encontram mencionados no seu testamento. Assim, este argumento permanecerá somente enquanto uma teoria, sendo que não existem provas documentais que a comprove como verdadeira. Não obstante, é curioso, Job ser referido por João de Barros, como sendo filho de um Vasco Queimado de Setúbal.

No caso de Gonçalo Queimado, dispomos apenas de uma fonte o *Inventário e Partilhas dos Bens de Vasco Queimado*²²⁸, um documento lavrado de 1497 a 1498, posteriormente transladado por duas vezes, a primeira em 1535 e a segunda em 1716. Nesta fonte, ainda se pode ler “*Gonçalo Queimado primo das filhas do dito Vasco Queimado que perante estava que fosse tutor e curador de Maria Annes sua prima orfa e filha do dito seu tio*”²²⁹. Este Vasco Queimado era, portanto, o filho de Vilalobos, e homónimo de Vasco Queimado, irmão da Job, mais conhecido pelos cargos que ocupou dentro da Casa da Índia.

Um outro elemento de que dispomos é a ligação entre Gonçalo Queimado e a vila de Setúbal, sendo que o seu filho, também ele de nome Gonçalo Queimado, chegará a ocupar o cargo de vereador desta mesma localidade, em 1535²³⁰. Desta forma, podemos assumir que todos estes homens pertenciam à mesma família fidalga setubalense, embora de ramos familiares diferentes.

²²⁷ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p. 198

²²⁸ ANTT, *Casa de Santa Iria*, mç. 15, n.º 20

²²⁹ ANTT, *Casa de Santa Iria*, mç. 15, n.º 20, p. 32-33

²³⁰ ANTT, *Arquivo da Família Saldanha e Castro de Falcão Trigoso*, caixa 9, nº 36.

3.1. Vasco Queimado de Vilalobos

Vasco Queimado de Vilalobos não é um estranho na historiografia portuguesa, em comparação com os outros indivíduos aqui abordados. Embora não seja conhecida a sua infância ou desenvolvimento até à vida adulta, sabe-se que Vasco Queimado de Vilalobos, fidalgo, era guarda-mor do infante D. Pedro, duque de Coimbra e filho do rei D. João I, à data da Batalha de Alfarrobeira, a 20 de Maio de 1449²³¹. Antes disso, sabemos que um membro desta família, possivelmente avô paterno deste Vilalobos, também ele de nome Vasco Queimado, tomou o partido do Governador de Avis durante o período do *Interregno*²³², pelo que poderá eventualmente ter-se tornado servidor da Casa Real como forma de recompensa pelo seu serviço e lealdade. Suportando este argumento, encontramos uma atribuição de uma tença por este mesmo monarca em 1426, onde se escreve “*Vasco Queimado seu uasalo*”²³³. É incerto, no entanto, a que Vasco Queimado esta tença se refere, se ao partidário de D. João I, se ao servidor do infante D. Pedro, pois é fácil confundir-se no tempo e na documentação os diversos membros homónimos da linhagem dos Queimado.

É através de uma carta²³⁴, que Vasco de Vilalobos remeteu ao príncipe D. João, futuro D. João II, em 1477-1478, que recebemos confirmação dos eventos que, de facto, tomaram lugar ao longo da sua vida.

Nesta carta Vasco informa o príncipe que “*Eu fui o morador da caza de uosso auô [D. Pedro] que por sua morte ficou quem mais longamente o seruio sou ainda o morador de sua caza que de seu patrimonio mais perdeo depois de sua morte sem delle ter auido bem nem acrecentamento*”²³⁵, acrescentando ainda que “*sou ainda homen deste mundo que a hora de sua morte elle mais perto de si achou, E prouo porque meus brassos forão sua cama em que deu alma a Deos*”²³⁶. Ao contrário do seu senhor, Vilalobos sobreviveu à batalha em Alfarrobeira e, apesar de ter levantando armas contra o rei de Portugal, D. Afonso V,

²³¹ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p. 188

²³² LOPES, Fernão – *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol. 3, p. 109

²³³ ALVES DIAS, João José (ed.) – *Chancelarias Portuguesas D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2005. Vol. 1 Tomo 3 (1384-1388), p. 218

²³⁴ “Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478]” Transcrição de Pedro Pinto. In *Fragmenta Historica* 6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 161–162

²³⁵ *Ibid.*, p. 162

²³⁶ *Ibid.*, p. 162

recebeu carta de perdão, em 1451, onde consta que lhe “seja restituída a sua honra e fidalguia, embora tenha participado na Batalha de Alfarrobeira ao lado do dito Infante, [D. Pedro]”²³⁷. Todavia, e apesar de perdoado, Vilalobos continuou a nutrir uma forte ligação à memória do falecido Infante, e relata nesta carta ao príncipe que “*depois de sua morte em lixboa onde el Rej uosso pay estaua, con toda sua corte por ouvir dizer a alguns fidalgos muitas injurias e coyzas dezonestas entre as quais dizião, estando hum ahi em minha prezensa que uosso auo hera trahidor, pois Viera contra el rei, E outras dezonestas palauras (...) a que muito tocaua isso mesmo a mi por ser seu criado, E seruidor Eu respondi aos que tais palauras diziam que não diziam bem que o Infante Dom pedro uosso auo não viera contra el rej, nem Deos o quizesse mas uiera contra seus Imigos, que ho querião dezonrar, e matar, como de feito fizerão*”²³⁸. Rita Nóvoa acrescenta ainda que talvez Vasco tenha “dito algumas coisas em “desserviço” do monarca após a batalha”²³⁹. No entanto, Vasco contraria este argumento, constando na dita carta ao príncipe que tinha sido alvo de calúnias e injustiças, por parte dos restantes fidalgos da corte do monarca, testemunhando que “*forão a meza d el rei aos quais el rei perguntou que couza hera aquella porque trazião aquelles sinais [judeus], e elles responderão o mesmo, [e] dizendo lhe que Eu fora aquelle que tais couzas dissera, pollo qual logo me el rei mädou prender, E jouue prezo longo espasso, sofrendo muito trabalho, E mingoa, E muto medo, porque muitos me diziam que el rei me mandaua cortar a cabessa, e em fim de tanto trabalho mandou me el rei soltar, E degradar pera sempre de todo seu reino, e tomar todo, o que meus pais E auos me deixarão*”²⁴⁰.

Como consequência desta corrente de eventos acabou despojado de todas as suas possessões²⁴¹, revogando-lhe ainda todas as suas liberdades e privilégios²⁴².

²³⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 11, fl. 7.

²³⁸ “Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478]”. In *Fragmenta Historica* 6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 162

²³⁹ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 189; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 11, fl. 7.

²⁴⁰ “Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478]”. In *Fragmenta Historica* 6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 162

²⁴¹ MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana : nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943, Tomo 2, Vol. 1, p. 605

²⁴² NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 189

Escorraçado de Portugal, “*andei pello mundo 25, annos por terras mui estranhas, soffrendo muitos trabalhos, E mingoas, E perigos de minha pessoa*”²⁴³. Vilalobos começou por buscar o exílio em Inglaterra, mostrando interesse nas guerras travadas entre Henrique IV de Inglaterra e Carlos VII de França. A escolha por Inglaterra, segundo Felgueiras Gaio²⁴⁴, parece ter tido origem numa recomendação por parte da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V. Esta recomendação parece-nos plausível, uma vez que D. Isabel, filha do falecido infante D. Pedro, poderia, possivelmente, ter reconhecido a fidelidade intransigente de Vasco Queimado de Vilalobos, incentivado-o a lutar nas guerras do tio do seu antigo senhor, sendo que D. Pedro era filho de D. Filipa de Lencastre que por sua vez era irmã do então rei de Inglaterra, Henrique IV. No entanto, foi no condado da Borgonha, onde chegou em 1450, junto com D. Jaime de Portugal, filho do Infante D. Pedro²⁴⁵, que Vilalobos mais se destacou e adquiriu prestígio. Na corte de Borgonha residia o duque Filipe III, casado com D. Isabel de Portugal, filha de D. João I e, por conseguinte, irmã do antigo regente D. Pedro, «justificando» desta forma a escolha de Vasco por prestar serviço aos duques deste reino²⁴⁶.

Fazemos aqui um pouco de uso do estudo de Rita Luís Sampaio da Nóvoa, pois, a autora não só se dedicou, em parte, ao estudo do que sobrou do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos, como também da obra de Jacques Paviot, que largamente contribuiu para o conhecimento deste fidalgo setubalense e do seu percurso nas terras da Borgonha²⁴⁷.

Instalando-se na corte de Borgonha, Vilalobos rapidamente entrou no círculo social borgonhês através da sua participação nos conflitos bélicos do duque Filipe III, *o Bom*, seguido depois pelo seu filho e herdeiro, Carlos I, *o Temerário*, em 1467. Junto dos duques de Borgonha foi por diversas vezes recompensado, ao longo da segunda metade de Quatrocentos, pelos seus serviços. Primeiro foi gratificado com o título de escudeiro, juntamente com uma pensão, em 1458. Três anos depois, em 1461, “*recebe um cavalo*

²⁴³ “Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478]”. In *Fragmenta Historica* 6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 162

²⁴⁴ GAIO, Felgueiras, *Nobiliários das Famílias de Portugal*, Tipografia Augusto Costa & C.ª Lim.ª, Braga, 1940, Tomo XXV, p. 24

²⁴⁵ SILVEIRA, Ana Cláudia – “O Património da Família Queimado de Vilalobos/Miranda Henrique em Setúbal na transição do século XV para o XVI”, p. 25

²⁴⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*. 1 ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 29

²⁴⁷ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p. 188-222. Nesta obra a autora referencia ainda PAVIOT, Jacques – *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 128-130, 384-387, 403, 410-411, 414-417, 421-425, 427, 436 e 442-443.

como dom”. Prosseguindo com o seu bom desempenho, em 1465, ascende à categoria de cavaleiro e, por fim, um ano depois, é feito conselheiro e camareiro do duque Filipe III²⁴⁸. Parece-nos que o desempenho guerreiro desde fidalgo português, em terras da Borgonha, fora bastante apreciado, ao ponto de ser, por diversas vezes, recompensado pelos ditos duques.

O prestígio alcançado por Vasco Queimado de Vilalobos, certamente, o encheu de orgulho, que este pretendeu preservar para sempre, tanto na memória da sua linhagem como dos seus compatriotas, como demonstrou na inscrição que deixou no Cruzeiro das Vendas, posteriormente erigido²⁴⁹. Quando Carlos I ascendeu, por sua vez, ao trono da Borgonha, e reconhecendo o prestável serviço que Vasco dedicou ao seu falecido pai, decidiu mantê-lo também ao seu lado. Em cumprimento do seu dever aos duques e fazendo valer todo o seu prestígio, em 1467, Vasco participa na batalha contra Liège. No ano seguinte, seguindo o exemplo do seu pai, o duque concede a Vilalobos uma pensão vitalícia. Três anos depois, esta mesma pensão foi não só significativamente aumentada, como passou a abranger os territórios exteriores ao ducado, um caso excepcional segundo Jacques Paviot²⁵⁰.

Rita da Nóvoa defende que, apesar do afincado empenho que Vilalobos dedicara na defesa das causas dos duques de Borgonha, entre 1451 e inícios da década de 70, este dividia o seu tempo entre o seu dever serviçal e visitas a Portugal, antes de tomar novamente assento permanente na sua terra natal de Setúbal²⁵¹. Ao voltar à sua pátria, Vasco, veterano de inúmeras batalhas, parece procurar confirmar a reconciliação e apaziguamento das suas relações com o monarca de Portugal e a consolidação do seu legado na vila de Setúbal. A comprová-lo temos a carta de 17 de Maio 1472, de D. Afonso V, concedendo-lhe uma mercê que lhe permitiria andar no reino em besta muar de sela e freio²⁵². Um ano depois, a 10 de Março, o mesmo rei se dirige a Vasco Queimado de

²⁴⁸ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 190

²⁴⁹ Rever nota de rodapé nº 66.

²⁵⁰ PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 129

²⁵¹ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 191

²⁵² MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira*. s.l.: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1980, Vol. 2, p. 1083

Vilalobos como *“fidalgo de sua casa (...) e concede privilégios a todos os seus caseiros, amos, mordomos e apaniguados que se encontram na comarca de Entre-Tejo-e-Odiana”*²⁵³.

Para perpetuar a memória do seu legado e da sua linhagem, Vasco escolheu o local que lhe era mais familiar: Setúbal. Em 1473, pouco depois de voltar a Portugal *“encetou um processo de recuperação da memória linhagística da família promovendo uma remodelação do cenóbio”*²⁵⁴ fundado pela sua avó, prestando ainda apoio financeiro ao dito convento de S. Francisco para a construção da fábrica do mesmo²⁵⁵. E, três anos mais tarde, achamo-lo num registo de reunião de confrades, onde *“Vasco Queimado de Vilalobos, cavaleiro morador em Setubal”* se opõe aos enterros feitos no tabuleiro diante da porta principal do hospital, oferecendo em contrapartida metade do valor para a construção do mesmo, provavelmente referindo-se ao Hospital da Anunciada²⁵⁶. A aprovação desta imposição demonstra que, apesar do seu degredo e afastamento prolongado ao serviço de um reino estrangeiro, Vasco ainda detinha o respeito e talvez mesmo «autoridade», pois era socialmente aceite pelos seus confrades conterrâneos.

Tornava-se evidente que o empenho que o fidalgo demonstrou, ao engrandecer e ostentar as estruturas do Convento de S. Francisco, foi incitado pela intenção de que, tanto ele próprio como os seus sucessores, se pudessem fazer sepultar nas suas instalações no futuro, como consta na inscrição da capela-mor: *“vendo que como quase por herança lhe pertencia, a mandou [a capela-mor] derribar para muito mais enobrecer como de feito fez por memória a seus descendentes”*²⁵⁷.

Na recta final da vida, Vasco Queimado de Vilalobos assumiu mesmo maiores preocupações espirituais, integrando-se na Ordem de Observância, em 1477, morrendo no ano seguinte²⁵⁸. No entanto, antes de se entregar à esfera do religioso, nesse ano, Vasco deixa uma carta ao príncipe D. João, escrevendo-lhe tudo por que passara, desde a morte do seu senhor, o Infante D. Pedro, pois, *“como [o príncipe] hera uindo a grande ydade*

²⁵³ *Ibid.*, p. 1083

²⁵⁴ SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Braga: Universidade do Minho, 2014, p. 126

²⁵⁵ CARVALHO, João Carlos de Almeida – *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. Vol. 4, Conventos de Setúbal, parte 1, p. 132

²⁵⁶ ANTT, Ministério do Reino, liv. 527.

²⁵⁷ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 194

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 194

lembrando me de uos que sois neto <do> Infante Dom pedro, por quem Eu tantos trabalhos, perdas, E perigos passei (...), que uos auieis de ser enparo E remedio de todas minhas perdas, E trabalhos”. Vasco fez um último apelo por honra e mercê ao futuro rei de Portugal, não a si, mas à sua descendência, ditando que “estas couzas não digo por me fazerdes alguma couza, porque ja ho não hei mister mas digo as, por uos mostrar que não herrareis de mas fazer, E digo o porque o que não fizestes a mim o podereis fazer a meu filho E filhas, e netos os quais perderão meus bens que lhe pertenciam por Eu servir uosso auô”²⁵⁹.

Apesar de, à época, Portugal já se encontrar presente nos territórios do Norte de África, local bastante propício para ascensão na carreira militar de qualquer nobre, Vilalobos preferiu antes dirigir-se aos reinos europeus onde chegou, inclusive, a participar em diversas guerras, e a integrar a corte de Borgonha. É possível que tal preferência pela procura de «soluções» tenha passado pela Europa, e não pelos territórios já controlados pelos portugueses no Norte de África, devido a reminiscências do seu falecido senhor, o infante D. Pedro. Ademais, era bem sabido que o infante via a dita região como desnecessária e dispensável à Coroa²⁶⁰.

Seu filho, Vasco Queimado, foi legitimado a 22 de Abril de 1473, sendo referido no dito documento como “*cavaleiro da casa do Duque de Viseu D. Diogo, sobrinho d’El-Rey, filho de Vasco Queimado de Villa-Lobos fidalgo da Casa d’ElRey, de Elena Fernandes (...)*”²⁶¹, tal data coincidiu com o regresso do pai ao seu país de origem e com a manifestação das intenções dele de perpetuar a sua memória e a da sua linhagem, ao regressar à sua vila natal de Setúbal. Após a morte de seu pai, Vasco Queimado recebeu privilégio de fidalgo, a 5 de Fevereiro de 1478, quiçá devido ao apelo que seu pai fizera por carta ao príncipe²⁶². Este privilégio foi-lhe depois confirmado por D. João II, a 5 de Setembro de 1486, quando ainda

²⁵⁹ “Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478]”. In *Fragmenta Historica* 6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 162

²⁶⁰ COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires; RODRIGUES, José Damião – *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 41 e 44

²⁶¹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 97v.; ANTT, *Leitura Nova*. Livro segundo de legitimações, fl. 219v.; NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 192

²⁶² “Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478]”. In *Fragmenta Historica* 6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 162

se mantinha como fidalgo servidor da Casa do duque, agora de Viseu-Beja, D. Manuel I, após a morte do antecessor, D. Diogo, às mãos do próprio monarca D. João II, em 1484²⁶³.

A sorte de Vasco viria a coincidir com a do seu senhor. À morte de D. João II e sem legitimação do seu filho bastardo, D. Jorge de Lencastre, D. Manuel I ascende ao trono de Portugal, em Outubro de 1495. Vasco Queimado, servidor do duque de Viseu-Beja, passava agora a servidor da Casa Real, tal como seu pai fora outrora²⁶⁴.

Em Fevereiro de 1497, D. Manuel confirmou uma tença que atribuíra a Vasco ainda enquanto duque de Viseu-Beja, em 1494, por “*consideração aos muitos serviços prestados por Vasco Queimado, fidalgo da sua Casa, ao Infante seu pai e a si próprio (...)*”²⁶⁵. Quatro dias depois, o monarca confirma-lhe ainda todos os seus privilégios, que lhe tinham sido conferidos pelos dois reis anteriores²⁶⁶. No entanto, falece pouco tempo depois, ainda em 1497²⁶⁷.

Uma das formas que utilizamos para tentar compreender mais detalhadamente o peso do estatuto social e económico que Vasco Queimado usufruía na região de Setúbal, corresponde à análise do *Inventário e Partilhas dos Bens de Vasco Queimado*²⁶⁸, que decorreu entre 1497 e 1498, à sua morte. Este documento pode ser dividido em oito categorias (*Propriedades, Prata de penhor, Prata, Todos bens móveis, Títulos das Jóias, Vestidos, Título das Escrituras* e *Recheio móvel da Quinta*), onde, em conjunto, se enumeram para além de dezenas de diversos itens, a contabilização de centenas de peças que se espalharam ao longo das suas diversas possessões. Neste documento dispomos da lista de diversos bens imóveis em posse de Vasco, como casas, tanto em Setúbal como em Lisboa. Entre outros bens encontramos uma herdade, vinhas, pomares, marinhas e hortas, dispersas por várias zonas da região de Setúbal, como Brancanes, Várzea, Faralhão e Troino.

Adiante encontramos também, inúmeras escrituras relativas ou associadas às propriedades anteriormente mencionadas. Dispomos de escrituras da compra de casas,

²⁶³ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 216.

²⁶⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fl. 91-92v.

²⁶⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fl. 91.

²⁶⁶ Carta de privilégio dada por D. Afonso V em Fevereiro de 1478, a “*Vasco Queimado fidalgo da Casa do duque seu sobrinho em consideração aos muitos serviços por ele prestados e encontrado-se prestes para o servir na guerra com homens, armas e bestas*”. Confirmado por D. João II a 5 de Setembro de 1486, “*confirmando a Vasco Queimado, fidalgo da Casa do Duque de Beja seu primo*”. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fls. 91-92v.

²⁶⁷ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 225

²⁶⁸ ANTT, *Casa de Santa Iria*, mç. 15, n.º 20.

vinhas e uma courela. Na categoria de foros, encontramos escrituras de adegas, um moinho de campo, uma marinha, casas e ainda escrituras de sesmarias. Entre estes documentos consta a legitimação, a carta de casamento, e ainda a escritura do seu jazigo, no mosteiro de S. Francisco. Nesta mesma secção encontra-se ainda uma listagem de armamento como espadas, lanças, uma pertezana, entre outras.

Posteriormente à listagem dos 15 itens alusivos a propriedades, encontramos cerca de 68 tipos diferentes de itens compostos de metais valiosos em prata e ouro, “*prata de penhor*”, prata e jóias, ou somente diversos tipos de dinheiros amoedados. Dispomos ainda de uma secção de “*Vestidos*” contendo 8 itens de indumentária nobre. No quarto ponto, “*Bens móveis*”, nomearam-se 26 escravos, dos quais 21 masculinos e 5 femininos, algum gado equino e asínio, entre centenas de peças de recheio de casa.

Adiante, no “*Recheio da Quinta*”, provavelmente referindo-se à herdade de Vasco Queimado, localizada na Várzea, deparámo-nos com cerca de uma centena de diferente itens e ainda uma contagem de gado caprino, bovino e ovino.

A partir do inventário das partilhas dos bens de Vasco Queimado vemos que este fidalgo era, incontornavelmente, um membro abastado da comunidade setubalense.

Sabemos que para além dos seus filhos bastardos, que não legitimou, Vasco teve duas filhas, por onde distribuiu o seu património. A mais velha, Isabel Queimado, casou com Nuno Fernandes da Mina. Nuno da Mina, irmão de Tristão da Grã e primogénito de Fernão Gomes da Mina, foi servidor da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Santiago, vedor do Governador D. Jorge e alcaide-mor e comendador de Panóias²⁶⁹. E, Maria Queimado, que ficou sob a tutoria de Gonçalo Queimado depois do falecimento do seu pai, casou por duas vezes, a saber, com Estevão Coelho e Simão Miranda. Simão Miranda Henriques foi comendador de Povos, da Ordem de Cristo, e copeiro-mor do cardeal D. Henrique²⁷⁰. Deste casamento nasceu D. Filipa Henriques, primeira esposa de Pedro de Mascarenhas, vice-rei e governador da Índia entre 1554 e 1555²⁷¹.

Os irmãos, Vasco e Job, como veremos mais adiante, procurarão as suas «soluções» nos territórios de além-mar, como foi costumeiro da nobreza quinhentista portuguesa.

²⁶⁹ Mina, Nuno Fernandes da (flor. 1498-1540) - Arquivística Histórica

²⁷⁰ MONTEIRO, Eduardo Filipe Pinto – *O património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2014, p. 82

²⁷¹ Genealogia de Pedro Mascarenhas. [accessed 11 December 2019] at <URL <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/GEN/P%E1ginas/PedroMascarenhas.htm>>

3.2. Vasco Queimado

A documentação utilizada para o estudo deste indivíduo pode ser facilmente confundida com a do seu homónimo, Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado de Vilalobos, como podemos ver na *Pedatura Lusitana*²⁷². No entanto, é importante perceber que ambos são personagens diferentes. Mesmo sabendo que, muito provavelmente ambos pertenceram à mesma família, derivado ao seu apelido idêntico. Não encontramos nenhuma documentação que comprove a existência de ligações directas entre os dois homónimos.

É-nos desconhecida a verdadeira progenitura deste indivíduo. Todavia, como foi dito atrás²⁷³, uma teoria aponta para que possa ter sido um dos filhos bastardos de Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado de Vilalobos²⁷⁴. Uma vez que, no testamento de Vasco Queimado de Vilalobos, este faz alusão por diversas vezes, aos filhos bastardos de seu filho²⁷⁵. Não existe, no entanto, provas documentais que a comprovem como verosímil.

Desconhecemos tanto a data de nascimento como os primeiros anos de vida de Vasco Queimado. Nem tampouco, conseguimos averiguar com total certeza como Vasco Queimado veio a tornar-se servidor da Casa Real. No entanto, podemos presumir que tal poderá ter derivado das ligações que a própria Casa Real estabeleceu com a vila de Setúbal. As ligações a Setúbal remontam à vivência do infante D. Fernando, 2º duque de Viseu, e à construção do Convento de Jesus.

D. Fernando foi detentor do mestrado de Santiago desde os onze anos de idade²⁷⁶ que, como já sabemos, englobava a região de Setúbal. Era, portanto, natural que como Governador da Ordem de Santiago se tivesse deslocado, por diversas vezes, à vila de Setúbal²⁷⁷.

Para que fosse possível a concretização do projecto arquitectónico do convento de Jesus, D. Fernando doou, em testamento, parte dos terrenos de que a ordem dispunha nas

²⁷² MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana : nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943. Tomo, 2, Vol. 1, p. 605-606

²⁷³ Ver pág. 52

²⁷⁴ SILVEIRA, Ana Cláudia – O Património da Família Queimado de Vilalobos/Miranda Henrique em Setúbal na transição do século XV para o XVI. In *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*. s.l.: Estuário História Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2019, p. 29

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 40.

²⁷⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha: Leonor de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 16

²⁷⁷ ALMEIDA, Mariana Brito – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*, p. 7; SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha*, p. 16

imediações do bairro de Troino, a leste da muralha da vila. No entanto, a área cedida por D. Fernando mostrou-se insuficiente, pelo que, mais tarde, os terrenos adjacentes, pertencentes à confraria da Anunciada, foram comprados pela sua filha, a rainha D. Leonor, permitindo assim espaço suficiente para que se iniciasse a construção do dito convento. Futuramente, também o próprio D. Manuel concederia ao convento algumas doações, que se prolongaram desde que foi duque de Viseu-Beja até se tornar rei de Portugal²⁷⁸.

O convento de Jesus, “considerado, por muitos, o primeiro edifício manuelino, foi, na verdade, iniciado no final do reinado de D. João II”²⁷⁹, começando a ser habitado, em 1496, por “filhas da nobreza regional e burguesia abastada, bem com por mulheres provenientes de estratos mais baixos da sociedade”²⁸⁰. Durante a sua concepção, o dito convento teve o benefício de ser imbuído do favor régio, uma vez que, a sua fundadora, Justa Rodrigues, era uma figura próxima de D. Fernando, tendo sido ainda ama-de-leite de D. Manuel²⁸¹.

A 18 de Setembro de 1470 morre o infante D. Fernando em Setúbal, quando D. Manuel tinha apenas 1 ano, sendo temporariamente sepultado no convento de S. Francisco em Setúbal²⁸². Dias antes, a 7 de Setembro, na mesma vila, tinha estado com a sua mulher, D. Beatriz, onde assinaram o contracto de casamento da sua filha, D. Isabel²⁸³, com D. Fernando, futuro duque Bragança e à data duque de Guimarães²⁸⁴.

Sabemos, a partir da *Crónica de D. João II e Miscelânea*, de Garcia de Resende que D. João II visitava, com alguma regularidade, a vila de Setúbal²⁸⁵. É-nos informado que fora nesta vila, em 1471, que tinha recebido a futura rainha de Portugal, D. Leonor, filha do recém-finado, o infante D. Fernando. Resende acrescenta que a ausência de festejos deveu-se ao luto que ainda se fazia pelo falecido infante²⁸⁶.

Não nos debruçaremos sobre todo o processo que conduziu à germinação de suspeitas de conspiração que D. João II possuía de alguns indivíduos. Entre eles constava o duque de

²⁷⁸ ALMEIDA, Mariana Brito – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*, p. 20

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 1

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 1

²⁸¹ *Ibid.*, p. 1

²⁸² COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*. 1 ed.^a ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 41

²⁸³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha*, p. 34

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 36

²⁸⁵ Segundo a crónica de Garcia Resende, D. João II esteve em Setúbal a 22 de Janeiro de 1471 RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, p.4; a 22 de Agosto de 1484 p. 79-80; em 1487 p.98; em 1488 p.107; e 1494 p.254.

²⁸⁶ RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, Cap. 3, p. 4

Viseu, D. Diogo, que cresceu junto do próprio monarca²⁸⁷. Relembraremos apenas que foi em Setúbal, no ano de 1484, que o *Príncipe Perfeito* assassinou o duque de Viseu, D. Diogo, irmão da rainha e do jovem D. Manuel²⁸⁸, sendo temporariamente sepultado na Igreja de S. Maria, naquela mesma vila²⁸⁹. Após a morte do duque D. Diogo, “*E logo sem delongas, nem esperar que algum lhe falasse, el Rey mandou chamar o Senhor dom Manuel*”²⁹⁰ concedendo-lhe que «herdasse» o ducado do seu falecido irmão, passando a intitular-se, duque de Beja. Após a morte de D. Diogo, D. Manuel passou a residir na corte, junto do rei e da rainha, sua irmã, D. Leonor²⁹¹. Como sinal de confiança para com o jovem duque, a 10 de Setembro de 1484, D. João II partiu para o Sabugal deixando a corte em Setúbal e D. Manuel como regente do reino²⁹². Apesar de ser apenas simbólico, este título demonstra que o rei queria a todo o custo evitar outro caso como o que sucedera com D. Diogo. Com a morte do príncipe D. Afonso, em 1491, D. Manuel passou a acompanhar mais de perto a irmã²⁹³ tornando-se rei de Portugal quatro anos depois.

Na Páscoa de 1497, D. Manuel decidiu reunir-se com a sua mãe, D. Beatriz, e ambas a suas irmãs, D. Leonor e D. Isabel, então residentes no paço de Azeitão, na vila que já lhe era familiar, Setúbal²⁹⁴. Entre os diversos assuntos que foram discutidos durante esta estadia, esteve a intenção de “*reabilitar a família da duquesa de Bragança, sua irmã*”, que cujos membros tinham sido exilados por D. João II para Castela em 1483²⁹⁵. Foram certamente dois dias marcantes para a família do monarca, pois trabalhou-se em prol de voltar a restituir um estado ducal que pertencera aos seus familiares. Pouco depois, com a chegada destes membros familiares a Setúbal, estava oficialmente restaurada a Casa de Bragança²⁹⁶. “*Estava portanto a família novamente junta: Avis-Beja-Bragança*”²⁹⁷.

Em suma, Setúbal foi, certamente, uma vila de acontecimentos memoráveis para D. Manuel. Foi em Setúbal que perdeu parte da sua família, nomeadamente, o pai, D. Fernando e o irmão, D. Diogo, mas foi também naquela vila que viu o seu estatuto e poder

²⁸⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha*, p. 32

²⁸⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, p. 57

²⁸⁹ RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*, p. 79–80

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 81

²⁹¹ SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha*, p. 156

²⁹² COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, p. 59

²⁹³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha*, p. 158

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 173

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 174

²⁹⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, p. 77–78

²⁹⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha*, p. 174

aumentados ao herdar o ducado do seu irmão, e até ascendendo, temporária e simbolicamente, a regente do reino, antevendo o poder que viria a possuir anos depois. Contudo, o momento mais importante para o próprio D. Manuel nesta vila foi, porventura, o reencontro com a sua família, ao trazer de volta a Portugal os membros da Casa de Bragança.

Por tudo isto, não seria estranho que membros da Casa ducal de D. Fernando se tivessem cruzado com a alguma fidalguia residente em Setúbal e, por conseguinte, tivesse integrado parte dela ao seu serviço, como provavelmente aconteceu com Vasco Queimado, seu homónimo e filho de Vilalobos, que começou por servir o duque D. Diogo.

A morte do seu homónimo em 1497, veio aliviar a confusão documental entre ambos estes indivíduos. E conseguimos ver com clareza quando começa a carreira deste Vasco Queimado. Em 1500, vemos Vasco a exercer o cargo de recebedor do tesouro e assentamento das moradias, cargo que exerceu até 1502, como consta na carta de quitação datada de 20 de Fevereiro de 1504²⁹⁸. Este cargo ao serviço do rei seria o princípio de ascensão de Vasco Queimado como fidalgo da Casa Real, que o levaria, no futuro, a exercer um ofício de significativa relevância para o desenvolvimento do Império Português.

O cargo de recebedor e assentamento das moradias acabaria por ser preenchido pelo célebre Tristão da Cunha, entre 1503 e princípios de 1504, enquanto Queimado passaria temporariamente ao cargo de pagador das moradias do rei, ainda nesse último ano de 1504²⁹⁹. Nesse mesmo ano, em Setembro, Vasco Queimado vê-se elevado a tesoureiro da Casa da Índia³⁰⁰.

O referido cargo, de distinta importância para a gestão dos negócios da Coroa, conferiu-lhe um estatuto social privilegiado e de acrescido prestígio. Todavia, apenas desempenhou

²⁹⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 41v; FREIRE, Anselmo Braamcamp; PESSANHA, José Maria da Silva (eds.) – *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa: s.n., 1908. Vol. 6, p. 80

²⁹⁹ ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira; ESTEVES, Maria Luísa (eds.) – *Portugaliae Monumenta Africana*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. Vol. 3, p. 371–372

³⁰⁰ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 9, nº 27; BARATA, Maria do Rosário Themudo – *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 39, nota de rodapé 19

este cargo até Maio de 1505, tal como consta na carta de quitação emitida a 22 de Agosto de 1510, remetida a “*Vasco Queimado, cavaleiro e tesoureiro que foi da Casa da Índia*”³⁰¹.

Para se ter uma noção da relevância deste cargo para a consolidação do império marítimo, proponho-me a uma breve contextualização dos acontecimentos que estavam ocorrendo no princípio do século. À data, as primeiras armadas portuguesas tinham já alcançado e regressado, por algumas vezes, da tão desejada Índia, sendo que, a 25 de Março de 1505, partira de Lisboa a armada de D. Francisco de Almeida, que se dirigia ao Oriente com o objectivo de se estabelecer no Índico como o primeiro vice-rei do Estado Português da Índia, de modo a se poder mais facilmente conduzir os negócios da Coroa por estas partes. Assim, os portugueses procuraram compreender e infiltrar-se nas redes comerciais e mercados dos povos que cercavam os mares do Índico, ao mesmo tempo que aliavam a sua política comercial a uma de hegemonia naval, tentando anular a presença dominante dos mercadores muçulmanos³⁰².

Esses negócios teriam depois a sua extensão na Europa, visto que Portugal contava também com uma feitoria na Flandres que, à época, era um grande distribuidor de especiarias asiáticas³⁰³. Consciente das suas vantagens, D. Manuel I decidiu que toda a pimenta que chegasse a Lisboa se destinaria à venda exclusiva por parte da Casa da Índia, instituição que a venderia, por sua vez, a terceiros que estivessem interessados à sua aquisição. Consequentemente, Antuérpia tornou-se assim no maior redistribuidor de pimenta portuguesa para as mais diversas regiões do Noroeste europeu³⁰⁴, concedendo não só avultadas quantias, como também, fama e prestígio à Coroa portuguesa. Embora, fosse impossível manter um sistema da venda exclusiva de toda a especiaria proveniente do Oriente, a Coroa conseguiu, no entanto, uma estável posição de venda na Europa tal como, uma hegemonia naval nos mares da Índia³⁰⁵.

³⁰¹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 42.; ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira; ESTEVES, Maria Luísa (eds.) – *Portugaliae Monumenta Africana*. s.l.: Instituto de Investigação Científica Tropical Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993. Vol. 5, p. 704

³⁰² COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires; RODRIGUES, José Damião – *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 106

³⁰³ DISNEY, Anthony R. – *A História de Portugal e do Império Português*. Lisboa: Clube do Autor, 2019, p. 203–204

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 204

³⁰⁵ COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires; RODRIGUES, José Damião – *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 123

Não nos é possível averiguar do que se ocupou Vasco Queimado após finalizar o seu serviço como tesoureiro da Casa da Índia, em Maio de 1505. Sabemos, no entanto que quem preencheria a sua posição fora Gonçalo Queimado, desse mesmo mês a Dezembro do ano seguinte³⁰⁶. Assim se conclui que a relação de proximidade desta família à Casa Real não se ficava apenas pela confiança depositada em Vasco Queimado.

A 9 de Fevereiro de 1517, Vasco Queimado voltou a ser nomeado tesoureiro, desta vez do dinheiro da Casa da Índia, depois do falecimento do tesoureiro anterior³⁰⁷. As razões que levaram a esta renomeação não são explícitas, mas parece que surgiram da sua experiência e dos conhecimentos que acumulara no desempenho deste cargo e da sua boa prestação anterior ao serviço desta mesma instituição. E, claro, possivelmente esta renomeação provinha da confiança que o monarca depositava na sua pessoa. Durante o ano seguinte de 1518, continuou fielmente a tomar conta da gestão financeira dos negócios da Índia e do reino³⁰⁸.

No que respeita ao ano de 1519, há argumentos que tanto indicam como contradizem uma ida de Vasco Queimado à Índia. Quirino da Fonseca remete-nos para o “*Livro da Tôda a Fazenda*”, onde consta que Vasco Queimado teria capitaneado a nau *Santa Maria da Serra* (ou *N. S. da Serra*)³⁰⁹. Também Figueiredo Falcão e Sebastião José Pedroso ambos confirmam a partida de Vasco à Índia nesta mesma nau³¹⁰.

É-nos ainda possível testemunhar um alvará, datado de 15 de Janeiro de 1519, intitulado “*sobre as pessoas que andarem fora do serviço não vencerem soldo*”, em que D. Manuel I antecipa a ida de Vasco Queimado à Índia, escrevendo ao Governador da Índia, Diogo Lopes de Sequeira que “*somos emformado que muytas pessoas dos que lá amdão [Índia], e sam asemtados em noso soldo, se ocupão em seus tratos, e tam continuadamente que quoamdo*

³⁰⁶ BARATA, Maria do Rosário Themudo – *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 29, nota de rodapé 19

³⁰⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv.10, fl. 58.

³⁰⁸ Carta de quitação ao almoxarife de Setúbal. PESSANHA, José Maria da Silva (ed.) – *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa: s.n., 1903. Vol. 1, p. 283; Conceção de uma certidão de mantimento ao feitor na Flandres. (ANTT, *Corpo Cronológico*, parte III, mç. 6, nº 95); Auxílio ao almoxarife de Cintra. VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. s.l.: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1899. Vol. 1, p. 166 (Dicio. Hist. e Doc dos Archi. Vol. 1 a-g, p. 166).

³⁰⁹ FONSECA, Quirino da – *Os Portugueses no Mar memórias históricas e arqueológicas das naus de Portugal*. 2ª ed. s.l.: Associação dos Arqueólogos Portugueses, s.d., p. 256

³¹⁰ FALCÃO, Luiz de Figueiredo – *Livro em que se contem toda a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e Ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 149; PEDROSO, Sebastião José – *Resumo historico ácerca da antiga India portugueza, acompanhado de algumas reflexões concernentes ao que ainda possuimos na Asia, Oceania, China e Africa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1880, p. 186

*se hão mester pera nos servirem, se não achão, e nos não servem como são obrigados, e que amdando asy em seus proprios tratos, vemcem seus soldos, e lhes são paguos (...) E este alvará mandamos que a Vasco Queimado, que enviamos por veador da nosa fazenda a essas partes (...) ao quoa mandamos que a todos os que souber que amdão asi tratamdo sem vosa licemça, fora dos lugares homde estiverem asemtados, e ordenados, pera nos servirem, não mamde pagar soldo alguũ do tempo que asi amdarem fora (...)”*³¹¹. Tal observação já teria efectivamente sido feita pelo próprio Afonso de Albuquerque, anterior governante do Estado Português da Índia, que se lamentava de que alguns homens apenas trabalhavam em proveito próprio, na Índia, e não de forma a honrar a sua condição de fidalgo³¹².

Todavia, tanto outras obras como as próprias crónicas apontam o Dr. Pêro Nunes como o vedor da Fazenda enviado à Índia na armada de 1519. O livro *As armadas da Índia: 1497-1835*, de Paulo Guinote, não referencia Vasco enquanto capitão. E, Teresa Lacerda, no seu trabalho *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I*, acaba mesmo por confirmar a ida do Dr. Pêro Nunes, enquanto vedor da Fazenda ao Oriente³¹³. João de Barros refere “o Doutor Pero Nunes, que hia pera servir de Veador da fazenda daquellas partes”³¹⁴, entre os membros que compunham a armada de catorze velas que partiu de Portugal, no ano de 1519, comandada por Jorge de Albuquerque³¹⁵. Inclusive, existe diversa documentação enviada aos reis, D. Manuel I e D. João III, por Pedro Nunes, enquanto este esteve na Índia, informando-os do estado da condução dos negócios asiáticos³¹⁶.

À luz destas provas, podemos calcular que Vasco Queimado, foi de facto, uma opção válida do monarca, até muito tarde, para ir à Índia como vedor da Fazenda na armada de

³¹¹ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; Asian Educational Services – *Archivo Portuguez Oriental*. New Delhi; Madras: Asian Educational Services, 1992, p. 32–33

³¹² RESENDE, Vasco – *A Sociedade da Expansão na Época de D. Manuel I Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente*, p. 180–181

³¹³ LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, p. 73

³¹⁴ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, dec. 3, liv. 3, cap. 9, p. 324-325

³¹⁵ QUINTELLA, Ignacio da Costa – *Annaes da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia [das Sciencias], 1839. Vol. 1, p. 329

³¹⁶ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 25, n.º 141; ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 27, n.º 67; ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 27, n.º 96; ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 28, n.º 144

1519. No entanto, por razões que se desconhecem, acabou por ser substituído pelo Doutor Pêro Nunes³¹⁷.

Apesar de não ter ido à Índia, Vasco Queimado continuou o seu ofício com muita diligência, acatando todos os pedidos que ia recebendo. Vários anos em contacto com os mais variados negócios que compunham toda a jurisdição da Casa da Índia, em articulação com todas as suas boas práticas, mereceram-lhe uma avultada promoção. Assim, a 26 de Março de 1519, D. Manuel I nomeia Vasco Queimado, que até então, serviu como tesoureiro da especiaria, para o cargo de feitor da dita Casa da Índia, cargo de notável seriedade³¹⁸. Esta promoção adveio, certamente, da tendência de D. Manuel para o favorecimento dos fidalgos, da sua antiga Casa senhorial ou, da Casa Real para a ocupação dos cargos administrativos e de gestão, incluindo aqueles que estabeleciam a ligação entre a metrópole e os seus centros periféricos, consolidando uma estratégia de centralização do poder régio.

Como é explícito no próprio documento, o cargo mais alto na Casa da Índia, o de feitor, era de extrema responsabilidade e, por conseguinte, apenas dirigido a indivíduos da plena confiança do rei. Reforçando toda a importância depositada na figura de Vasco Queimado, consta no *Livro da Matricula dos Moradores da Casa DelRey D. Manuel, do primeiro quartel do anno de 1518. Extraído do Original por Gaspar da Faria Severim* que este fidalgo integrava o grupo dos cavaleiros do conselho do rei³¹⁹, sendo esta uma “*esfera pessoal [de] um conjunto de nobres da estrita confiança*”³²⁰.

Ao longo da sua carreira ao serviço da Coroa, Vasco Queimado teve o privilégio de contactar com diversos indivíduos da alta estirpe e funcionários superiores. Alguns desses indivíduos viriam a tornar-se célebres na História de Portugal, como Tristão da Cunha que

³¹⁷ CALDEIRA, António Correia (ed.) – *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) Patriarcha de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Vol. 4, p. 315

³¹⁸ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 8, fls. 24-25v.

³¹⁹ SOUSA, D. António Caetano – *Provas Da Historia Genealogica Da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1742. Vol. 2, p. 358

³²⁰ RESENDE, Vasco – *A Sociedade da Expansão na Época de D. Manuel I Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2006, p. 117

substituiu Vasco no cargo de recebedor de assentamento das moradias em 1503³²¹, ou João de Barros, que trabalhou ao seu lado enquanto tesoureiro das Casa da Índia³²².

Estes contactos permitiram a Vasco a criação de uma ampla rede de contactos. Enquanto tesoureiro da Casa da Índia contactou, por exemplo, com o tesoureiro do rei, Luís de Góis³²³, em 1504, e com o feitor da Flandres da altura, Silvestre Nunes³²⁴.

Como feitor, Vasco passou a contactar tanto com indivíduos também pertencentes ao mesmo círculo pessoal do rei, a juntar a outros que caíam já sob a sua «jurisdição», como Fernando Álvares, escrivão da câmara e tesoureiro das moradias³²⁵, Estevão Barradas, recebedor do tesouro de certas rendas³²⁶, e ainda, o tesoureiro da Casa da Moeda, Álvaro Pestana³²⁷, derivado à interligação existente entre as duas instituições.

Não obstante, Vasco passou também a poder frequentar espaços mais íntimos do monarca, como é testemunhado no alvará de 9 de Setembro de 1519, quando D. Manuel o manda “*entregar no guarda roupa do dito senhor, todo o alicorne preto que houvesse na dita casa*”³²⁸. A proximidade ao rei proporcionava-lhe também o contacto com outros membros da corte, que passaram a comunicar directamente com o novo feitor, como a Infanta D. Isabel³²⁹. Mesmo após a sucessão de D. João III ao trono, Vasco parecer ter permanecido em contacto com estes indivíduos da corte³³⁰.

Vasco Queimado era agora a figura máxima da instituição que controlava todo o comércio de especiaria que vinha das partes do Oriente, mas como se encontrava por esta altura a extensão da presença portuguesa por essas mesmas regiões e, como se reflectia

³²¹ ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira; ESTEVES, Maria Luísa (eds.) – *Portugaliae Monumenta Africana*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. Vol. 3, p. 371–372

³²² *Boletim da Segunda Classe actas e pareceres estudos, documentos e noticias*. Coimbra: Imprensa da Universidade Academia das Ciências de Lisboa, 1918. Vol. 11, p. 205; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda Temas Portugueses, 1994, p. 331

³²³ *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 9, n.º 27

³²⁴ *Corpo Cronológico*, Parte III, mç. 6, n.º 95

³²⁵ *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 25, n.º 126

³²⁶ *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 26, n.º 22

³²⁷ FERNANDES, Pedro José Marcos – *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda e Papel Sellado, 1878, Mappa Demonstrativo nº 6, Notas (A) e (B); ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 113, n.º 172

³²⁸ *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 25, n.º 44

³²⁹ *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 25, n.º 79

³³⁰ *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 43, n.º 85

essa presença portuguesa nos negócios da instituição da qual ele era responsável? O Estado da Índia Português encontrava-se, sob o poder do Governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria, mas continuavam frescos na memória de todos os eventos que tinham tido lugar durante o governo anterior de Afonso de Albuquerque (1509-1515). As conquistas de Goa (1510), Malaca (1511) e Ormuz (1515), tal como as diversas alianças estabelecidas com soberanos locais tinham proporcionado aos portugueses um domínio expressivo das rotas comerciais de especiarias do Oriente.

Ormuz destacava-se como “*um dos entrepostos mais ricos do mundo*”, uma vez que era pelo seu território insular que se distribuía grande parte do comércio entre a Índia e a Pérsia, as especiarias da Insulíndia e os cavalos da Arábia³³¹, funcionando ainda como ponto de controlo de todo o Golfo Pérsico³³². No canto oposto do Índico situava-se Malaca, grande centro abastecedor de especiaria com ligações às Molucas e a territórios ainda mais longínquos³³³. E finalmente, ao centro, Goa funcionava não só como assento do poder português no Oriente, mas também como principal porto de comércio entre os diversos reinos hindus e muçulmanos³³⁴. Estes três portos juntos proporcionaram aos portugueses um controlo apertado do comércio de especiarias no Índico, sendo a exceção, as águas do Mar Vermelho³³⁵. O domínio e controlo destes pontos-chave permitiram a criação de uma rede de negócios inter asiáticos geridos pelo Estado da Índia³³⁶, que, em seguida, convergiam para Portugal, mais concretamente para Lisboa, sendo a sua «sede» a Casa da Índia e o seu feitor Vasco Queimado.

Porém, em Dezembro de 1521 morreu D. Manuel I e subiu ao trono o seu filho, D. João III. O novo monarca acabaria por alterar parte das políticas ultramarinas de seu pai. Alguns dos oficiais estantes nas paragens do além-mar viram-se afastados dos seus cargos, sendo exemplos disso Duarte Pacheco Pereira, capitão de S. Jorge de Mina e D. Duarte de Meneses, governador do Estado Português da Índia. Este último foi até encarcerado durante sete anos no castelo de Lisboa³³⁷. No entanto, no âmbito do séquito de oficiais governativos estabelecidos no próprio reino, D. João III decidiu preservar a grande maioria dos fidalgos

³³¹ BOXER, C. R. – *O Império Colonial Português*, p. 62

³³² *Ibid.*, p. 68

³³³ *Ibid.*, p. 64

³³⁴ *Ibid.*, p. 68

³³⁵ *Ibid.*, p. 69

³³⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 111–113

³³⁷ COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires; RODRIGUES, José Damião – *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 130

nomeado por seu pai³³⁸. Vasco Queimado continuou a exercer o mesmo cargo³³⁹. Talvez por ter testemunhado por si mesmo a utilidade do serviço prestado, a 27 de Julho de 1524, D. João III deu carta de confirmação do cargo de feitor a Vasco Queimado. Cargo que começou a exercer em 1519, quando foi nomeado por D. Manuel³⁴⁰. Em Outubro, o rei confirmou, também uma tença que lhe teria sido dada em 1498³⁴¹. Vasco Queimado continuaria a servir o rei de Portugal enquanto feitor da Casa da Índia até 1532, quando, em Agosto, se declarou aposentado do seu serviço, “*nele serujdo com muita fedilidade e deligencia dando sempre muj boa Conta de si*”³⁴². Substituindo-o no seu cargo ficou João de Barros, nomeado a 23 de Dezembro de 1533, que até então servira também na Casa da Índia como tesoureiro³⁴³.

Os seus últimos anos ao serviço da Casa da Índia foram bastante agitados, uma vez que tanto a quantidade de mercadorias importadas, como o seu valor, aumentaram progressivamente, devido ao aumento da sua procura nos mercados europeus³⁴⁴. E, em 1530 o monarca volta a alterar as regras do «jogo» ao decretar que agora, somente se autorizariam a venda de “*especiarias a grosso*” por parte da Casa da Índia³⁴⁵.

A pimenta era o principal produto importado, chegando à Casa da Índia oriunda principalmente do Malabar. Não só a pimenta, mas também macis, noz-moscada, canela, gengibre, entre outras especiarias, viram o seu número de encomendas aumentadas e, por conseguinte, a subida do seu valor. Através da Casa da Índia, Lisboa tornara-se num dos maiores empórios de especiarias da Europa, onde comparecia um grande número de mercadores estrangeiros³⁴⁶ em busca dos mais diversos produtos orientais que chegavam a Portugal. Estas mercadorias seriam depois redistribuídas para todas as partes da Europa,

³³⁸ BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *D. João III, 1502 - 1557*, p. 226

³³⁹ ANTT, *Corpo Cronológico*. parte I, mç. 31, nº 2; FERNANDES, Pedro José Marcos – *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda e Papel Sellado, 1878, Mappa Demonstrativo nº 6, Notas (A) e (B).

³⁴⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 8, fls. 24-25v.

³⁴¹ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 8, fl. 25v.

³⁴² RIBEIRO, Luciano – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1954. Vol. 1, p. 56–57

³⁴³ *Boletim da Segunda Classe actas e pareceres estudos, documentos e noticias*. Coimbra: Imprensa da Universidade Academia das Ciências de Lisboa, 1918. Vol. 11, p. 205; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda Temas Portugueses, 1994, p. 331

³⁴⁴ BOXER, C. R. – *O Império Colonial Português*, p. 79

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 81

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 80–81

tanto pelo Mediterrâneo como pelo Atlântico, até aos reinos mais marginais do continente³⁴⁷.

Muito possivelmente, a aposentadoria de Vasco Queimado, em Agosto de 1532, deveu-se à sua idade avançada, acompanhada do deterioramento das suas faculdades. Vasco aproveitou os benefícios da sua retirada apenas por dois anos, acabando por secumbir por volta de Outubro de 1534. Sabemos do sucedido por uma tença atribuída a “*Maria Jácome, viuva de Vasco Queimado*”³⁴⁸, tal como a ambos os seus filhos, Vicente Queimado³⁴⁹ e Pedro Jaques³⁵⁰, sendo que o inventário dos seus bens ficara ao encargo do seu irmão Job³⁵¹. Sua mulher, Maria Jaques (ou Jácome), era filha de Pedro Jaques. Para além de comendador de Bouças, Pedro Jaques foi membro do conselho régio de D. João II³⁵², por conseguinte, mais tarde, tornou-se fidalgo da Casa Real de D. Manuel I³⁵³. Segundo o *Theatro Genealogico que contem as arvores de costados das principaes Famílias do Reyno de Portugal & suas Conquistas*, de D. Tivisco de Nasao Zarco e Colona, Vicente, primogénito, exerceu o cargo de Reformador dos Lugares de África³⁵⁴ e seu filho, Vasco Queimado sucumbiu na batalha de Alcácer-Quibir, de acordo com Felgueiras Gaio³⁵⁵. Outros ramos secundários mantiveram-se envolvidos no desenvolvimentos do Império Ultramarino Português, nomeadamente o de sua filha, Joana de Vilalobos.

Joana de Vilalobos casou com Francisco de Sá, governador de Baçaim³⁵⁶ e Chaul³⁵⁷. Deste casamento gerou-se várias gerações com ligações à empresa portuguesa no Oriente. Constantino de Sá, seu neto, foi governador do Ceilão, e Artur de Sá, trineto de Joana de Vilalobos, embora bastardo, foi governador do Maranhão e Rio de Janeiro³⁵⁸.

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 74

³⁴⁸ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 195, nº 62.

³⁴⁹ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 193, nº 7.

³⁵⁰ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 193, nº 6.

³⁵¹ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 195, nº 61.

³⁵² ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 133

³⁵³ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 17

³⁵⁴ COLONA, D. Tivisco de Nasao Zarco y – *Theatro Genealogico que contem as arvores de costados das principaes Famílias do Reyno de Portugal & suas Conquistas*. Napoles: Novelo de Bonis, 1692. Vol. 1, p. 98

³⁵⁵ GAIO, Felgueiras, *Nobiliários das Famílias de Portugal*, Tipografia Augusto Costa & C.^a Lim.^a, Braga, 1940, Tomo XXV, p. 24

³⁵⁶ GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas da “PAX,” 1938, Vol. 26 p. 137

³⁵⁷ MOYA, Salvador de – *Anuario Genealógico Latino*. São Paulo: Federação dos Institutos Genealógicos Latinos, 1956. Vol. 8, p. 124

³⁵⁸ GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. 26, p. 137

3.3. Job Queimado

Job Queimado parece ter ficado mais «célebre» devido à sua ida à Índia na armada de 1506. Numa das crónicas mais notáveis, *Da Ásia*, de João de Barros, aparece referenciado como “*Job Queimado, filho de Vasco Queimado de Setubal*”³⁵⁹. Este modo de referência poderá, eventualmente, ter tido origem nos contactos entre o seu irmão Vasco e o próprio autor, João de Barros, uma vez que estes dois fidalgos trabalharam lado a lado na Casa da Índia. O relacionamento entre Vasco e Barros poderia ter levado a que o autor *Da Ásia* adquirisse conhecimento da progenitura e laços familiares da família Queimado, pois este é o único autor da diversa panóplia de crónicas e documentação relativa à armada de 1506 que o identifica enquanto filho de Vasco Queimado³⁶⁰. Tal como o seu irmão, não dispomos de nenhum documento de legitimação referente a Job, nem tampouco de certeza de que se tratasse de um dos filhos bastardos de Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado de Vilalobos. O *Nobiliário das Famílias Portuguesas*, de Felgueiras Gaio expõe-o como filho de Vasco Queimado de Vilalobos e, *A Pedatura Lusitana* chega até a omitir por completo a existência de Job³⁶¹. No entanto, como tenho vindo a mencionar, João de Barros refere-o como sendo filho de um Vasco Queimado de Setúbal.

Tal como para o seu irmão, não dispomos de documentação relativa à infância ou vida adulta de Job até aos eventos da sua participação na armada de 1506. Foi no mês de Junho que partiu de Portugal essa armada, composta por desasseis velas, com destino ao Oriente, incutida de uma dupla finalidade, política e económica. À cabeça desta armada estavam Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, sendo que o primeiro detinha a posição de capitão-mor da armada³⁶². A acção desta armada enquadrava-se nos planos de luta contra o Império Mameluco³⁶³ pelo que deveriam tomar a ilha de Socotorá e construir lá uma fortaleza que, segundo a carta de D. Manuel I a D. Francisco de Almeida, era ilha “*de muy*

³⁵⁹ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Ásia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, parte 1, liv. 1, cap.1, p. 5.

³⁶⁰ Uma outra referência referente ao seu parentesco encontra-se na *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. Vol. 1, p. 289

³⁶¹ MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana : nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943. Tomo, 2, Vol. 1, p. 605-606

³⁶² CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1833, liv. 1, p. 61; CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1858, liv. 1, tomo. 1, parte 2, p. 682

³⁶³ LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, p. 52

boons portos de todo tempo, e cheya de muytos mantimentos, e povoada de muytos christão da terra e muy poucos mouros”³⁶⁴. Concluída a construção da fortaleza de Socotorá, Tristão da Cunha deveria encaminhar-se até à Índia, a fim de efectuar o carregamento de especiarias, enquanto a armada de Afonso de Albuquerque deveria seguir para a costa da Arábia e para o estreito da Pérsia, onde tentaria a conquista de Ormuz³⁶⁵.

Esta armada distinguiu-se também por um elevado investimento por parte de particulares, excluindo os navios que iriam sob as ordens de Afonso de Albuquerque. Entre estes particulares estavam o próprio Tristão da Cunha, Rui Dias Pereira e Job Queimado, todos fidalgos, sendo que mais de metade de ambas as armadas, de Tristão e Albuquerque, eram constituídas por membros da Casa Real³⁶⁶.

Uma vez que o trato ultramarino se mostrava lucrativo para os seus investidores, tornou-se comum que fidalgos, e até mesmo «grandes» do reino (ex. D. Álvaro de Bragança, D. Diogo da Silva de Meneses, conde Portalegre, e D. Nuno Manuel), investissem os seus capitais no comércio das mercadorias do Oriente³⁶⁷. E visto que as capitánias da Carreira da Índia surgiam de nomeações régias, capitães que pertenciam à Casa Real, mas agiam como privados nas rotas transoceânicas, não encaravam a sua viagem apenas como uma oportunidade para adquirir lucro e proveito próprio, mas também, como parte da sua condição fidalga de serviço à Coroa. Tornaram-se, pois, tanto agentes económicos como agentes políticos da Coroa portuguesa³⁶⁸.

Assim, Job Queimado, como um indivíduo de condição social fidalga, apostou a sua sorte nos mares do Índico, ao mesmo tempo que servia o seu senhor, o rei de Portugal. Job partiu de Lisboa em 1506 sob o comando de Tristão da Cunha, levando na sua nau trinta e um homens³⁶⁹, com o objectivo de trazer especiarias de volta a Portugal³⁷⁰.

A viagem de Job parece ter sido bastante atribulada, já que a sua embarcação foi alvo de vários desvios e atrasos durante todo o seu percurso até à Índia. Tais circunstâncias

³⁶⁴ PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1883. Tomo III, p. 269

³⁶⁵ *Ibid.*, p. 168; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*. Lisboa: National Archives of Rhodesia Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Vol. 1, p. 352; LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, p. 52

³⁶⁶ LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, p. 53

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 101–103

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 103

³⁶⁹ *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*. Vol. 1, p. 142–144

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 350

deveram-se à separação da sua nau das restantes devido a um temporal, forçando-o a atracar em S. Tomé³⁷¹. A espera pela sua nau suscitou até discórdias entre Cunha e Albuquerque, pois o primeiro entendia que se deveria esperar até que se reagrupassem todas as naus, enquanto Albuquerque alertava para que se apressassem rumo ao Oriente, para que não se perdesse a monção favorável³⁷². No fim, vingara a vontade de Tristão da Cunha, pois era ele quem ostentava o título supremo de capitão-mor da armada. Job veio a encontrar-se com Tristão já em Moçambique, águas pertencentes ao Índico³⁷³.

Agrupadas as naus, prosseguiram para a cidade de Brava, onde Job participou na sua conquista ao lado de Cunha, como relata Brás de Albuquerque: “*com o capitão-mór, Job Queimado, e seu filho Nuno da Cunha*”³⁷⁴. Mais tarde, no ano de 1507, e ainda durante a viagem, vemos Job também na conquista de Socotorá, escrevendo João de Barros que “*o muro foi subindo, e o primeiro que nelle arvorou bandeira, foi Gaspar Dias Alferes de Affonso Dalboquerque, e tras elle Job Queimado com seu aguião*”³⁷⁵.

Por volta de Agosto de 1507, a armada continuou a fazer guerra aos povos costeiros do Índico, desta vez já na Índia onde, encontramos a presença de Job junto de D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço³⁷⁶. A armada de Tristão deu início ao torna-viagem a Portugal em Dezembro, depois de carregados os navios dos diversos produtos nos portos da Índia, como Cochim³⁷⁷ e Cananor³⁷⁸. No entanto, segundo a documentação, a nau de Job necessitou de regressar a terra, uma vez que precisou de reparações³⁷⁹, retardando desta maneira a sua chegada a Moçambique, de onde toda a armada de Tristão teria já saído. A

³⁷¹ *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque capitão geral que foi das Indias orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*. Vol. 1, p. 31–32

³⁷² *Ibid.*, p. 31–32

³⁷³ QUINTELLA, Ignacio da Costa – *Annaes da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia [das Sciencias], 1839. Vol. 1, p. 294

³⁷⁴ CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, liv. 1, tomo 1, parte 2, p. 673

³⁷⁵ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 1, cap. 3, p. 44

³⁷⁶ *Ibid.*, dec. 2, liv. 1, cap. 6, p. 84; CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, liv. 1, tomo 1, parte 2, p. 720

³⁷⁷ CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, liv. 1, tomo 1, parte 2, p. 717–719

³⁷⁸ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 1, cap. 6, p. 83

³⁷⁹ ANDRADE, António Alberto Banha de – *História de um Fidalgo Quinhentista Português: Tristão da Cunha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974, p. 97; BAIÃO, António (ed.) – *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque capitão geral que foi das Indias Orientais em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*. 4ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade [Coimbra], 1922. Vol. 1–2, p. 178

sua demora forçou-o a invernar em Moçambique³⁸⁰, retardando ainda mais a sua chegada ao Reino. Quando finalmente zarpu de Moçambique, partiu sozinho e sem quaisquer acompanhantes. Foi quando passou perto do cabo de São Vicente, na costa algarvia, que Job viu a sua nau saqueada por Mondragón, um pirata francês³⁸¹. Encontramos um breve relato numa carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para Estêvão Vaz, provedor das Casas da Índia e Guiné, que nos informa que “*Job Queimado, filho de Vasco Queimado de Situval era capitam da nao Job, e se teve com o nome a paciencia do Santo, levaria bem a força injusta com que voltando da India pera Lixboa, foi investido de huma armada francesa que por mais que ele com paciencia e valor se defendeo, o entrarão e ganharão, ficando lhe só a paciencia com que se sopportou aqueles injustos golpes de sua má fortuna.*”³⁸². Insatisfeito apenas com o saque, Mondragón submeteu Job ao derradeiro acto de humilhação, uma vez que foi “*posto em camysa em terra*”³⁸³.

Mondragón foi um pirata³⁸⁴ biscainho que, como tantos outros da sua época, pretendia desafiar a política de *mare clausum*. Uma política fortemente defendida em conjunto pelo rei de Portugal e pelos *Reis Católicos* de Castela e Aragão³⁸⁵.

A severidade do saque da nau de Job despertou uma reação quase imediata por parte da Coroa portuguesa face a esta situação. Nos primeiros meses do ano seguinte, já se discutia no recinto da câmara do rei a melhor forma de lidar com esta interferência nos negócios da Carreira da Índia, sendo que se defendia que esta deveria ser severamente punida³⁸⁶.

³⁸⁰ BAIÃO, António (ed.) – *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque capitão geral que foi das Indias Orientais em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*. 4ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade [Coimbra], 1922. Vol. 1–2, cap. 8, p. 23 e 28

³⁸¹ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 1, cap. 6, p. 84; CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”. In *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. Vol. 13, p. 231

³⁸² *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. Vol. 1, p. 289

³⁸³ ANDRADE, António Alberto Banha de – *História de um Fidalgo Quinhentista Português: Tristão da Cunha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974, p. 99; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*. Lisboa: National Archives of Rhodesia Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963. Vol. 2, p. 374

³⁸⁴ Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto demonstraram no seu artigo que Mondragón fora de facto um pirata e não um corsário ao serviço da Coroa francesa, uma vez que esta também era vítima dos saques deste indivíduo. CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”. In *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. Vol. 13, p. 242 e 231

³⁸⁵ *Ibid.*, p. 228

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 231–233

Apesar de ser apontado, na crónica *Da Asia*³⁸⁷ e na obra *Os portugueses no Golfo Pérsico: (1507-1538)*³⁸⁸, que a notícia do saque da nau de Job chegou à corte em Janeiro de 1509, parece ser mais provável que tal tenha acontecido em princípios de Dezembro de 1508, uma vez que foi emitido um primeiro mandato de captura do pirata em 14 de Dezembro de 1508³⁸⁹. A primeira missão ficou ao encargo de João Serrão e, somente um mês depois, a 17 de Janeiro partiu Duarte Pacheco Pereira com a mesma finalidade³⁹⁰. O mandato de captura do pirata dado a Duarte Pacheco Pereira continha, no entanto, uma dupla finalidade, a de captura e de patrulha e defesa da costa marítima. Em paralelo, persistia imperativamente a vontade de se reaver toda a carga perdida da nau de Job. Contudo, “*a recuperação do botim da nau de Job Queimado foi longa e complexa envolvendo múltiplos agentes, tanto reais como particulares*”³⁹¹.

Fernando, o *Católico*, não se opôs à busca dos agentes portugueses pelo saque, mostrando-se inclusive bastante cooperativo, pois o Norte da Península Ibérica era, desde há muito um forte pólo de actividade corsária, que flagelava até os negócios dos *Reis Católicos*. A Biscaia era detentora de importantes postos controladores de actividades comerciais internacionais, providas dos seus próprios foros e jurisdições. Estas características dificultaram a inserção de agentes régios de Castela e Aragão, embora esta região pertencesse à Coroa de Castela³⁹². Tornou-se então necessário que as Coroas Ibéricas se unissem num esforço conjunto para a captura dos piratas, que tanto tinham prejudicado os seus negócios e, por conseguinte, a sua economia³⁹³.

³⁸⁷ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777, dec. 2, liv. 1, cap. 6, p. 84

³⁸⁸ FARINHA, António Dias – *Os portugueses no Golfo Pérsico: (1507-1538) : contribuição documental e crítica para a sua história*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, p. 12

³⁸⁹ ANDRADE, António Alberto Banha de – *História de um Fidalgo Quinhentista Português : Tristão da Cunha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974, p. 100; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*. Lisboa: National Archives of Rhodesia Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963. Vol. 2, p. 314; SOUSA, Manuel Francisco de Barros y (ed.) – *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. 2ª ed. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1865. Vol. 15, p. 9

³⁹⁰ CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – Da caça de Mondragón à guarda do estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII. In *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. Vol. 13, p. 232

³⁹¹ *Ibid.*, p. 242

³⁹² *Ibid.*, p. 228–229

³⁹³ *Ibid.*, p. 242

Assim, a Coroa de Castela concedeu que um dos seus oficiais, com jurisdição sobre as Astúrias, Biscaia e Galiza, acompanhasse o procurador português durante a resolução deste conflito. Todavia, essa jurisdição teve, mais tarde, de ser ampliada para que abrangesse todo o território de Castela, uma vez que o esforço de recuperação do saque mostrava-se uma tarefa árdua. Parte da dificuldade na recuperação do saque português, mesmo com a intervenção de um agente destacado pela própria Coroa de Castela, deveu-se ao facto de não ser invulgar que, entre as populações da Cantábria, se adquirirem bens de origem furtada. Era provável que as mercadorias portuguesas pudessem já ter sido revendidas e espalhadas por todo o território. Não obstante, D. Fernando entrou ainda em contacto com o rei de Navarra, pondo-o a par do assunto. Este último, por sua vez, cooperando com as Casas Reais ibéricas, manteve-se vigilante para com a circulação de mercadorias roubadas. Reforçando esta «caça», D. Manuel I enviou ainda agentes para as zonas que mantinham contactos comerciais com os portos biscainhos, apertando o cerco ao pirata³⁹⁴.

Deste modo, em Maio de 1509 iniciou-se oficialmente a recuperação das mercadorias de Job Queimado. Em concreto, sabe-se que transportava “*pimenta, cravo, lacre e bens móveis (pedras preciosas, aljôfar)*”³⁹⁵. Após as longas e demoradas inquirições em França soube-se de facto, através de um tripulante biscainho que estivera na nau de Job, que Mondragón vendera parte das suas mercadorias em França, tendo depois ido aportar em Bermeo, na Biscaia, próximo do cabo de Machichaco. Em Bermeo, no entanto, vira o seu saque confiscado pelo *prestamero* local. Aires Botelho, o procurador português, passou então grande parte do seu tempo em Bermeo, tentando recuperar o saque. Todavia, Martín de Arrieta, um dos marinheiros da nau de Job, reclamava as restantes mercadorias como suas, argumentando que lhes tinham sido dadas pelo pirata em troca pelo seu serviço. Sendo o próprio D. Manuel I o maior proprietário dos conteúdos da nau de Job era, por conseguinte, um dos principais interessados na recuperação desta mesma carga. Desta forma, o processo prolongou-se ainda ao ano seguinte de 1510, desta vez com inquirições a testemunhas portuguesas responsáveis pelo “*trato das naus da Índia em Cochim*”. O feitor de Cochim assegurava que Arrieta não entregara qualquer quantia para o carregamento de pimenta, ou seja, não lhe era devida qualquer quintalada. A conclusão deste processo chegava apenas a 19 de Fevereiro de 1516, quando os juízes da *Audiencia* reclamaram para Arrieta

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 243–244

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 244

metade da pimenta que fora confiscada pelo *prestamero* de Bermeo e que, entretanto, teria já sido entregue ao representante de Job³⁹⁶.

No fim, e como concluem os autores do artigo que se debruça sobre este processo, o menos prejudicado parece ter sido o próprio pirata, que nunca chegara a ser propriamente punido pelos seus actos. Enquanto isso, Job e D. Manuel I perderam uma carga estimada em 100.000 ducados, acrescentando todas as despesas de deslocação e processos judiciais. Todo este processo parece apenas ter lesado a Coroa portuguesa, não obstante ficaram também as tensões políticas que se iam desenvolvendo no decorrer das buscas, tanto entre Portugal e Castela, como entre Castela e a Biscaia. Em 1512, as tensões políticas luso-castelhanas entraram mesmo numa nova crise, uma vez que, apesar da neutralidade de D. Manuel I no conflito castelhano-francês, este concedia auxílio às armadas francesas em Lisboa, que costumavam fustigar a costa da Galiza³⁹⁷. A questão da pirataria não pareceu abrandar no decurso do século XVI, mas, por outro lado, nem tampouco as ambições portuguesas. Embora os casos de pirataria francesa, inglesa e muçulmana aumentassem, também paralelamente o Império Português Ultramarino continuou a expandir-se. Estes distúrbios foram, desde sempre, insuficientes para cessarem ou desmotivarem as viagens transatlânticas portuguesas³⁹⁸.

Após passarem dois anos (1509 e 1510), em busca das mercadorias furtadas e depois da conclusão do julgamento do destino dessas mesmas mercadorias, em 1516, que lhe foi pouco favorável, Job parece ter desistido do seu investimento nos negócios do Oriente. A capitania de uma nau na Carreira da Índia poderia, todavia, por vezes, ser recompensada no futuro com a atribuição de um cargo, como aconteceu em alguns casos em que capitães da armada vieram a integrar o conselho do rei³⁹⁹. Sendo esta uma recompensa, ou, até quem sabe, uma sugestão de Vasco Queimado ao rei como forma de «redenção», em 1520, Job Queimado, fidalgo da Casa Real, foi nomeado para o cargo de provedor dos lugares de África: *“Tãobem neste ano de vinte, el-rei noso senhor mandou a Arzila uMa mui grossa feitoria de mui grosas mercadorias (...) mandou que Francisco Ribeiro fose feitor dela (...) e*

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 244–249

³⁹⁷ COSTA, João Paulo Oliveira e – *Mare Nostrum: em busca de honra e riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013, p. 154

³⁹⁸ BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *D. João III, 1502 - 1557*, p. 231–233

³⁹⁹ CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”, p. 109

*por provedor da feitoria e de todos quatro lugares arzila, tanjere, cepta, alcacere foi João Queimado, pessoa muito honrada e sesuda, irmão de Vasco Queimado, feitor da casa da Índia (...)*⁴⁰⁰. Neste âmbito, passava a ser da sua responsabilidade o abastecimento das possessões portuguesas norte-africanas de trigo e biscoito, o pagamento de soldos e “*mais cousas pertencentes á Fazenda Real*”⁴⁰¹, como cumpriu até 1524⁴⁰².

Ainda que as conquistas e os negócios na Ásia fossem uma ambição incontornável para D. Manuel I, este nunca perdeu a velha ideologia de cruzada e de guerra ao mouro. Para além do financiamento contínuo da Carreira da Índia, que por si já era um investimento tremendamente dispendioso, D. Manuel I incessantemente canalizou meios e recursos para fazer guerra aos «infiéis» do Norte de África. Inúmeras tropas eram enviadas todos os anos para Marrocos, no sentido de preservar a presença portuguesa e, conseqüentemente, cristã, nestes domínios.

Entre 1505 e 1515 alcançaram-se vitórias consecutivas, ao mesmo tempo que se adquiriu o controlo de várias praças e uma hegemonia ao longo da costa marroquina (fortaleza de Santa cruz de Gué 1505, Mogador 1506, Aguz 1507-8, Safim 1508, Azamor 1513 e Mazagão 1514)⁴⁰³. Todavia, o controlo destas regiões foi muito efémero e, a partir de 1517, a postura portuguesa no Norte de África era meramente defensiva. Derivou esta situação da introdução das armas de fogo e artilharia na guerra local, para a qual as fortalezas portuguesas não estavam preparadas (apesar das reformas de D. Manuel I), bem como das investidas impulsionadas pela ambição do emirado de Marraquexe e dos Saadidas⁴⁰⁴.

Para a nobreza, o Norte de África servia, em grande medida, como uma paragem temporária «perto de casa» para quem pretendia alcançar não só honra, mas também alguma mercê ou tença régia, que lhes pudesse proporcionar uma ascensão social e

⁴⁰⁰ DAVID, Lopes – *História de Arzila durante o domínio português : 1471-1550 e 1577-158*, p. 286; RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila crónica inédita do século XVI*. Vol. 1, p. 364–365

⁴⁰¹ RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos, e Retoques á Synopse Chronologica*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia [das Sciencias], 1829, p. 200

⁴⁰² ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 116, nº44.

⁴⁰³ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 61; SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. 5, p. 719

⁴⁰⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 129-132

económica quando regressassem ao Reino. Ou seja, África era vista como uma catapulta para os estratos sociais superiores do Reino⁴⁰⁵.

A estadia de Job Queimado no Norte de África, como provedor da fazenda dos seus lugares, parece ter sido, tal como a sua viagem à Índia, um pouco desafiadora, uma vez que coincidiu com uma viragem de ciclo e o início do dilema de D. João III de decidir sobre o abandono ou a manutenção das praças portuguesas marroquinas. As possessões portuguesas no Norte de África vieram a tornar-se, progressivamente, com o avanço da tecnologia, indefensáveis, implicando um elevado custo, tanto financeiro como militar, para a Coroa. No entanto, eram consideradas, por muitos, não só como uma conquista legítima do reino de Portugal, como também de toda a Cristandade, levando a intensas e prolongadas discussões. Com efeito, haviam várias *“queixas e exigências por parte dos capitães das fortalezas, que vinham dos últimos anos do Venturoso, no sentido de apetrechar as praças de mais armamento para resistir às investidas muçulmanas”*⁴⁰⁶. A conclusão desta polémica só ficou resolvida no final da primeira metade de Quinhentos, com o abandono de algumas praças muçulmanas como Safim e Azamor, em 1541 e Arzila e Alcácer-Ceguer em 1550⁴⁰⁷, reforçando-se as restantes fortalezas de Ceuta, Tânger e Mazagão com novas e melhoradas muralhas adaptadas agora à artilharia⁴⁰⁸. Assim, até ser removido deste cargo, em 1524, Job teve de se esforçar para garantir o abastecimento das diversas praças marroquinas ocupadas pelos portugueses, que se debatiam diariamente com dificuldades. Uma tarefa árdua, que nem sempre teve os melhores resultados, visto que, em 1522, há relatos de peste e fome em Arzila⁴⁰⁹ e, ainda nesse mesmo ano, a 22 de Janeiro, necessitou de se socorrer junto do feitor de Andaluzia, requerendo-lhe que enviasse mantimentos à dita fortaleza enquanto não chegassem os de Portugal⁴¹⁰, entre outros indícios do seu desempenho do cargo⁴¹¹. O seu labor, no entanto, parece ter agradado ao rei, pois, a 13 de Fevereiro de 1527, Job Queimado foi nomeado por D. João III

⁴⁰⁵ RESENDE, Vasco – *A Sociedade da Expansão na Época de D. Manuel I Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente*, p. 19 e 151

⁴⁰⁶ BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *D. João III, 1502 - 1557*, p. 231

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 229–231

⁴⁰⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 132

⁴⁰⁹ RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila crónica inédita do século XVI*. Vol. 1, p. 397

⁴¹⁰ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 27, nº 99.

⁴¹¹ Carta de Francisco Chamorro, escrivão da feitoria de Sicília, a Job Queimado sobre o envio de um carregamento de trigo. CALDEIRA, António Correia (ed.) – *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) Patriarcha de Lisboa*. Vol. 4, p. 362; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 100, nº 141. Cartas sobre o envio de biscoito e trigo para Job Queimado. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 101, nº 21, nº 26 e nº 99.

para o cargo de Tesoureiro da Casa da Moeda, após a morte de Manuel da Costa⁴¹². Além da experiência burocrática acumulada, a sua nomeação poderá também ter derivado das suas ligações familiares com o feitor da Casa da Índia à altura, Vasco Queimado, seu irmão, facilitando e reforçando os laços de complicidade e confiança entre as duas instituições que conciliavam os seus ofícios. Esta fórmula, comumente utilizada pelo monarca, tendia a nomear para cargos de importância não só indivíduos da sua confiança, mas também, da mesma família apaziguando e estimulando um bom desempenho e funcionamento entre certas instituições importantes para a Coroa⁴¹³.

Como tesoureiro, cargo mais alto dentro da Casa da Moeda, Job respondia directamente perante o rei, tal como o demonstram as cartas e alvarás régios que eram redigidas e destinados ao tesoureiro. Isso mesmo se pode constatar numa delas: *“Eu elRey mando a vos Job queimado fidalgo de minha casa e tesoureiro da moeda desta cidade de lisboa e asy aos officiaes dela”*⁴¹⁴.

Devido a circunstâncias menos felizes, em 1534, Job ficou incumbido de um outro dever para além do seu ofício de tesoureiro, o de juiz do inventário do seu irmão Vasco, *“para em nome da viuva e seus filhos se cobrar do almoxarife da alfândega de Lisboa as tenças que eram devidas”*⁴¹⁵. A morte do seu irmão Vasco não só o deixara certamente transtornado, como também viera a quebrar os laços de consanguinidade que uniam ambas as «cabeças» das instituições da Casa da Índia e da Moeda.

Todavia, Job segurou o mesmo cargo até 26 de Outubro de 1537. No dia seguinte, no entanto, *“na casa da moeda na mesa da balança apresemto[-se] martim queymado por seu pay Job queymado fidalgo da casa delRey noso senhor e tesoureiro”*⁴¹⁶. Ao princípio, era incerto o motivo da ausência do seu pai na Casa da Moeda, continuando Martim, a substituí-lo por mais dois meses, até 13 de Fevereiro de 1538, quando Job voltou a tomar posse do seu cargo. Encontramos as nossas respostas num traslado de 27 de Fevereiro de 1538, referente a um alvará régio emitido originalmente a 5 de Dezembro de 1537, em que era concedida *“licença a Martim queimado para poder assinar, por seu pae job queimado, quaesquer documentos relativos ao cargo que este exercia”*. Mais adiante explica-se que a

⁴¹² FERNANDES, Pedro José Marcos – *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*, p. 11–12

⁴¹³ RESENDE, Vasco – *A Sociedade da Expansão na Época de D. Manuel I Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente*, p. 115

⁴¹⁴ FERNANDES, Pedro José Marcos – *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*, p. 13

⁴¹⁵ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 195, nº 61.

⁴¹⁶ FERNANDES, Pedro José Marcos – *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*, p. 29

razão desta substituição resultava do “dito job queymado estar doemte e por sua Imfermidade de parlesia ter licito Impedimento pera o nam poder fazer”⁴¹⁷.

Concluimos então que Job adoecera por volta de princípios de Dezembro de 1537. A saúde de Job voltara a piorar no final desse mesmo mês, quando seu filho voltou a assinar por si. Voltamos a ver assinaturas de Job em Abril de 1538, presumindo-se que teria vencido a sua enfermidade. Porém, tal não aconteceu, uma vez que voltamos a notar assinaturas de Martim Queimado a 9 de Novembro daquele ano. A saúde de Job parece apenas ter se vindo a deteriorar cada vez mais, pois o contador-mor do reino concedeu que Martim Queimado servisse interinamente “o officio de Thesoureiro da mesma Casa, que tinha exercido seu pae Job Queimado”, vindo a causa desta concessão pelos piores motivos para Martim: a morte de seu pai, a 8 de Janeiro de 1539⁴¹⁸.

Martim, como seu pai, aventurar-se-ia como capitão nos mares da Índia, em 1560⁴¹⁹, e, outra vez, em 1565⁴²⁰, tal como o seu irmão, Pero Correa de la Cerda (Lacerda), que partira para a Índia na armada de 1545⁴²¹. Curiosamente, o ramo familiar de Job veio a manter ligações muito fortes com a empresa da Expansão Portuguesa.

Job Queimado casou com Violante Correia de Lacerda, filha de Francisco Pacheco. Este consta no *Nobiliário* de Felgueiras Gaio como tesoureiro da Casa da Índia. No entanto, não me foi possível encontrar nenhum documento que provasse que tal facto fosse verosímil. Martim Queimado, ou por vezes apontado como Martim Queimado Lobo, filho de Job, casou com Francisca de Menezes. Filha de Tristão Gomes da Mina, mais tarde conhecido como Tristão Gomes da Grã. Tristão foi comendador de S. Eusébio, da Ordem de Cristo, e pagem da lança de D. João II⁴²². Em 1534, Tristão partiu na armada de Martim Afonso de Sousa, como capitão de uma nau⁴²³. Tristão Gomes da Grã foi filho segundogénito de Fernão Gomes, indivíduo conhecido pelas suas aptidões financeiras e de comércio e, pelo contrato de arrendamento do comércio da Guiné à Casa Real por seis anos, no tempo de D. Afonso V,

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 30

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 32

⁴¹⁹ RIBEIRO, Luciano – *Registo da Casa da Índia*. Vol. 1, p. 135

⁴²⁰ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 10, cap. 16, p. 143–144

⁴²¹ GOMES, Carlos Alberto da Encarnação (ed.) – *Ementa da Casa da Índia: manuscrito da Biblioteca Central da Marinha*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2010, p. 43

⁴²² GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. 20, p. 154

⁴²³ Mina, Nuno Fernandes da (flor. 1498-1540) - Arquivística Histórica. [accessed 11 December 2019] at <URL <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/mina-nuno-fernandes-da-flor-1498-1540>>

em 1468⁴²⁴. Fernão Gomes ficou célebre por ter descoberto a região de Mina, tendo depois sido ricamente recompensado por D. João II que, lhe concedeu tanto o dito apelido de Mina, como o próprio brasão de armas⁴²⁵. Nuno da Mina, irmão de Tristão da Grã e primogénito de Fernão Gomes da Mina, casou com Isabel Queimado, filha de Vasco Queimado e neta de Vilalobos. Nuno da Mina foi servidor da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Santiago, vedor do Governador D. Jorge e alcaide-mor e comendador de Panóias⁴²⁶.

Esta repetição de uniões matrimoniais entre Queimados e Minas parece significar que ambas as famílias beneficiaram das ligações profissionais estabelecidas entre si.

⁴²⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 69

⁴²⁵ GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. 20, p. 153

⁴²⁶ Mina, Nuno Fernandes da (flor. 1498-1540) - Arquivística Histórica

3.4. Gonçalo Queimado

Por fim, chegamos ao nosso último objecto de estudo da família Queimado nesta dissertação. Mais uma vez, não somos capazes de averiguar como foram os primeiros anos da vida de Gonçalo Queimado. Todavia, tal como foi demonstrado atrás, sabemos que era primo e tutor de Maria Queimada, filha de Vasco Queimado⁴²⁷. Portanto, Gonçalo era descendente de um ramo secundário da família Queimado, possivelmente filho de um segundogénito.

A documentação de que dispomos remete-nos para acções deste fidalgo na sua vila natal de Setúbal, onde tomava residência, sendo um dos *partidores* referidos no *Inventário e Partilhas dos Bens de Vasco Queimado*, que decorreu entre 1497 e 1498. Foi no decorrer destas partilhas que Gonçalo ficou encarregue da tutoria da sua prima, Maria Annes Queimada, jurando que a guardaria o melhor que pudesse⁴²⁸. Nesta partilha fica claro que o ramo familiar de Gonçalo nunca fora tão abastado como o de Vasco, decidindo-se que os bens móveis ficassem na posse de Nuno Fernandes, genro do falecido Vasco Queimado, uma vez que Gonçalo não dispunha do espaço ou casas onde os pudesse guardar⁴²⁹. Nem sempre as partilhas foram favoráveis à vontade de Gonçalo que, pelo menos por uma vez, abandonou uma das sessões de partilha em estado de descontentamento⁴³⁰.

O primeiro documento que dispomos sobre Gonçalo remonta, no entanto, a 15 de Fevereiro de 1495, onde é referido como confrade da confraria da Anunciada em Setúbal⁴³¹. Pouco tempo depois, cerca de dois anos, a 17 de Junho de 1497, ainda na mesma confraria, encontramos-lo a exercer o cargo de juiz⁴³². É relativa a 1498 a primeira vez que vemos Gonçalo Queimado ser referido como cavaleiro da Casa Real, na carta de contrato de casamento entre Simão Miranda Henriques e a sua prima, Maria Anes Queimado⁴³³. Maria Queimado, que ficara sob a tutoria de Gonçalo Queimado depois do falecimento do seu pai, casou por duas vezes, a saber, com Estevão Coelho e Simão Miranda. Simão Miranda

⁴²⁷ ANTT, *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, caixa 12, pasta 88, nº 1; ANTT, *Casa de Santa Iria*, mç. 15, n.º 20, p. 32-33.

⁴²⁸ ANTT, *Casa de Santa Iria*, mç. 15, n.º 20, p. 32-33

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 22-23

⁴³⁰ *Ibid.*, p. 35

⁴³¹ ADS, CNSA/B/004/lv.1, fls. 30v-31v.

⁴³² ADS, CNSA/B/001/mç.1, doc. 33.

⁴³³ ANTT, *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, caixa 12, pasta 88, nº 1

Henriques foi comendador de Povos, da Ordem de Cristo, e copeiro-mor do cardeal D. Henrique⁴³⁴. Deste casamento nasceu D. Filipa Henriques, primeira esposa de Pedro de Mascarenhas, vice-rei e governador da Índia entre 1554 e 1555⁴³⁵.

Desconhecemos quando Gonçalo se tornou membro da Casa Real, mas podemos suspeitar que, tal como Vasco, poderá ter começado a servir D. Manuel I ainda enquanto este era duque de Beja, ou derivado às ligações do monarca a Setúbal.

Com a entrada no século XVI, em 1501, juntou-se aos seus encargos o de administrador do hospital de João Palmeiro⁴³⁶ e, em 1504, há ainda provas que demonstram que fora confrade do hospital do Santo Espírito⁴³⁷, ambos situados na mesma região, Setúbal.

Embora sendo incerto se Gonçalo Queimado exercera todos estes cargos e posições em simultâneo, podemos claramente notar que se destacava na sua vila natal pela sua condição nobiliárquica, que lhe permitia exercer diversos cargos de importância e influência significativa na vivência social da vila.

Como vimos anteriormente, a viragem do século e a mudança gradual da conjuntura por que passava o reino de Portugal, com o avanço das Descobertas e da Expansão portuguesa, veio a alterar a vida da nobreza do reino. Mudanças que vieram a afectar a vida de Gonçalo que até então tivera apenas uma humilde projecção local, limitada a sua vila natal.

A tendência de D. Manuel para o favorecimento dos fidalgos da sua antiga Casa senhorial, no que tocava à ocupação dos novos cargos administrativos e de gestão, que estabeleciam a ligação entre a metrópole e os seus centros periféricos, fazia parte, como já sabemos, da sua estratégia de centralização do poder régio. No entanto, esta estratégia, para além de favorecer a própria Coroa, veio a beneficiar ainda mais os seus diversos servidores, das mais diversas camadas da nobreza. Entre as famílias da baixa nobreza, como já vimos, veio a favorecer vários membros da família Queimado. Nesse sentido, a 6 de Novembro de 1505, em Lisboa, vemos já a exercer o cargo de tesoureiro da Casa da Índia, Gonçalo Queimado,

⁴³⁴ MONTEIRO, Eduardo Filipe Pinto – *O património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2014, p. 82

⁴³⁵ Genealogia de Pedro Mascarenhas. [accessed 11 December 2019] at <URL <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/GEN/P%E1ginas/PedroMascarenhas.htm>>

⁴³⁶ PAIVA, José Pedro; JORGE, Ana Maria C. M; et al. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas Universidade Católica Portuguesa Centro de Estudos de História Religiosa, 2002. Vol. 3, p. 439–440

⁴³⁷ ADS, SCMS, *Livro dos Beis e eramcas da Capela de Maria da Pipa*, 1616, fls. 77v-79v.

fidalgo da Casa Real⁴³⁸. Segundo a obra *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, Gonçalo começou a exercer o cargo de tesoureiro em Maio de 1505, sintomaticamente, ocupando o lugar de Vasco que o vagara à mesma data⁴³⁹. De acordo com a mesma obra, Gonçalo ocupou o cargo de tesoureiro da Casa da Índia até Dezembro de 1506⁴⁴⁰. Todavia, sabemos, que um fidalgo do mesmo nome embarcou na armada da Índia que partira de Lisboa na Primavera desse mesmo ano, ao serviço de Afonso de Albuquerque, ao mesmo tempo que Job capitaneava a sua própria nau, sob o comando de Tristão da Cunha, capitão-mor da armada, pois é referido nas crónicas durante os combates no Oriente relativos a essa data. Esta confusão documental leva-nos a questionar, se não nos encontramos perante uma situação de dois homónimos. Uma vez que, é duvidoso que algum fidalgo «trocassem» o seu cargo administrativo de prestígio, por um posto militar.

Como foi explicado anteriormente no decorrer do percurso de Job, esta grande armada fora incumbida de vários objectivos. A «secção» que ficara ao encargo de Afonso de Albuquerque levava, só por si, um regimento recheado de diversos objectivos a cumprir, que de certa forma se complementavam. Afonso de Albuquerque e a sua armada deveriam de assegurar, pela força, o controlo sobre o estreito do Mar Vermelho, enfraquecendo as forças muçulmanas no Índico e, por arrastamento, as do próprio Império Mameluco e a sua economia. A importância do controlo do estreito do Mar Vermelho era incontornável para as pretensões portuguesas, sendo que era por esta via que transitava o grosso do comércio de especiarias, ficando também os portugueses um passo mais perto de concretizar a ideologia cruzadística de D. Manuel I e o monopólio das especiarias na Europa⁴⁴¹. Ora, para que fosse possível alcançar esta sequência de acontecimentos, a Coroa socorreu-se, como era de esperar, do seu braço armado, e é neste complexo de hostes guerreiras e artilharia que veremos incorporado Gonçalo Queimado.

É curioso que Gonçalo se tenha aventurado para territórios hostis, em busca talvez de honra e glória, uma vez que já possuía um cargo prestigioso na metrópole. Este caso sustenta que havia, de facto, à altura, a permanência de uma mentalidade baseada nos

⁴³⁸ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 10, nº 66.

⁴³⁹ BARATA, Maria do Rosário Themudo – *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, p. 29, nota de rodapé 19

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 29

⁴⁴¹ THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis – “A ideia imperial manuelina”. In DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (eds.) – *Facetas do Império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 48

ideais de vassalagem e cavalaria, onde a função primária de um fidalgo era fazer a guerra em nome do seu senhor. O cumprimento desta função seria capaz de conferir um senso de honra, glória e prestígio único e insubstituível aos membros da nobreza portuguesa⁴⁴². E, claro, toda esta dedicação e entrega era complementada com uma muito esperada e aguardada atribuição de uma tença ou recompensa que possibilitasse a ascensão social e económica.

É indiscutível que Gonçalo Queimado tenha partido para o Oriente na armada de Albuquerque em 1506, pois iremos vê-lo, por diversas vezes, referido nas crónicas, a combater ao lado do *Leão dos Mares*, como demonstrarei mais à frente. Contudo, dispomos de documentação que o menciona enquanto tesoureiro da Casa da Índia, mesmo após a sua partida, como se o próprio se encontrasse em Lisboa em plenas funções⁴⁴³. A própria autora da obra *O sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia* refere, como fonte do seu estudo, o *Livro de Gonçalo Queimado 1507-1511: “Título de toda a pimenta que recebeu Gonçalo Queimado assim da que houve por fazenda de el-rei como de seus direitos e comprada. Concertada com o livro de Lopo Mexia”*. Uma vez que nela consta “O registo (...) à viagem da armada de Lopo Soares de Albergaria (...) em 22 de Abril de 1504 (...)”, fica provado que, apesar deste livro se intitular de 1507 a 1511, contém informações anteriores ao período referido⁴⁴⁴. Assumindo que alguns registos da Casa da Índia pudessem ser feitos *a posteriori*, podemos presumir que registos de Gonçalo Queimado, enquanto tesoureiro, possam ter sido feitos posteriormente à sua partida para a Índia.

Não nos é directamente demonstrado que Gonçalo embarcara na armada do *Terribil* em 1506. O primeiro indício de que dispomos, que constata este facto, encontra-se, como era de esperar, nas crónicas relativas ao Oriente, fontes detalhadas que tentaram ao máximo descrever a série de acontecimentos que tiveram lugar durante as campanhas militares portuguesas. Nestas encontramos não só um relato detalhado da realidade que o autor conseguira averiguar, como a identificação de alguns agentes participantes nessas mesmas batalhas. Entre eles estão, os mais sonantes e incontornáveis grandes nomes, como o do próprio Albuquerque, mas também como poderemos ver, de outros nobres.

⁴⁴² *Ibid.*, p. 170

⁴⁴³ AHCML, D. Manuel, liv. 3, doc. 25.; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 18, nº 63.; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 3, fl. 16.

⁴⁴⁴ BARATA, Maria do Rosário Themudo – *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, p. 29–30

Apesar de não se encontrar referenciado nas crónicas antes das batalhas travadas pela hoste de Albuquerque, é possível que Gonçalo tenha lutado ao lado de Job, na costa oriental africana. Finalizada a construção da fortaleza de Socotorá, a armada dividiu-se, e enquanto Tristão da Cunha e a sua armada, incluindo a nau de Job, seguiu em direcção à Índia em busca de especiarias, Albuquerque prosseguiu com seis velas, à concretização dos seus objectivos nas imediações do Mar Vermelho⁴⁴⁵.

A armada teve de fazer um pequeno desvio, visto que a sua reserva de mantimentos era bastante reduzida. Assim, socorreram-se da ajuda do rei de Melinde para se abastecerem adequadamente antes da partida para Ormuz, inclusive, dispôs-se do auxílio de pilotos dotados do conhecimento da costa de Omã. Não demorou a que surgisse oposição à presença ousada dos portugueses perto do porto de Ormuz sendo que, os portugueses começaram por perturbar o curso das carreiras comerciais locais, tomando as suas mercadorias⁴⁴⁶. Em resposta foi enviada a armada de Mirocem e, por volta de Julho de 1507, deu-se uma batalha naval onde foi mencionada a participação de Gonçalo Queimado entre tantos outros fidalgos como *“Gaspar Dias Alferes de Affonso d’Albuquerque, ao qual custou áquella entrada cortarem-lhe a mão direita”*⁴⁴⁷.

O interesse em conquistar Ormuz era tremendo. Ormuz era um dos entrepostos mais ricos do mundo, uma vez que era pelo seu território insular que se distribuía grande parte do comércio entre a Índia e a Pérsia, as especiarias da Indonésia e os cavalos da Arábia, funcionando ainda como ponto de controlo de todo o golfo Pérsico⁴⁴⁸.

Depois de eliminar a frota muçulmana no porto, o próximo passo na estratégia para a tomada de Ormuz passava por um plano de enfraquecimento e debilitação dos residentes, submetendo-os pela escassez à rendição. Albuquerque optou então por tomar controlo do abastecimento de água à fortaleza. Durante a concretização desta estratégia de bloqueio dos poços de água, os portugueses foram naturalmente alvo de uma forte oposição muçulmana, acabando num confronto armado entre os dois grupos. Gaspar Correia conta

⁴⁴⁵ *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque capitão geral que foi das Indias orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*. Vol. 1, p. 74

⁴⁴⁶ BOLÉO-TOMÉ, J. Paiva – *Um olhar para Portugal no mundo: uma forma diferente de relação humana: tentativa de ensaio para um olhar humano sobre os acontecimentos históricos de um povo na sua relação com outros povos*. Lisboa: Colibri, 2012, p. 228

⁴⁴⁷ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 2, cap. 3, p. 133–134; GOES, Damião – *Chronica D’el-Rei D. Manuel*. Lisboa: Escriptorio, 1910. Vol. 5, cap. 33, p. 17

⁴⁴⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 111

que sessenta portugueses enfileiraram quarenta cavaleiros mouros e inúmeros arqueiros⁴⁴⁹ e Barros acrescenta que, durante o combate, *“Gonçalo Queimado Alferes de Affonso d’Albuquerque houvera de perder hum olho com huma frécha, que lhe fendeu huma sobrancelha”*⁴⁵⁰. Castanheda vai mais longe e descreve com mais detalhe: *“Gõçalo queimado que era alferez ouue hũa frechada em hũ olho, antre ho bugalho & a sobrancelha, mas não lho quebrou, nem ele soltou a bandeira”*⁴⁵¹.

Ficamos então a saber que fora Gonçalo Queimado que substituiu Gaspar Dias no cargo de alferes de Afonso de Albuquerque, depois daquele ter perdido a mão direita em combate. Embora simbólico, o cargo de alferes ou porta-bandeira acarretava um forte sentido de prestígio e honra, factores importantes para a condição de fidalgo. Quando um indivíduo carregava consigo um brasão de armas de um grande senhor em batalha tornava-se um representante desse senhor e da sua hoste, levando-nos a crer que Albuquerque tivesse depositado confiança no carácter e nas capacidades de Gonçalo. Relembramos que Albuquerque, por esta altura, era um homem maduro, visto como um indivíduo multifacetado nas suas aptidões, que se estendiam de soldado, marinheiro, administrador, diplomata a estratega. Era visto como um homem culto e disciplinado *“sempre ao serviço do rei e da sua Pátria, mesmo quando incompreendido e amesquinhado”*⁴⁵².

Depois de fracassadas as diversas tentativas de negociações com Ormuz, as «discussões» seguintes foram feitas a tiro de canhão e restante artilharia. Instaurado o pânico e destruição entre as populações locais, retomaram-se as negociações onde o *Terribil* viu, por fim, algumas das suas exigências satisfeitas, com o reino de Ormuz a pagar tributo ao rei de Portugal. Concluída a submissão de Ormuz, Albuquerque insistiu em construir ali um forte. Esta decisão foi mal recebida por diversos capitães, que acusaram o capitão-mor de se estar a desviar das suas obrigações, e das ordens dadas por D. Manuel I. Mesmo após se terem reunido em conselho, de pouco serviram as tentativas de dissuasão às ambições de Albuquerque. Como resultado das discórdias, diversos capitães desertaram da armada,

⁴⁴⁹ CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, tomo 1, parte 2, p. 859

⁴⁵⁰ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Ásia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 2, cap. 5, p. 161

⁴⁵¹ CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, p. 236

⁴⁵² BOLÉO-TOMÉ, J. Paiva – *Um olhar para Portugal no mundo: uma forma diferente de relação humana: tentativa de ensaio para um olhar humano sobre os acontecimentos históricos de um povo na sua relação com outros povos*. Lisboa: Colibri, 2012, p. 225–226

partindo em direcção à Índia, onde procuraram a ajuda do vice-rei, D. Francisco de Almeida. Albuquerque agora sem frota, viu-se obrigado a suspender os seus planos de conquista⁴⁵³.

Em Novembro de 1509, Afonso de Albuquerque ascendeu ao lugar de governador do Estado Português da Índia. Uma das suas primeiras grandes ocupações relacionou-se com a organização de uma ofensiva contra Calicute, cuja conquista fora ordenada pelo rei⁴⁵⁴.

Para a conquista de Calicute D. Manuel enviara o marechal do reino, D. Francisco Coutinho, com uma larga frota, com *“autorização para agir independentemente do governador, a quem foi dito para o ajudar”*⁴⁵⁵. Coutinho era um homem importante na corte, poderoso, orgulhoso e, com excesso de confiança, desprezando conselho dos demais. Para além do objectivo que lhe tinha sido incumbido pelo rei, o marechal procurava, mais do que tudo, honra e glória no campo de batalha, prometendo trazer de volta para Portugal as afamadas portas do *cerame* do samorim de Calicute, situado na praia. O marechal projectava a sua ousada ambição na aquisição deste *“objecto de desejo exótico, muito falado na corte portuguesa [que] seria o troféu do feito heroico que Coutinho executaria.”*⁴⁵⁶. O sucesso da sua missão aliava-se ao desejo de combate, que lhe permitiria alcançar glória no campo de batalha, um dos aspectos mais cobiçados pela nobreza no Oriente. Talvez fosse este um sentimento paralelo ao de Gonçalo Queimado, ao trocar o cargo de tesoureiro da Casa da Índia pelo de soldado nas campanhas do Oriente.

Albuquerque contestou, desde o início, este plano, não sendo adepto de operações militares que envolvessem a partilha do comando das tropas, ao mesmo tempo que adivinhava as dificuldades operacionais que tais circunstâncias poderiam causar durante o assalto⁴⁵⁷. De facto, Afonso achava que a solução mais vantajosa para Portugal passava mesmo pela paz entre Calicute e Cochim. Para começar, Calicute não dispunha de um porto, tornando-se um enorme risco desembarcar tropas na praia, uma vez que poderiam ser atingidos por turbulências ou fortes correntes⁴⁵⁸.

⁴⁵³ CROWLEY, Roger – *Conquistadores: como Portugal criou o primeiro império global*. Barcarena: Editorial Presença, 2016, p. 160–161

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 193

⁴⁵⁵ *Ibid.*, p. 193

⁴⁵⁶ *Ibidem*.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 194

Cedo, o samorim de Calicute tomou conhecimento das intenções da frota portuguesa, enviando então um embaixador que tentou dissuadir as intenções dos portugueses, mas a rota de invasão estava traçada. No princípio de Janeiro de 1510, ao anoitecer, vinte e seis navios carregados com cerca de mil e seiscentos homens, chegaram, as imediações da praia de Calicute. Calicute era uma cidade extensa, alargando-se até ao sopé dos Gates, onde se situava o palácio real do Samorim e não aparentava ter defesas visíveis. Por outro lado, era também na praia que se encontrava o *cerame*, este no entanto, encontrava-se fortificado “com barricadas e vários canhões, e havia homens armados posicionados nas casa atrás do pavilhão”⁴⁵⁹.

O plano delineado pelo marechal visava o desembarque de dois grupos distintos, um seu, composto por oitocentos homens, a norte do *cerame*, e um comandado por Albuquerque, composto por cerca de setecentos portugueses, mais uma força adicional de seiscentos aliados locais, a sul. Os grupos deveriam convergir num ataque coordenado em simultâneo por dois lados. Coutinho deu claras instruções para que não se tocassem nas portas do *cerame* que se destinavam a ser oferecidas a D. Manuel I por ele mesmo.

Antes do amanhecer, D. Fernando Coutinho indicou que se iniciasse o ataque. As tropas entraram nos batéis, seiscentos homens desembarcaram com Albuquerque na praia enquanto os pertencentes ao grupo do marechal foram arrastados pela corrente, afastando-se significativamente do *cerame*. Impacientes, os homens de Albuquerque iniciaram o ataque, sendo recebidos com um contra-ataque quase instantâneo pelas tropas que se tinham estacionado nas casas traseiras do dito edifício. Neste primeiro ataque, os naires viram-se incapazes de travar as forças portuguesas e os sobreviventes acabaram por recuar e dispersar entre as inúmeras casas e ruelas⁴⁶⁰. Esta vitória elevou o moral dos portugueses que, sem demora, arrancaram as portas do *cerame* e as levaram para bordo do navio, ainda antes da chegada do marechal ao local. Não querendo precipitar um outro ataque, Albuquerque estacionou um guarda à entrada para a cidade, impedindo que os seus homens se aventurassem pela cidade dentro antes da chegada de D. Fernando Coutinho. Ao comparecer o marechal no local e vendo que as ditas portas já tinham sido removidas e carregadas para os navios, fica furioso com Albuquerque, acusando-o de lhe roubar toda a honra e glória do acontecimento. Furioso e extremamente insatisfeito, ordenou que

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 195

⁴⁶⁰ *Ibid.*, p. 195

atirassem as portas ao mar e seguiu em direcção ao palácio do Samorim, no sopé dos Gates, a cerca de cinco quilómetros para o interior da costa, desejando trazer as portas do senhor de Calicute. Muitos que desejavam adquirir o saque da cidade de Calicute partiram com o marechal, independentemente dos avisos de Albuquerque, pois, este acudia que *“d’ aqui às casa d’ELRey he muy longe e máos caminhos, porque nom pode hir a gente senã oem fio, e antes que lá chegueys achrês muytos trabalhos, e lá chegareys muy cançado e acharês muytos d’estes negrinhos, que estão folgados e bem-armados. E fallovos verdade, e por tanto Vos peço por mercê que nom vades”*⁴⁶¹. Indiferentes ao conselhos de Albuquerque seguiram o seu caminho até ao palácio, enquanto que este permaneceu na praia onde deixara uma guarda, certificando-se que os batéis se encontravam prontos na hora de embarcar de volta às naus.

Enquanto avançavam em fila indiana pela cidade em direcção ao palácio, começaram a incendiar as casas desocupadas, gerando uma fumaça espessa que, aos poucos, sufocava os homens da retaguarda, a ponto de os forçar de volta à praia. Ao chegar à área das habitações da nobreza local depararam-se com um enorme contingente de naires liderados pelo regente, despontando novo conflito armado. As forças de Coutinho conseguiram desbaratar as tropas inimigas, embora à custa de muitos feridos do lado português. Seguiu-se nova batalha às portas exteriores do palácio, onde, após nova vitória, o marechal, finalmente, deu entrada no palácio real do Samorim. Deslumbrados com o rico saque e amanhada a sua parte, os homens que tinham acompanhado o marechal iam retornando, aos poucos, aos batéis satisfeitos com o que conseguiram haver para si, deixando as portas do palácio real sem guarnição alguma. Paralelamente, iam-se agrupando nas redondezas uma força de 400 naires, dispostos a pôr fim à intrusão dos portugueses. Força essa com a qual Albuquerque se deparou, ao chegar ao palácio com uma pequena hoste, mandando de imediato enviar recado ao marechal, que ainda se encontrava no interior, pilhando tanto quanto podia. Persuadir Coutinho mostrou-se uma tarefa difícil, a ponto de ter sido o próprio Albuquerque a ir «buscá-lo» ao interior da casa. Coutinho saiu por último, depois de atear fogo à casa do Samorim, e seguiu com o seu grupo na retaguarda dos poucos homens que tinham vindo com Afonso⁴⁶².

⁴⁶¹ *Ibid.*, p. 196

⁴⁶² *Ibid.*, p. 197-199

Na caminhada até à praia, por entre as ruas estreitas de Calicute, fatigados não só pelas batalhas, mas também pelo clima caloroso, os portugueses tornaram-se presas fáceis para os naires. Aos poucos, a retaguarda ia sendo fustigada pelos seus ataques incessantes. Não tardou a que o grupo de Coutinho se encontrasse cercado, estando já separado do de Albuquerque. Pouco a pouco tombaram os homens do marechal, até que ele mesmo não resistiu à pressão inimiga, secumbindo também, salvando-se os que fugiram, temendo por suas vidas. Afonso também em grandes dificuldades, esperava pela chegada do marechal quando lhe chegou notícia de que este havia sido morto em combate.

Albuquerque descreveu, na sua carta dirigida ao rei a 20 de Agosto de 1512, dois anos depois deste confronto: *“volvy da diamteira, omde hia com minha bamdeira, dizendo me que pelejava ho marychall”*⁴⁶³. Contudo *“poucos se ofereceram para o acompanhar”*⁴⁶⁴. A grande maioria das forças presentes bateu em retirada para os batéis, vendo-se Albuquerque a braços com apenas quarenta a cinquenta soldados para sustentar o ataque dos naires⁴⁶⁵. O caos e a confusão reinava no campo de batalha, onde as duas partes restantes da hoste portuguesa (a de Albuquerque e a do Marechal) tentavam ineficazmente repelir o ataque dos naires. Continuando Albuquerque na sua carta: *“nam chegou comigo omd estava ho marychall senam a minha bamdeira [Gonçalo Queimado], e diogo fernandez”*⁴⁶⁶. Apesar dos esforços do *Terribil*, já nada poderia evitar a pesada derrota dos portugueses; muitos morreram em combate e *“alguns outros que faleceram, era de jemte que nam quis volver com seus capitãees, nem lhe lembrar a obrigaçam que tinham”*⁴⁶⁷.

Afonso de Albuquerque levou com uma seta pelo braço esquerdo, um dardo no pescoço e ainda uma bala pelo peito, salvando-se devido ao auxílio prestado por quatro soldados que o carregaram num escudo, enquanto outro grupo cerrou fileiras na retaguarda, possibilitando a sua retirada⁴⁶⁸. Gonçalo certamente se encontrava nesse último grupo que

⁴⁶³ PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1884. Tomo I, p. 79

⁴⁶⁴ CROWLEY, Roger – *Conquistadores: como Portugal criou o primeiro império global*. Barcarena: Editorial Presença, 2016, p. 199

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 199

⁴⁶⁶ PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1884. Tomo I, p. 79

⁴⁶⁷ PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1884. Tomo I, p. 79

⁴⁶⁸ CROWLEY, Roger – *Conquistadores: como Portugal criou o primeiro império global*. Barcarena: Editorial Presença, 2016, p. 200

se sacrificou para que se salvasse Afonso de Albuquerque. Foi nesta escaramuça que “mataram Gonçalo Queimado, que levava a sua bandeira, que acabou como muito valente cavaleiro, apegado com seu Capitão”⁴⁶⁹. Na carta de Afonso de Albuquerque ao rei D. Manuel I de Cochim escrita a 20 de Agosto de 1512, anotou ele que “acabou aly a minha bamdeira, que levava gonçalo queimado, valente homem de sua pesoa”⁴⁷⁰. Cronistas como Damião de Góis, João de Barros ou Fernão Lopes de Castanheda constataam apenas que naquele combate morreu Gonçalo Queimado, alferes de Afonso de Albuquerque⁴⁷¹.

Gonçalo deixou, pelo menos, um filho do mesmo nome, que sabemos ter desempenhado funções de destaque em Setúbal. Devido à sua condição nobre e de servidor da Casa Real, em 1535, exerceu o cargo de vereador da câmara de Setúbal⁴⁷².

Embora breve, o pequeno vislumbre que dispomos da vida de Gonçalo Queimado mostra-nos que era um indivíduo da confiança de D. Manuel I, a ponto de ter sido nomeado tesoureiro da Casa da Índia em 1505. Este facto deveu-se, incontornavelmente, ao peso que a família Queimado dispunha já entre os diversos servidores da Coroa. Como Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado de Vilalobos, que esteve ao serviço da Casa ducal de D. Manuel. A sua condição nobiliárquica apelava a que continuasse a servir fiel e dedicadamente a Casa Real, também na guerra contra a mourama. No exercício da função militar parece ter agradado o seu comandante e capitão, alcançando o seu reconhecimento, uma vez que lhe foi concedida a honra de carregar a bandeira ao lado de Albuquerque em combate, apenas a tendo largado quando tombou, num acto de sacrifício.

⁴⁶⁹ BAIÃO, António (ed.) – *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque capitão geral que foi das Indias Orientais em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*. Vol. 1–2, p. 317–318; *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque capitão geral que foi das Indias orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*. Vol. 1, p. 212

⁴⁷⁰ PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1884. Tomo I, p. 79

⁴⁷¹ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, p. 368; CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. 3, p. 11; GOES, Damião – *Chronica D’el-Rei D. Manuel*. Vol. 5, p. 69

⁴⁷² ANTT, Arquivo da Família Saldanha e Castro de Falcão Trigos, cx. 9, nº 36.

3.5. De Setúbal à Ásia: a família Queimado na consolidação do Império marítimo português

Provenientes de uma região de periferia, a família Queimado, tal como a sua vila natal de Setúbal, ganhou um novo destaque nas dinâmicas sociais e económicas do reino, na transição do século XV para o XVI. O desenvolvimento de Setúbal acompanhou o progresso que o reino de Portugal vinha a adquirir com a Expansão. É de notar ainda o crescimento do comércio do sal, que trouxe uma nova prosperidade económica para a vila. A prosperidade económica cedo se transformou em crescimento demográfico, tendo contribuído para conferir à dita vila um novo destaque político no país.

A nova importância que Setúbal adquiriu no reino pode ser demonstrada, principalmente, por dois factores, o primeiro pela atribuição do título de *muy notável* vila e o segundo pela promoção do seu assento em cortes, do sétimo para o quarto banco⁴⁷³.

Não obstante, Setúbal continha também uma importância simbólica para o rei D. Manuel I. Fora nesta vila que se sucederam momentos marcantes na vida dele. Alguns destes momentos foram a morte do seu pai, o Infante D. Fernando, em 1470⁴⁷⁴, e o assassinato do seu irmão D. Diogo, em 1484⁴⁷⁵, que lhe proporcionou a herança do ducado do falecido, tornando-se assim duque de Beja. Foi também em Setúbal que, de forma simbólica, se tornou regente do reino, em 1484⁴⁷⁶, antecipando o poder que viria a ter num futuro não muito distante. Outro momento marcante que D. Manuel I passou em Setúbal, foi a Páscoa de 1497. Nessa ocasião, D. Manuel I juntou-se em Setúbal com a sua mãe e ambas as suas irmãs, e em conjunto decidiram restaurar o ducado pertencente aos membros da sua família, que tinham sido exilados para Castela em 1483, restaurando oficialmente a Casa de Bragança⁴⁷⁷.

Vasco Queimado de Vilalobos, guarda-mor do Infante e regente D. Pedro, parece ter ficado insensível aos benefícios que o novo «projecto» da Expansão Portuguesa poderia proporcionar não só ao Reino, mas também aos membros da sua família, como viria a

⁴⁷³ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. 5, p. 35; ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*. Coimbra: s.n., 1998, p. 27–28

⁴⁷⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*. 1 ed.^a ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 41

⁴⁷⁵ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 216.

⁴⁷⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, p. 59

⁴⁷⁷ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, p. 77–78

acontecer mais tarde, preferindo apostar nos reinos da Europa que tinham ligações familiares com a Coroa portuguesa, como o reino da Borgonha. Após ter caído em desgraça graças aos eventos de Alfarrobeira, em 1449, ganhou prestígio e honra, sobretudo, ao serviço do ducado de Borgonha⁴⁷⁸.

Ao regressar a Setúbal, podia testemunhar já o novo fulgor financeiro que a vila dispunha à conta do proveitoso comércio de sal, tendo também ele comprado algumas marinhas. No entanto, voltou com o intuito de estabelecer e prolongar a sua linhagem, sendo um dos seus primeiros actos o de legitimar o seu filho primogénito, Vasco Queimado, em 1473⁴⁷⁹. Relembrando aos seus conterrâneos o estatuto social fidalgo de que a sua família usufruía na vila. Afirmando-se como membro da fidalguia não só do Reino, como local (ao reclamar a obra do convento de S. Francisco para a sua avó) e estabelecendo descendência legítima por via masculina, fez o seu testamento e deu-se ao convento de S. Bernardo em Atouguia, em 1476, onde viria a falecer pouco depois⁴⁸⁰.

Vasco Queimado, filho de Vilalobos casou uma das suas filhas, Isabel Queimado, com Nuno da Mina, irmão de Tristão da Grã, e primogénito de Fernão Gomes da Mina⁴⁸¹. Sua outra filha, Maria Queimada, que ficou ao encargo de Gonçalo Queimado, casou com Simão Miranda Henriques, comendador de Povos, da Ordem de Cristo, e copeiro-mor do cardeal D. Henrique⁴⁸². Deste casamento nasceu D. Filipa Henriques, primeira esposa de Pedro de Mascarenhas, vice-rei e governador da Índia entre 1554 e 1555⁴⁸³.

Durante o reinado de D. João II, em 1478, este fidalgo servia a Casa de D. Diogo, duque de Viseu. Na sequência do assassinato de D. Diogo, em Setúbal, em 1484, a Casa passou para a posse do seu irmão mais novo, D. Manuel, passando a duque de Beja⁴⁸⁴. Por conseguinte, este Vasco Queimado passa também a servidor deste senhor, D. Manuel, futuro décimo quarto rei de Portugal. É plausível que Vasco Queimado, filho de Vilalobos, se

⁴⁷⁸ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p.

⁴⁷⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 97v.; ANTT, *Leitura Nova*. Livro segundo de legitimações, fl. 219v.; NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, p. 192

⁴⁸⁰ ALMEIDA CARVALHO, João Carlos de – *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. Vol. 4 Conventos de Setúbal parte 1, p. 132–133

⁴⁸¹ Mina, Nuno Fernandes da (flor. 1498-1540) - Arquivística Histórica

⁴⁸² MONTEIRO, Eduardo Filipe Pinto – *O património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2014, p. 82

⁴⁸³ Genealogia de Pedro Mascarenhas. [accessed 11 December 2019] at <URL <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/GEN/P%E1ginas/PedroMascarenhas.htm>>

⁴⁸⁴ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 216

tivesse tornado servidor da casa de D. Diogo, devido à proximidade que a família ducal manteve com Setúbal, uma vez que o Infante D. Fernando, pai de D. Diogo e D. Manuel, fora Governador da Ordem de Santiago, que exercia jurisdição sobre esta vila, desde os onze anos⁴⁸⁵.

Quando D. Manuel subiu ao trono, mais concretamente em 1495, Vasco Queimado viu todos os seus privilégios confirmados enquanto fidalgo e, agora servidor da Casa Real⁴⁸⁶. Presume-se que o facto de Vasco ter servido D. Diogo, tenha facilitado o desenvolvimento de laços de confiança entre este fidalgo e a Casa de Viseu-Beja. Gonçalo, descendente de um ramo secundário da família, que ficou encarregado da tutoria de Maria Anes Queimada⁴⁸⁷, aparecia apenas com projecção a nível local⁴⁸⁸.

A par dos encargos de juiz, confrade e administrador de um hospital em Setúbal, Gonçalo foi também referenciado como membro da Casa Real⁴⁸⁹, tal como Vasco. Esta circunstância leva-nos a presumir que possivelmente, tal como Vasco, Gonçalo terá servido anteriormente os duques de Viseu-Beja. Seguindo a mesma linha de pensamento que atribuímos a Vasco, o tempo que os duques de Viseu e Beja teriam passado em Setúbal poderia ter facilitado a conexão com a fidalguia local e, por conseguinte, o recrutamento desta para o seu serviço. Gonçalo Queimado como podemos ver, detinha já algum prestígio a nível social, destacando-se entre os seus pares ao incorporar-se em diversas confrarias e órgãos de administração local. Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado de Vilalobos, morre em 1497, restando-nos assim, o seu homónimo, Vasco Queimado, da Casa da Índia, irmão de Job Queimado.

Com a entrada no novo século vemos documentado, pela primeira vez, este Vasco Queimado exercendo um cargo associado ao seu estatuto de servidor da Casa Real, em concreto, o ofício de pagador das moradias que, desempenhou de 1500 a 1502⁴⁹⁰. Com o regresso da Índia da armada de Pedro Álvares Cabral, em 1501, todo o sistema se alterou. O

⁴⁸⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha: Leonor de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 16

⁴⁸⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fls. 91-92v

⁴⁸⁷ ANTT, *Casa de Santa Iria*, mç. 15, n.º 20, p. 32-33

⁴⁸⁸ ADS, CNSA/B/004/lv.1, fls. 30v-31v.; ADS, CNSA/B/001/mç.1, doc. 33.; PAIVA, José Pedro; JORGE, Ana Maria C. M; et al. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas Universidade Católica Portuguesa Centro de Estudos de História Religiosa, 2002. Vol. 3, p. 439–440; ADS, SCMS, *Livro dos Beis e eramcas da Capela de Maria da Pipa*, 1616, fls. 77v-79v.

⁴⁸⁹ ANTT, *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, caixa 12, pasta 88, nº 1

⁴⁹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 41v; FREIRE, Anselmo Braamcamp; PESSANHA, José Maria da Silva (eds.) – *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa: s.n., 1908. Vol. 6, p. 80

reino começou a cimentar instituições administrativas relativas aos negócios das partes da Ásia. Estabeleceu-se a Casa da Índia, nesse mesmo ano de 1501, centro obrigatório de chegada e redistribuição para todo o comércio oriental, tanto de privados como do rei⁴⁹¹.

Os primeiros anos eram fulcrais, pois, se o projecto da Índia fracassasse, D. Manuel teria de repensar a sua ambição de domínio do comércio do Oriente, uma vez que todo o processo da Carreira da Índia acarretava avultados custos para a Coroa⁴⁹². O processo envolvia então a escolha de indivíduos competentes e da confiança do rei para o desempenho dos cargos que suportassem a continuação dos projectos régios.

Continuando a aplicar o mesmo regime de nomeações para indivíduos que lhe fossem próximos e de confiança, o rei nomeou Vasco Queimado como tesoureiro da Casa da Índia, em 1504⁴⁹³, no mesmo ano em que se começou a organizar a armada que partiria em 1505. Essa armada levou à Índia D. Francisco de Almeida, que teve como missão estabelecer-se como o primeiro vice-rei do Estado Português da Índia. Esta instituição geria a condução dos negócios dos portugueses no Oriente. A superioridade do seu poder naval cedo conferiu uma hegemonia nos mares e, por conseguinte, o domínio das redes comerciais⁴⁹⁴. Esses negócios tinham depois a sua projecção na Europa, onde os portugueses tinham estabelecido uma feitoria na Flandres, que se tornou o maior redistribuidor da pimenta portuguesa para as regiões do Norte da Europa⁴⁹⁵.

No ano seguinte, 1505, seguiu-se Gonçalo Queimado nomeado para tesoureiro da Casa da Índia⁴⁹⁶, consolidando a confiança de D. Manuel na família Queimado.

No entanto, há um membro desta família que nunca é mencionado até 1506, Job Queimado, irmão de Vasco. A exclusão de Job das fontes poderá ser derivado à sua jovem idade. Sendo o irmão mais novo de Vasco, este fidalgo talvez nunca tivesse tido a oportunidade de contactar com a mesma alta estirpe como o seu irmão e Gonçalo tiveram.

Não temos notícia de que, quer Vasco ou Job, tenham sido legitimados pelo seu progenitor. Contudo, este último aparece referenciado na crónica de João de Barros como

⁴⁹¹ SERRÃO, Joel – *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1971. Vol. 3, p. 282

⁴⁹² BOXER, C. R. – *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 80-81

⁴⁹³ *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 9, nº 27; BARATA, Maria do Rosário Themudo – *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 39, nota 19

⁴⁹⁴ BOXER, C. R. – *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 24-27

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p. 73

⁴⁹⁶ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 10, nº 66

sendo filho de um Vasco Queimado de Setúbal⁴⁹⁷. Encontramos depois Job a incorporar a Carreira da Índia⁴⁹⁸, como investidor privado e capitão do navio. Job poderá ter sido aconselhado tanto pelo seu irmão Vasco, a investir nos negócios da Índia, sendo que este dispunha de conhecimento sobre esses negócios através do seu cargo de tesoureiro da Casa da Índia.

Ao que podemos averiguar, até então, Job não possuía nenhum cargo, quer ao serviço do rei, quer no meio urbano de Setúbal. Era então natural que se quisesse afirmar enquanto nobre, adquirindo honra e prestígio para si e para a sua família. Tanto as viagens como os negócios da Índia haviam-se tornado numa excelente oportunidade de ascensão social para a nobreza de então, que buscava os mesmos objectivos⁴⁹⁹. O maior incentivo poderá até ter surgido de Gonçalo, já que ele próprio também deixara o Reino em busca de prestígio ao serviço da Coroa no Ultramar.

Certo é que, em 1506, partiu de Lisboa uma grande esquadra com destino ao Oriente. A «dupla armada» de 1506 tinha como capitão-mor Tristão da Cunha, cujo principal objectivo, para além da tomada de Socotorá, consistia em conduzir as embarcações sob o seu comando à Índia para serem abastecidas de especiaria⁵⁰⁰. Incorporado nesta «secção» da armada ia Job Queimado, na sua nau. Já seu primo Gonçalo integrava a segunda metade da armada, comandada por Afonso de Albuquerque, que tinha como objectivo o domínio naval da área do mar Vermelho.

Todavia, antes que cada parte da armada prosseguisse em busca da concretização dos seus objectivos, deveriam tomar Socotorá em conjunto e estabelecer uma nova fortaleza no território insular⁵⁰¹.

Não temos forma de saber como se sentiu Gonçalo ao saber que a nau do seu primo Job se tinha, possivelmente, perdido ou naufragado, após a tempestade que o separou do resto

⁴⁹⁷ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Ásia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, parte 1, liv. 1, cap.1, p. 5

⁴⁹⁸ LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006, p. 53

⁴⁹⁹ CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”, p. 109

⁵⁰⁰ *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*. Lisboa: National Archives of Rhodesia Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Vol. 1, p. 352; LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, p. 52

⁵⁰¹ COSTA, General Gomes da – *Descobrimientos e Conquistas A Viagem de Vasco da Gama 8 de Julho de 1497 - 29 de Agosto de 1499*. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1928. Vol. 2, p. 169

da armada, ou quando o seu capitão Afonso de Albuquerque sugeriu que se continuasse a viagem sem se saber do seu paradeiro. Valeu a teimosia de Tristão da Cunha que, quer por serviço ao rei, quer provavelmente, por conhecer Vasco Queimado, uma vez que este o substituiu no cargo de pagador das moradias em 1502, decidiu esperar que a nau de Job se reagrupasse ao resto do grupo em Moçambique⁵⁰². Para contentamento de ambos, apesar dos inúmeros desafios, Job voltou a reunir-se ao resto da armada e rapidamente retomaram a rota para Socotorá. Tomaram a dita fortaleza, lutando lado a lado pela última vez, tendo cada um seguido com o seu respectivo capitão, depois da construção da nova fortaleza de Socotorá, já em 1507⁵⁰³.

Gonçalo, alferes de Afonso de Albuquerque, participou em diversos confrontos armados com as forças de Albuquerque, chegando a perder um olho num desses confrontos⁵⁰⁴. Gonçalo sucumbiu junto com uma significativa porção das forças portuguesas em Calicute, no ano de 1510⁵⁰⁵. Já Job, após participar também em alguns confrontos armados⁵⁰⁶, regressou no maior dos infortúnios a Portugal, nos finais de 1507, visto que, o seu atraso no torna-viagem o obrigou a viajar sozinho, tendo sido a sua nau a primeira embarcação da Carreira da Índia a ser alvo de saque por assaltantes europeus.

Job regressou a casa de mãos vazias, em Dezembro de 1508, com menos um membro da família e humilhado pelo pirata Mondragón⁵⁰⁷. Não conseguiu adquirir a riqueza que desejava, mas ainda lhe restava a honra de ter combatido pelo rei de Portugal contra a mourama. Após Vasco exercer o cargo de tesoureiro da Casa da Índia, entre 1504 e 1505 e de Job passar, pelo menos, um a dois anos em busca das suas mercadorias (1509-1510), ambos os irmãos somente reaparecem na documentação uma década depois. Em 1516, Job finalmente vê a conclusão do «julgamento» da sua carga roubada, retirando-lhe o pouco

⁵⁰² QUINTELLA, Ignacio da Costa – *Annaes da Marinha Portugueza*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia [das Sciencias], 1839. Vol. 1, p. 294

⁵⁰³ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 1, cap. 3, p. 44

⁵⁰⁴ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 2, cap. 5, p. 161

⁵⁰⁵ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, p. 368; CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. 3, p. 11; GOES, Damião – *Chronica D’el-Rei D. Manuel*. Vol. 5, p. 69

⁵⁰⁶ CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, liv. 1, tomo 1, parte 2, p. 673

⁵⁰⁷ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, dec. 2, liv. 1, cap. 6, p. 84; CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”. In *Anais de História de Além-Mar*. Centro de História de Além-Mar, 2012. Vol. 13, p. 231

das mercadorias que lhe tinham sido restituídas⁵⁰⁸. Já Vasco emergia como tesoureiro, desta vez do dinheiro da Casa da Índia, no ano seguinte de 1517⁵⁰⁹.

Em Janeiro de 1517, temos notícia de que D. Manuel tinha nomeado Vasco Queimado para ir à Índia com o cargo de vedor da Fazenda⁵¹⁰. Contudo, Vasco acabou por ser substituído tardiamente pelo Dr. Pero Nunes⁵¹¹, uma vez que D. Manuel tinha outros planos para ele. Nesse mesmo ano e depois de largo tempo em contacto com os assuntos dos negócios do Oriente, D. Manuel nomeou Vasco para feitor da Casa da Índia⁵¹². A extensão do Império encontrava-se num dos seus apogeus, no Oriente, e Vasco Queimado assentava num dos seus vértices como feitor da Casa da Índia.

Já Job, segundogénito, continuava sem nada para acrescentar à sua «Casa» senão uma viagem fracassada à Índia. Job precisava de uma «redenção», que veio um pouco mais tarde, em 1520, por via da nomeação para Provedor dos Lugares de África⁵¹³ (ou Provedor de Ceuta, Alcácer, Tânger e Arzila), quiçá, por sugestão de Vasco, visto que este se encontrava numa posição privilegiada face ao monarca, integrando o Conselho Real e, por conseguinte, os círculos mais íntimos do monarca.

O Norte de África sempre fora visto como uma região de oportunidade para ascensão social da nobreza e redenção dos homiziados. Os portugueses tinham lançado campanhas militares bem-sucedidas entre 1505 e 1515, com a conquista de várias praças marroquinas, como a fortaleza de Santa Cruz de Gué em 1505, Mogador em 1506, Aguz em 1507-8, Safim em 1508, Azamor em 1513 e Mazagão em 1514⁵¹⁴. A partir de 1517 no entanto, a postura portuguesa no Norte de África torna-se meramente defensiva, devido à produção de nova e melhorada artilharia aliada a ambição dos Saadidas⁵¹⁵.

⁵⁰⁸ *Ibid.*, p. 244–249

⁵⁰⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv.10, fl. 58.

⁵¹⁰ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; Asian Educational Services – *Archivo Portuguez Oriental*. New Delhi; Madras: Asian Educational Services, 1992, p. 32–33

⁵¹¹ BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, dec. 3, liv. 3, cap. 9, p. 324-325

⁵¹² ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 8, fls. 24-25v

⁵¹³ DAVID, Lopes – *História de Arzila durante o domínio português : 1471-1550 e 1577-158*, p. 286; RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila crónica inédita do século XVI*. Vol. 1, p. 364–365

⁵¹⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 61; SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. 5, p. 719

⁵¹⁵ COSTA, João Paulo Oliveira e et al. – *História da Expansão e do Império português*, p. 119-132

Job tinha pela frente a tarefa árdua de gerir o pagamento de soldos, do abastecimento de mantimentos e de tudo o resto que fosse necessário para o bom funcionamento das praças portuguesas, que agora se viam frequentemente sob fogo inimigo, permanecendo num estado defensivo permanente. Assim sendo, no final do reinado de D. Manuel, encontramos os irmão Queimado em dois cargos de gestão referentes a dois espaços diferentes do Império português: Índia e África.

Em 1521, subiu ao trono D. João III, monarca que iria reformular o plano imperial português. Para contentamento dos irmãos, ambos retiveram os seus cargos atribuídos por D. Manuel. Um sinal de confiança para com estes dois indivíduos pelo serviço que tinham já prestado durante o reinado anterior.

D. João III ao contrário de seu pai, não possuía o desejo da Cruzada contra a mourama e, tampouco a mesma ideia relativa às questões quer do Oriente, quer do Brasil. D. João III cresceu envolvido pelas notícias que chegavam do além-mar e cedo tomou consciência da vastidão imensa que os oceanos, ocupavam no globo terrestre e do quão ainda eram tremendamente desconhecidos. Consequentemente, D. João III engendrou uma política imperial de domínio dos oceanos começando pela colonização do Brasil, ocupando-se do Atlântico Sul e reforçando o domínio no Índico. Ao se focar nestes dois parâmetros, no entanto, o monarca sacrificou as aspirações da conquista do Norte de África⁵¹⁶.

Os portugueses ocupavam Baçaim em 1534, progredindo para os territórios circundantes de Goa, Bardez e Salsete, na década seguinte. Ao criar terratenentes, o monarca fixava portugueses àquelas mesmas regiões, gerando futuras gerações de súbditos na área e receitas para a Coroa. Paralelamente, D. João III aplicava esta mesma estratégia de ocupação territorial nas regiões americanas do Brasil, precisamente no mesmo ano de 1534 com a criação das capitanias donatárias. A Coroa portuguesa estendeu o seu Império a partir da colonização do Brasil e alargamento dos territórios do Estado da Índia⁵¹⁷.

Ao contrário dos fidalgos estacionados na Índia, Vasco manteve-se como feitor da Casa da Índia e, Job como Provedor dos Lugares de África. Em contrapartida, temos notícia de Gonçalo Queimado, de mesmo nome que seu pai, presente numa reunião de câmara, em 1523, quando a vila se encontrava num processo de remodelação de estruturas, com a

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 130

⁵¹⁷ *Ibid.*, p. 135

criação dos novos Paços da Ordem⁵¹⁸ e do Trigo⁵¹⁹ e o alargamento da Praça do Sapal, onde se implementaria a futura Casa da Câmara⁵²⁰. Estando o rei atento a todo este processo de crescimento, atribuiu-lhe o «título» de *muy notável vila*, em 1525⁵²¹.

Em 1524, ainda temos notícia de Job em África. Todavia, em 1527, aparece já em Lisboa, sendo lhe atribuído o cargo de tesoureiro da Casa da Moeda⁵²². Este foi, sem dúvida, um momento áureo para os irmãos, tanto enquanto fidalgos da Casa Real, como enquanto família nobre centenária. Ambos eram cabeça de instituições de relevância para a Coroa e, por conseguinte, trabalhavam para o bom e competente funcionamento dos negócios e economia do reino e do Império Português. Os dois irmãos mantiveram-se no topo destas duas instituições até ao aposentamento de Vasco, devido à sua idade avançada, em 1532⁵²³. A partir daqui Job passou a contactar com um novo feitor da Casa da Índia.

A relação de proximidade entre Vasco e Job é bastante palpável quando em 1534, à morte do primeiro, Job se tornou juiz do seu inventário. Vasco teve dois filhos varões, Vicente Queimado e Pedro Jacques. Vicente, primogénito, exerceu o cargo de Reformador dos Lugares de África⁵²⁴ e, o filho deste, Vasco Queimado sucumbiu na batalha de Alcácer-Quibir⁵²⁵. Dos seus descendentes consta ainda, Joana de Vilalobos, que casou com Francisco de Sá, governador de Baçaim⁵²⁶ e Chaul⁵²⁷. Este casamento deu origem a várias gerações com ligações à empresa portuguesa no Oriente⁵²⁸.

⁵¹⁸ OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2016, p. 80

⁵¹⁹ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 27–28

⁵²⁰ PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a História e administração do município de Setúbal*, p. 295; BRAGA, Paulo Drumond et al. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*, p. 260

⁵²¹ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. 5, p. 35

⁵²² FERNANDES, Pedro José Marcos – *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda e Papel Sellado, 1878, p. 11–12

⁵²³ RIBEIRO, Luciano – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1954. Vol. I, p. 56–57

⁵²⁴ COLONA, D. Tivisco de Nasao Zarco y – *Theatro Genealogico que contem as arvores de costados das principaes Famílias do Reyno de Portugal & suas Conquistas*. Napoles: Novelo de Bonis, 1692. Vol. 1, p. 98

⁵²⁵ GAIO, Felgueiras, *Nobiliários das Famílias de Portugal*, Tipografia Augusto Costa & C.ª Lim.ª, Braga, 1940, Tomo XXV, p. 24

⁵²⁶ GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas da “PAX,” 1938, Vol. 26 p. 137

⁵²⁷ MOYA, Salvador de – *Anuario Genealógico Latino*. São Paulo: Federação dos Institutos Genealógicos Latinos, 1956. Vol. 8, p. 124

⁵²⁸ GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. 26, p. 137

A linhagem de Gonçalo parece ter permanecido enraizada em Setúbal, pelo menos por mais umas gerações⁵²⁹. No ano seguinte, 1535, encontramos Gonçalo, filho de Gonçalo Queimado, como vereador de Setúbal⁵³⁰. Cinco anos antes, já a vila tinha ascendido do sétimo para o quarto assento em cortes, pelo que Gonçalo era então um representante de uma localidade de significativa importância para o contexto do reino⁵³¹.

Job sucumbiu em 1539, deixando um filho varão, Martim Queimado, capaz de o substituir temporariamente na Casa da Moeda, mas que seguirá outros desígnios, tal como um outro seu irmão, Pero Correa de la Cerda (Lacerda). Martim foi à Índia em 1560 e 1565, e Pero Correa fez o mesmo em 1545. Martim Queimado casou com Francisca de Menezes, filha de Tristão Gomes da Mina, que foi cunhado de Isabel Queimado, fortalecendo as ligações entre Queimados e Minas.

A linhagem de Vasco Queimado de Vilalobos “diluiu-se” pelas suas duas netas, Isabel Queimado e Maria Queimado, filhas de Vasco Queimado. Isabel Queimado, casou com Nuno Fernandes da Mina, irmão de Tristão da Grã, filhos de Fernão Gomes da Mina. E, Maria Queimado, casou por duas vezes, a saber, com Estevão Coelho e Simão Miranda. Deste último casamento nasceu D. Filipa Henriques, primeira esposa de Pedro de Mascarenhas, vice-rei e governador da Índia entre 1554 e 1555⁵³².

A família dos Queimados, ou pelo menos os seus descendentes, parece ter permanecido ligada ao Império Ultramarino Português nas suas gerações seguintes.

⁵²⁹ ANTT, TSO-CG/A/008-001/21486

⁵³⁰ ANTT, Arquivo da Família Saldanha e Castro de Falcão Trigoso, cx. 9, nº 36

⁵³¹ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*, p. 27–28

⁵³² Genealogia de Pedro Mascarenhas. [accessed 11 December 2019] at <URL <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/GEN/P%E1ginas/PedroMascarenhas.htm>>

Conclusão

Através da análise da família nobre setubalense dos Queimados, vemos como a baixa nobreza foi um elemento importante para a criação, organização, gestão, manutenção e administração do Império Ultramarino Português. Foi este grupo que integrou o corpo principal das instituições que compunham tanto a massiva e complexa máquina administrativa da Coroa portuguesa, como as capitanias, tanto em terra como no mar, as alcaidarias, feitorias, todo o seu pessoal interno, e as hostes guerreiras.

O estabelecimento da paz com Castela, em 1411, «estagnou» a camadas da nobreza portuguesa, limitando as suas oportunidades de ascensão social e de carreira através da sua função principal, a guerra. Para além, da aquisição de cargos, privilégios, tenças, mercês e até bens fundiários, elementos fundamentais à sua condição nobre. Estas circunstâncias começaram a gerar atritos e tensões sociais dentro da nobreza, uma vez que, as principais posições do reino encontravam-se já ocupadas pelas grandes Casas e seus primogénitos. As oportunidades para a progressão de carreira pelos segundogénitos e escalões intermédios e baixo da nobreza do reino, tornaram-se tremendamente escassas.

O desencadeamento do processo da Expansão, em 1415, com a conquista de Ceuta, e mais tarde, dos Descobrimentos, em 1434, com a passagem do Cabo Bojador, trouxe novas oportunidades para esta nobreza «estagnada». Apesar do processo dos Descobrimentos e da Expansão ter resultado de um esforço conjunto das diversas esferas da sociedade portuguesa, foi o grupo da nobreza que saiu principalmente beneficiado.

Para além, de toda a nova conjuntura despontada pelos avanços na costa ocidental africana que acabou por favorecer os elementos da nobreza, acrescenta-se as estratégias implementadas pelo rei de Portugal. Uma destas estratégias passava pelo favorecimento de membros pertencentes à Casa Real, ou à sua Casa senhorial, para incorporarem todos cargos e funções que compunham toda a empresa do além-mar. Uma tática que visava a centralização do poder da coroa.

Em suma, era a nobreza que estava encarregada de conduzir toda a diplomacia, as actividades comerciais e económicas, a gestão e administração local, e ainda, as devidas incursões militares, que se estenderam desde a costa ocidental africana, à Índia, com a transição do século XV para o século XVI.

As expedições ultramarinas proporcionaram assim, um escoamento consistente de nobres que se viram sem oportunidade de ascensão social no reino, aliviando as tensões sociais, ao mesmo tempo que concretizavam os objectivos e ambições estipulados pela coroa portuguesa para o estabelecimento de um Império Marítimo Português. Com o avançar da empresa dos Descobrimentos, e a chegada à Índia, estendendo a influência da coroa portuguesa às regiões do Índico, houve uma necessidade de expandir, adaptar e reestruturar toda a máquina administrativa do «Estado» português. Com a extensão que a rede comercial portuguesa alcança no século XVI, todo o aparelho central de administração ultramarina complexifica-se e desenvolve, obrigando à criação de novos cargos complementares, e por conseguinte, ao «recrutamento» de um número maior de fidalgos que pudessem servir como funcionários da coroa.

Neste caso de análise específica referente aos Queimados, refere-se a uma família nobre proveniente de uma zona de periferia, Setúbal. Apesar de periférica, esta vila teve um crescimento acentuado e paralelo ao do reino português durante a transição do século XV e século XVI, com o despontar dos Descobrimentos e da Expansão.

Durante este período Setúbal conseguiu destacar-se através de uma entidade social e autonomia diferente das suas localidades vizinhas. A sua posição geográfica permitiu-lhe um controlo apertado da foz do rio Sado, uma importante via de comunicação e de controlo do comércio entre as regiões do sul e centro de Portugal.

Este aspecto conferiu-lhe um notável crescimento económico que lhe proporcionou uma importância política de distinção para o reino, principalmente derivado ao comércio salineiro. Apesar da introdução das especiarias e dos novos produtos provenientes do Oriente, o sal nunca perdeu a sua relevância comercial. O que conferiu a Setúbal um lugar de relevância nacional ao longo do século XVI.

O crescimento económico de Setúbal, em breve se veio a traduzir em crescimento demográfico. Ao longo do século XVI, o seu número de habitantes duplica despoitando a criação de duas novas paróquias, a juntar-se às duas outras já existentes. Este aumento demográfico desencadeou, por conseguinte, um acentuado desenvolvimento urbanístico. Entre estas novas estruturas encontrava-se uma ampla praça (Praça do Sapal) onde se edificaram os novos Paços da Ordem, a renovação e ampliação da Igreja de S. Julião, e a construção do Paço do Trigo.

Deste modo, ainda na primeira parte de Quinhentos é conferida a Setúbal a título de *muy notável* vila pelo monarca, e a elevação do seu assento em cortes, do sétimo para o quarto banco.

Podemos constatar que à medida que a vila de Setúbal se vinha a desenvolver, e a ganhar um novo destaque político e económico para o reino, também o mesmo vinha a acontecer com os membros desta família.

A família Queimado recai justamente neste paradigma apresentado. O primógenito de Vasco Queimado de Vilalobos, começou a servir da Casa de Viseu-Beja, em 1494, ainda antes de D. Manuel I subir ao trono. Seu homónimo, Vasco Queimado, em 1500, foi nomeado por D. Manuel I, para exercer o cargo de recebedor do tesouro e assentamento das moradias, ligado à Casa Real. Não obstante, foi também o primeiro a exercer um cargo ligado a uma instituição administrativa referente aos negócios do ultramar, nomeadamente o cargo de tesoureiro da Casa da Índia, em 1504.

A Casa da Índia era uma instituição de considerável importância para a coroa portuguesa, sendo que era a estrutura encarregue de gerir todos os negócios referentes ao Oriente. Esses negócios teriam depois a sua extensão na Europa, através da feitoria residente na Flandres, que à época, era o maior centro distribuidor de especiarias asiáticas. Toda a pimenta que chegasse a Lisboa destinava-se somente à venda exclusiva da Casa da Índia, onde depois a mesma instituição a venderia a terceiros que estivessem interessados na sua aquisição. Consequentemente, Antuérpia tornou-se no maior redistribuidor de pimenta portuguesa para as mais diversas regiões do Noroeste europeu, concedendo não só avultadas quantias, como também, fama e prestígio para o monarca português.

Gonçalo Queimado, tomou posse do cargo de tesoureiro na Casa da Índia, em 1505, um ano após Vasco ter exercido este mesmo cargo. No entanto, é a última vez que o vemos a exercer um cargo associado a instituições administrativas do reino. Job, irmão de Vasco, parece ter tido alguma dificuldade no seu percurso de ascensão social, sendo que, não se encontrava integrado a nenhuma Casa senhorial, nem tampouco possuía qualquer tipo de cargo associado à Casa Real. Contudo, derivado à nova conjuntura do reino, tanto Job como Gonçalo, dispunham de diversas oportunidades que o pudessem catapultar para camadas sociais mais altas.

Assim, em 1506, tanto Job como Gonçalo integram a Carreira da Índia, rumo ao Oriente, embora com objectivos muito diferentes. Job partiu sob o comando de Tristão da Cunha, rumando com destino à Índia como capitão armador de uma nau, com pretensões de adquirir especiarias, que lhe pudessem conferir avultados ganhos monetários na Casa da Índia. Gonçalo Queimado, por sua vez, partiu enquanto soldado, integrando as hostes guerreiras de Afonso de Albuquerque, dando forma às suas ambições, e do próprio D. Manuel, de dominar as rotas comerciais marítimas de especiarias do Índico e os territórios do estreito do Mar Vermelho, inimigos da fé cristã.

Como membros de uma família fidalga, a guerra era um dos meios mais comuns de ascensão social. Gonçalo envergou o título de alferes de Afonso de Albuquerque em diversas batalhas, como Socotorá, Ormuz e Calicute. Embora, sendo somente um título imbuído de uma carga simbólica, não lhe conferindo qualquer distinção militar entre as fileiras, era infundido de algo prestígio social. Seria de esperar que Gonçalo fosse recompensado futuramente pelo seu serviço militar com uma promoção no seu cargo. Todavia, acabou por morrer na batalha de Calicute, em 1510, salvando-se a memória dos seus actos nas crónicas do reino, nunca tendo alcançado os estratos mais altos e privilegiados da nobreza portuguesa.

Job Queimado, irmão mais novo de Vasco, envergando o cargo multifacetado de capitão da Carreira da Índia, participou ainda na tomada de Socotorá antes de se dirigir à Índia. Job nunca conseguiu reaver o seu investimento, sendo que, a sua nau fora saqueada no seu regresso a Portugal. Apesar de ser considerado um investimento privado, Job continuava a ser um servidor da Casa Real, e por efeito, estava sob a protecção do rei. Tanto o monarca, como Job fizeram de tudo para tentar reaver a carga roubada.

Para grande descontentamento de ambos, fora impossível reaver todo o saque roubado. Deste modo, a coroa perdeu todos os possíveis ganhos que viria a adquirir com a venda da pimenta, e Job perdera não só, também a sua parte dos ganhos, como uma boa oportunidade para se mostrar perante o rei como um hábil e capaz capitão, e servidor da Casa Real. Este saque marca a primeira vez na História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa, que uma nau da Carreira da Índia é atacada e saqueada por europeus. Este acontecimento desafiou o monopólio do rei de Portugal levando-o a tomar novas medidas de prevenção e agravando as tensões políticas entre Portugal e os seus vizinhos europeus.

No final da segunda década do século XVI, Vasco ocupava já o cargo de feitor da Casa da Índia, e Job, seu irmão permanecia sem cargo ou estatuto acrescentado.

Todavia, os desejos de D. Manuel para a concepção do Império Português não se destinavam apenas ao domínio dos mares do Índico, mas também, por preservar a presença portuguesa nos territórios do Norte de África, que se vinha a estender desde o princípio do século XV. As largas ambições do rei de Portugal proporcionaram, mais uma vez, oportunidades para que a baixa nobreza se pudesse catapultar para os estratos mais altos da nobreza.

Em 1520, Job é nomeado para o cargo de Provedor dos lugares de África, ficando responsável pelo abastecimento das possessões portuguesas em Marrocos de trigo e biscoito, para além do pagamento de soldos entre outras tarefas referentes aos indivíduos residentes nestes territórios. Territórios esse que a partir de 1517, sustentavam apenas uma postura meramente defensiva no Norte de África. Sete anos depois, já durante o reinado de D. João III, Job voltou ao reino para tomar, finalmente, um cargo de notável importância, sendo nomeado pelo monarca, Tesoureiro da Casa da Moeda onde acabou o resto dos seus dias. Era nesta instituição que se exercia a cunhagem da moeda e a fundição de metais em lingotes que, de seguida, retornavam à Casa da Índia onde depois seriam utilizados para a condução dos respectivos negócios comerciais, como às diversas feitorias.

Os próximos cinco anos foram um período áureo para os membros desta família. Ambos os irmãos, Vasco e Job, ocuparam os cargos mais altos de duas grandes instituições de notável importância para a gestão e manutenção do Império Português, a Casa da Índia e a Casa da Moeda.

Por esta altura temos três indivíduos desta mesma família pertencente à baixa nobreza que, graças às ambições da concepção de um vasto império de cunho português, tinham já estendido as suas acções, da vila portuária de Setúbal, a Lisboa, ao Norte de África, à Índia, e por fim, às regiões do estreito do Mar Vermelho.

A partir desta análise podemos claramente observar, que esta família nobre setubalense incorporou o paradigma da baixa nobreza, dos séculos XV e XVI, que moldou os contornos do Império Ultramarino Português.

Findada esta dissertação esperamos ter contribuído para o estudo do impacto da baixa nobreza na construção do Império Português. Não somente, numa perspectiva abrangente

deste grupo, mas também em termos mais concretos, especificamente genealógicos, ao termos utilizado o caso particular da família Queimado. Ao abordarmos o caso desta família nobre setubalense esperamos ter trazido para a luz o papel desta família para a criação do Império Ultramarino Português.

Apesar das suas origens mais humildes, provindo da periferia, os Queimados trabalharam em prol de alcançar posições de destaque no reino, merecendo ser recordados não só na historiografia portuguesa, mas também na setubalense. Segundo as palavras de Camões: *Quão doce é o louvor e a justa glória/ Dos próprios feitos, quando são soados!/ Qualquer nobre trabalha que em memória/ Vença ou iguale os grandes já passados*⁵³³.

⁵³³ CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. s.l.: Klick Editora, s.d., p. 153, canto V, estrofe 92

Bibliografia

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa

Livro I de D. Manuel

Arquivo Distrital de Setúbal

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Confraria da Nossa Senhora da Anunciada

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Livro dos Beis eramcas da Capela de Maria da Pipa

*Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Livro dos Bens e Heramsas do Hospital de Ião
Palmeiro*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Arquivo da Casa de Santa Iria - mç. 15

Arquivo da Família Gama Lobo Salema - cx. 12

Arquivo da Família Saldanha e Castro de Falcão Trigoso - cx. 9

Chancelaria de D. Afonso V - liv.11; 33

Chancelaria de D. João II - liv. 8

Chancelaria de D. Manuel I - liv. 3; 10; 26; 29; 32

Chancelaria de D. João III - liv. 8

Corpo Cronológico, Parte I - mç. 25; 26; 27; 28; 31; 43

Parte II - mç. 9; 10; 18; 100; 101; 113; 116; 193; 195

Parte III - mç. 6

Leitura Nova, Livro Segundo de Legitimações

Ministério do Reino - liv. 527

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício, Ministros e Familiares

Fontes Impressas:

ALBUQUERQUE, Afonso – *Cartas de Affonso de Albuquerque - seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1984.

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira; ESTEVES, Maria Luísa (eds.) – *Portugaliae Monumenta Africana*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga

Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. vol. 3.

Alguns documentos do arquivo nacional da torre do tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

ALVES DIAS, João José (ed.) – *Chancelarias Portuguesas D. João I.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2005. vol. 1 Tomo 3 (1384-1388).

AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Helena (eds.) – *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI-XVIII) um ponto da situação historiográfica.* Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2002

Arquivo do Distrito de Aveiro. 81–88ª ed. Aveiro: s.n., 1955. vol. 21.

BARROS, João – *Décadas da Ásia.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.

BARROS, João de; COUTO, Diogo de – *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto.* Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777.

Boletim da Segunda Classe actas e pareceres estudos, documentos e noticias. Coimbra: Imprensa da Universidade Academia das Ciências de Lisboa, 1914. vol. 9.

Boletim da Segunda Classe actas e pareceres estudos, documentos e noticias. Coimbra: Imprensa da Universidade Academia das Ciências de Lisboa, 1918. vol. 11.

BRAACAMP FREIRE, Anselmo; SILVA PESSANHA, José Maria da – *Arquivo Historico Português.* Lisboa: s.n., 1907. vol. 5.

BRAACAMP FREIRE, Anselmo; SILVA PESSANHA, José Maria da – *Arquivo Historico Português.* Lisboa: s.n., 1914. vol. 9.

BRAACAMP FREIRE, Anselmo; SILVA PESSANHA, José Maria da – *Arquivo Historico Português.* Lisboa: s.n., 1916. vol. 10

“Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478]”. In *Fragmenta Historica* 6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2018. (6), p. 161–162.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1833.

COLONA, D. Tivisco de Nasao Zarco – *Theatro Genealogico que contem as arvores de costados das principaes Famílias do Reyno de Portugal & suas Conquistas*. Napoles: Novelo de Bonis, 1692. vol. 1.

Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque capitão geral que foi das Indias orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1774. vol. 1.

Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque capitão geral que foi das Indias orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1774. vol. 2.

CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1858.

DAVID, Lopes – *História de Arzila durante o domínio português : 1471-1550 e 1577-158*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

DIAS, Luiz de Carvalho – *As Ordenações da Índia*. s.l.: s.n., 1956.

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840. Lisboa: National Archives of Rhodesia and Nyasaland; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1957.

FALCÃO, Luiz de Figueiredo – *Livro em que se contem toda a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e Ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

FARINHA, António Dias – *Os portugueses no Golfo Pérsico: (1507-1538) : contribuição documental e crítica para a sua história*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991.

FERNANDES, Pedro José Marcos – *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda e Papel Sellado, 1878.

GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas da “PAX,” 1938.

GÓIS, Damião – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566. vol. 1.

GÓIS, Damião – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566. vol. 2.

GÓIS, Damião – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566. vol. 3.

GÓIS, Damião – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566. vol. 4.

LOPES, Fernão – *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa: Escriptorio, 1897. vol. 3.

MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana : nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943. Tomo II, vol. 1.

MOYA, Salvador de – *Anuario Genealógico Latino*. São Paulo: Federação dos Institutos Genealógicos Latinos, 1956. vol. 8.

PAIVA, José Pedro; JORGE, Ana Maria C. M; Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de História Religiosa – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas Universidade Católica Portuguesa Centro de Estudos de História Religiosa, 2002. vol. 3.

PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (ed.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1883. vol. 3.

PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (ed.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1884. vol. 1.

PERES, Damião (ed.) – *Regimento das Cazas das Indias e Mina*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947.

PINA, Rui de – *Chronica D’el-Rei D. Afonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

QUINTELLA, Ignacio da Costa – *Annaes da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia [das Sciencias], 1839. vol. 1.

Registo da Casa da Índia. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1954.

RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

Revista Illustrada. s.l.: Antonio Maria Pereira, 1893. vol. 3.

RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos, e Retoques á Synopse Chronologica*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia [das Sciencias], 1829.

RIBEIRO, Luciano – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1954. vol. 1.

RIBEIRO, Luciano – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1955. vol. 2.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; Asian Educational Services – *Archivo Portuguez Oriental*. New Delhi; Madras: Asian Educational Services, 1992.

RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila crónica inédita do século XVI*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, s.d. vol. 1.

RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila crónica inédita do século XVI*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, s.d. vol. 2.

S. LUIZ, Francisco de – *Os Portuguezes em Africa, Asia, America, e Occeania*. Lisboa: Typographia de Borges, 1849. vol. 3.

SOUSA, D. António Caetano – *Historia genealogica da casa real portugueza : desde a sua origem até o presente, com as familias illustres, que precedem dos reys, e dos serenissimos duques de Bragança*. Lisboa: Academia Real, 1735.

SOUSA, D. António Caetano – *Provas Da Historia Genealogica Da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1742. vol. 2.

SOUSA, D. António Caetano – *Provas Da Historia Genealogica Da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1745. vol. 6.

SOUSA, Manuel Francisco de Barros y (ed.) – *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. 2ª ed. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1865. vol. 15.

TAVORA, D. Luiz Lancastre e – *Dicionário das Famílias Portuguesas*. Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

ZUQUETE, Afonso (ed.) – *Armorial Lusitano Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

Estudos:

ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*. s.l.: SCMS, 1990.

ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Confrarias e Irmandades de Setúbal na época Moderna: Redes de sociabilidade e poder”. In *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Universidade do Porto, 1991, p. 3–15.

ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na Modernidade: Memórias da Alma e do Corpo*. Coimbra: s.n., 1998.

ABREU, Laurinda Faria dos Santos – “Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)”. In *I Seminário Internacional sobre o sal português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 329–337.

ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*. 4ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

ALMEIDA, A. A. Marques de – *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

ALMEIDA, Mariana Brito – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012.

ANDRADE, António Alberto Banha de – *História de um Fidalgo Quinhentista Português : Tristão da Cunha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

ARAÚJO, Maria Benedita de Almeida – *Batalhas da História de Portugal Campanhas da Índia 1501-1600*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2006. vol. 7.

BARATA, Maria do Rosário Themudo – *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

BLÁZQUEZ, José María – *História Económica de la Hispania Romana*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1978.

BOLÉO-TOMÉ, J. Paiva – *Um olhar para Portugal no mundo: uma forma diferente de relação humana: tentativa de ensaio para um olhar humano sobre os acontecimentos históricos de um povo na sua relação com outros povos*. Lisboa: Colibri, 2012.

BOXER, C. R. – *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRAGA, Paulo Drumond; CURTO, Paulo; MARQUES, António de Oliveira – *Setúbal Medieval (Séculos XIII - XV)*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998.

BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *D. João III, 1502 - 1557*. Lisboa: Temas e debates, 2005.

BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias: estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Colibri, 2010.

CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”. In *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. Vol. 13, p. 221–332.

CARVALHO, João Carlos de Almeida – *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. s.l.: Junta Distrital de Setúbal, 1970. vol. 4 Conventos de Setúbal parte 1.

COSTA, Albérico Afonso; BENTO, Cunha António; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira – *Casas religiosas de Setúbal e Azeitão*. LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão^a ed. Setúbal: s.n., 2016.

COSTA, General Gomes da – *Descobrimentos e Conquistas A Viagem de Vasco da Gama 8 de Julho de 1497 - 29 de Agosto de 1499*. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1928. vol. 2.

COSTA, João Paulo Oliveira – “A Nobreza e a Fundação do Estado Português da Índia”. In *Vasco da Gama, Homens, Viagens e Culturas Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. Vol. 2, p. 40–73.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *A Nobreza e a Expansão: estudos biográficos*. Cascais: Patrimonia, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira e – “A Formação do Aparelho Central da Administração Ultramarina no Século XV”. In *Anais de História de Além-Mar*. 2001. Vol. 2, p. 87–114.

COSTA, João Paulo Oliveira – “Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Casa da Mine e da Índia (c. 1481-1504) - uma carreira de sucesso”. In THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis;

FRANÇA, José-Augusto; AUBIN, Jean; et al. (eds.) – *Aquém e além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (eds.) – *A Alta nobreza e a fundação do estado da Índia: colóquio internacional ; actas : Lisboa, 16 a 20 de Outubro de 2001*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*. 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *Mare Nostrum: em busca de honra e riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013.

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *Construtores do Império: da conquista de Ceuta à criação do governo-geral do Brasil*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

COSTA, Marechal Gomes da – *Descobrimentos e Conquistas Afonso de Albuquerque 1509-1515*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929. vol. 3.

CROWLEY, Roger – *Conquistadores: como Portugal criou o primeiro império global*. Barcarena: Editorial Presença, 2016.

DISNEY, Anthony R. – *A História de Portugal e do Império Português*. Lisboa: Clube do Autor, 2019.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Índia, Casa da”. In SERRÃO, Joel (ed.) – *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1971. Vol. 3.

FONSECA, Jorge – *Setúbal: o porto e a comunidade fluvial e marítima (1550-1650)*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

FONSECA, Luís Adão da – “Vasco da Gama e a Expansão Portuguesa”. In HESPANHA, António Manuel (ed.) – *Da ocidental praia lusitana: Vasco da Gama e o seu tempo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

GOMES, Saul António – *D. Afonso V: o africano*. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores, 2006.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. s.l.: Editorial Enciclopédia, limitada, 1936.

GUARDA, Maria Inês Godinho – *O Governo de Bernardino de Távora de Sousa Tavares (1701-1702) em Angola: O tráfico de escravos através das tramas portuguesas, africanas e luso-africanas*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012.

GUINOTE, Paulo; FRUTUOSO, Eduardo; LOPES, António – *As armadas da Índia, 1497-1835*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

História da Expansão e do Império Português. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

JESUS, Roger Lee de – “Casa da Índia”. In DOMINGUES, Francisco Contente (ed.) – *Dicionário da Expansão Portuguesa, 1415-1600*. s.l.: Círculo de Leitores, 2016. Vol. 2.

LACERDA, Teresa – “A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III - uma avaliação social”. In CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de; Universidade Nova de Lisboa; et al. (eds.) – *D. João III e o Império: actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento : Lisboa e Tomar, 4 a 8 de junho de 2002*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar : Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004.

LACERDA, Teresa – “A Nobreza na Índia no Reinado de D. João III- uma avaliação social”. In *D. João III e o Império Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, p. 401–415.

LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; FLORES, Jorge Manuel – *Vasco da Gama, homens, viagens e culturas: actas do Congresso internacional : Lisboa, Torre do Tombo e Biblioteca Nacional, 4 a 7 de novembro de 1998*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. vol. 2.

MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira – *Poder e Sociedade - A Duquesa de Beja*. Lisboa: Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2011. Tese de Doutoramento em História Medieval.

MATOS, Artur Teodoro de; THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (eds.) – *A Carreira da Índia e as Rodas dos Estreiros Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: s.n., 1998.

MONTEIRO, Eduardo Filipe Pinto – *O património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2014.

MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira*. s.l.: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1980. vol. 2.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016.

OLIVEIRA, José Augusto – *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

OLIVEIRA, Luís Filipe (ed.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2016.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa : Alcácer do Sal: Edições Colibri ; Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes – “As Ordens de Avis e de Santiago na baixa Idade Média O Governo de D. Jorge”. In *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2001. (5).

PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a História e administração do município de Setúbal*. Setúbal: Tipografia de G. A. Guterres da Silva, 1877.

PIMENTEL, José Cortez; GUERRA, Jorge – *Arrábida: história de uma região privilegiada*. Lisboa: Edições Inapa, 1992.

RAU, Virgínia – *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal: Estudo de História Económica*. Lisboa: Oficinas gráficas dos irmãos Bertrand, 1951.

RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História Económica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

RESENDE, Vasco – *A Sociedade da Expansão na Época de D. Manuel I Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2006.

SÁ, Isabel dos Guimarães – *De princesa a rainha-velha: Leonor de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. vol. 4.

SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique R. de Oliveira (eds.) – *Nova história da expansão portuguesa*. 1a.^a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique R. de Oliveira (eds.) – *Nova história de Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987. vol. 5.

SILVA, José Custódio Vieira da – *Setúbal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã”. In *Lisboa Medieval – Os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 197–213.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “O espaço peri-urbano de Setúbal na Baixa Idade Média: produções e estruturas produtivas”. In *La Ciudad Medieval y su influencia territorial / Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, Nájera, 26-29 de julio 2006*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 161–180.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”. In *IX Congreso Internacional de la Asociación Española de la Historia Económica*. Murcia: s.n., 2008, p. 1–18.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “A água como recurso e força motriz: salinas e moinhos de maré em Setúbal na Baixa Idade Média”. In *Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais – Idade Média: permanência, atualização, residualidade*. Rio de Janeiro: s.n., 2009, p. 126–139.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo da Família Gama Lobo Salema”. In *Arquivos de Família séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 171–183.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “The Port City of Setúbal (Portugal) under the Domain of the Military Order of Santiago (1400-1550)”. In *The Military Orders*. Farnham: Ashgate, 2012. Vol. 5, p. 413–426.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando”. In *Castelos das Ordens Militares. Actas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, 2013.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “Setúbal nas rotas do sal”. In *Sal y salinas de las regiones atlánticas*. s.l.: s.n., 2013.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»^a ed. Braga: Universidade do Minho, 2014, p. 117–137.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de aristocratização numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV”. In *Actas do Colóquio Internacional Conflito Político: lucha y cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. s.l.: s.n., 2016, p. 281–304.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “O Património da Família Queimado de Vilalobos/Miranda Henrique em Setúbal na transição do século XV para o XVI”. In *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*. s.l.: Estuário História Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2019, p. 23–46.

SOTTOMAYOR, Pedro – “Mina, Casa da”. In *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. s.l.: Caminho, 1994. Vol. 1.

THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis – “A idéia imperial manuelina”. In DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (eds.) – *Facetas do Império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Setúbal - Topologia e Tipologia Arquitectónica Memória e futuro da imagem urbana (Séculos XIV - XIX)*. Caleidoscópio ed. Covilhã: s.n., 2018.

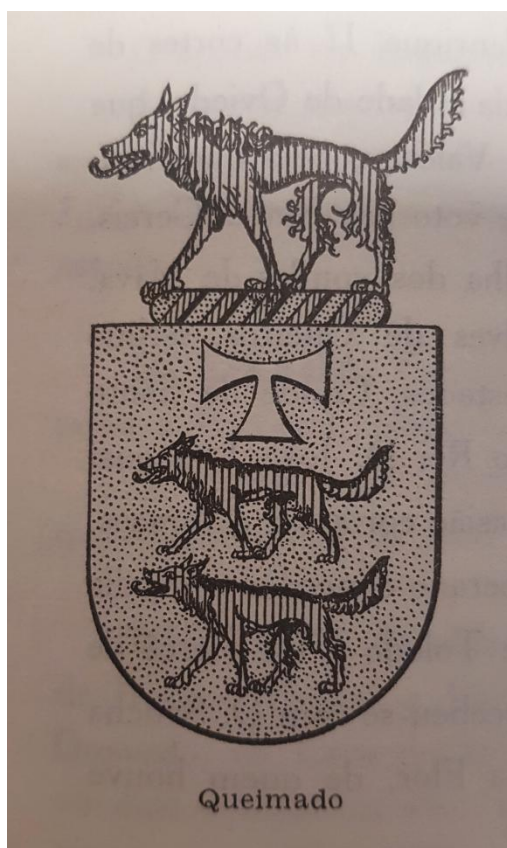
Webgrafia:

Genealogia de Pedro Mascarenhas [accessed 11 December 2019] at <URL <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/GEN/P%E1ginas/PedroMascarenhas.htm>>.

Mina, Nuno Fernandes da (flor. 1498-1540) - Arquivística Histórica [accessed 11 December 2019] at <URL <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/mina-nuno-fernandes-da-flor-1498-1540>>.

ANEXOS

fig.



1 Brasão da família Queimado⁵³⁴



fig. 2 Brasão da família Queimado, no Cruzeiro das Vendas, na Capela das Necessidades, Azeitão.

⁵³⁴ ZUQUETE, Afonso (ed.) – *Armorial Lusitano Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, p. 455



fig.3 Cruzeiro das
Vendas, na Capela
das
Neces-
sidades,
Azeitão

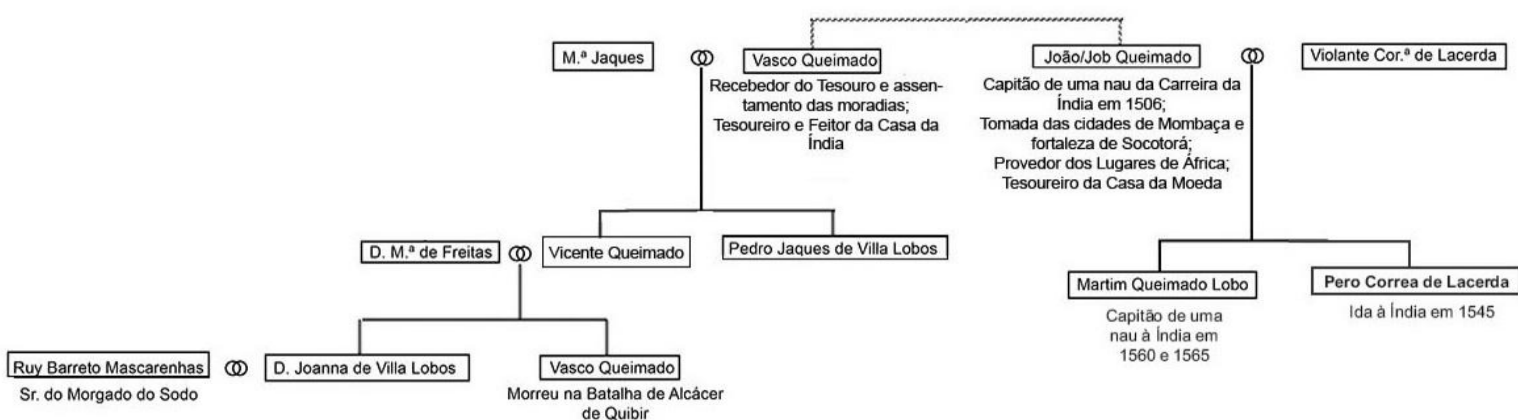
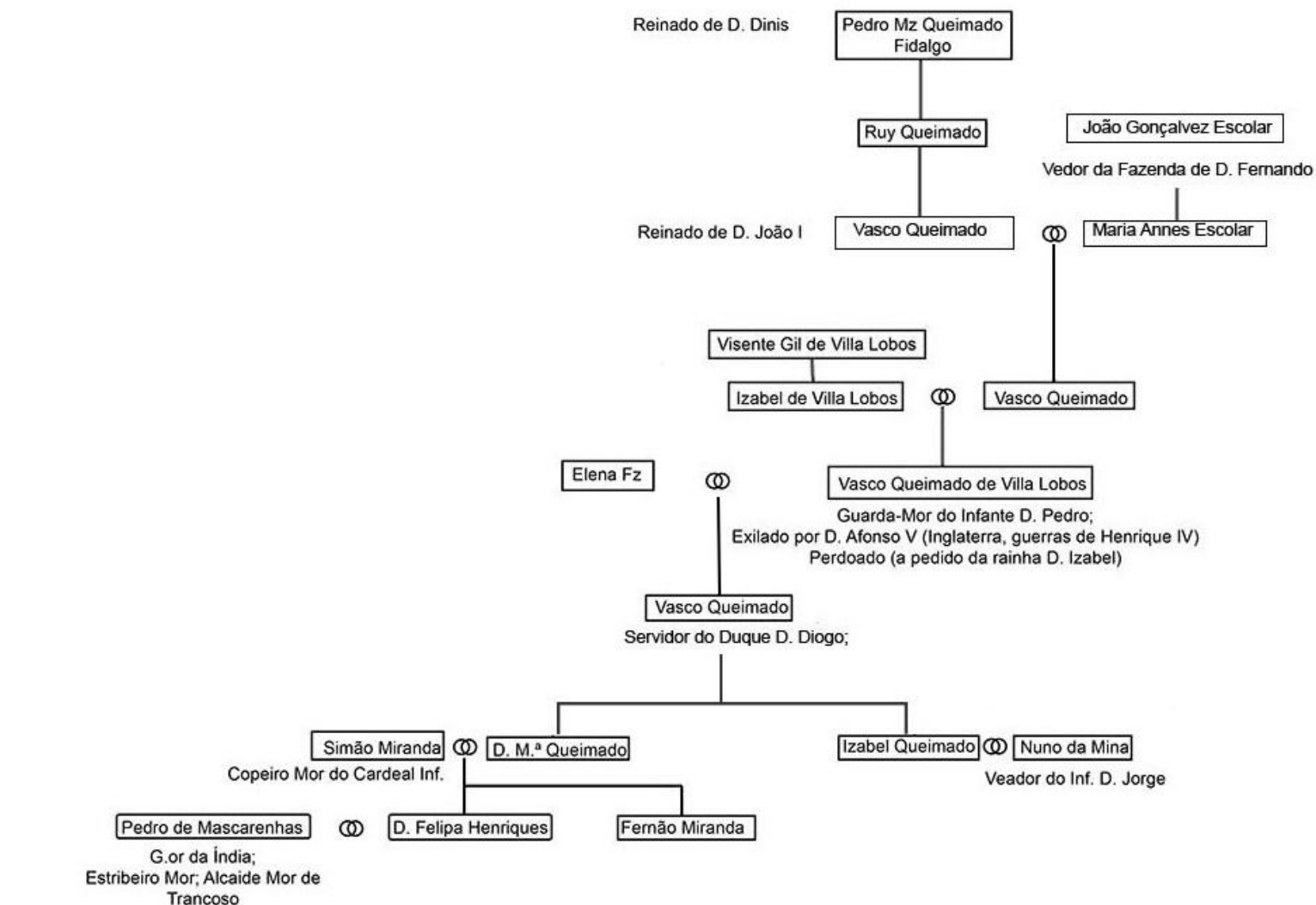


fig. 5 Genealogias da família Queimado

RECONSTITUIÇÃO CONJECTURAL

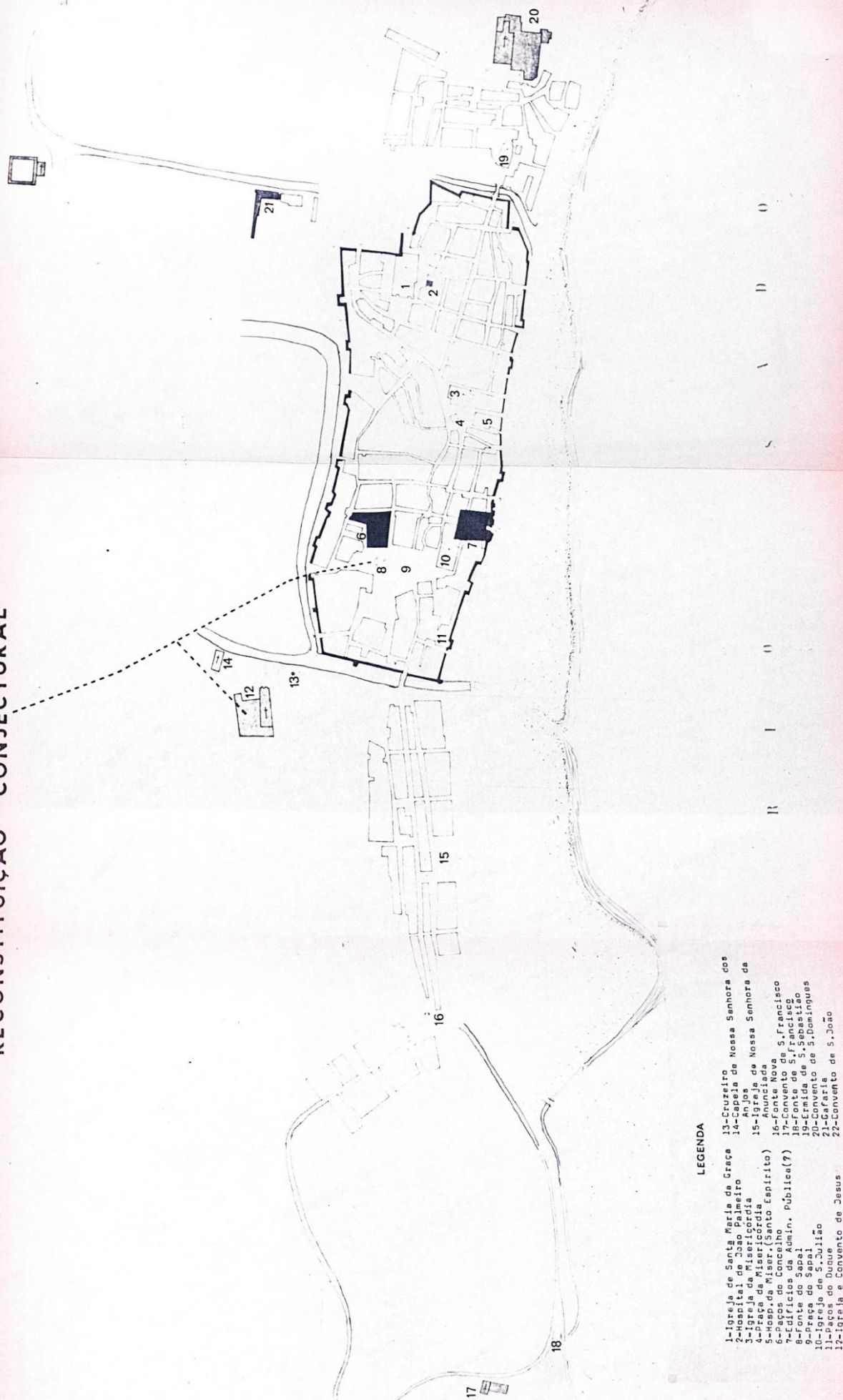


fig. 6

PATRIMÓNIO RELIGIOSO CONSTRUÍDO EM SETÚBAL, DENTRO DAS MURALHAS

c.a. 1553-1752



fig. 7

fig. 6 e 7 plantas
de Setúbal
ao longo do século
XVI.⁵³⁵

⁵³⁵ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*. s.l.: SCMS, 1990